



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS**

EDIVANDA MARIA RODRIGUES DA SILVA

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR
EM ALAGOAS E OS MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DOS DIREITOS
TRABALHISTAS**

**São Cristóvão - SE
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS**

EDIVANDA MARIA RODRIGUES DA SILVA

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR
EM ALAGOAS E OS MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DOS DIREITOS
TRABALHISTAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria da Conceição Almeida Vasconcelos.

São Cristóvão - SE
2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586c Silva, Edivanda Maria Rodrigues da
As condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas e os mecanismos de fiscalização dos direitos trabalhistas / Edivanda Maria Rodrigues da Silva ; orientadora Maria da Conceição Almeida Vasconcelos. – São Cristóvão, 2017.
175 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Serviço social. 2. Agroindústria canavieira – Trabalhadores - Alagoas. 3. Ambiente de trabalho. 4. Direitos dos trabalhadores. 5. Cana-de-açúcar. I. Vasconcelos, Maria da Conceição Almeida, orient. II. Título.

CDU 36:664.1(813.5)

EDIVANDA MARIA RODRIGUES DA SILVA

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR EM
ALAGOAS E OS MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DOS DIREITOS
TRABALHISTAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Serviço
Social, da Universidade Federal de Sergipe,
como requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 06 de Junho de 2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Maria da Conceição Almeida Vasconcelos
Universidade Federal de Sergipe - UFS
Orientadora

Prof.^a Dra. Maria Lúcia Machado Aranha
Universidade Federal de Sergipe – UFS
1º Examinador

Prof. Dr. Lúcio Vasconcellos de Verçosa
Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste – SEUNE
2º Examinador

Dedico à minha rainha, meu tudo, minha mãe Etelvina. E ao meu pai, Francisco.

Para o meu companheiro Everson, com muito amor.

Em memória dos meus avós maternos, Pedro e Luzita e paternos João e Maria Cândida,
trabalhadores rurais. E da minha avó do coração Vandete a quem eu tanto amei.

A todos os cortadores de cana do mundo, em especial aos alagoanos.

AGRADECIMENTOS

À minha querida mãe Etelvina Rodrigues, por segurar minha mão nos momentos mais difíceis e me incentivar a nunca desistir dos meus sonhos. Que mesmo no período em que ficamos distantes, em cidades diferentes, torceu para que eu fosse feliz; sempre acolhedora e amável. Luz dos meus olhos!

Ao meu amor, minha paixão, meu esposo Everson Cardoso. Pessoa que me manteve firme na caminhada, nos momentos em que eu mais precisei. Seu amor foi a base que me fez seguir em frente e concluir a realização do sonho do mestrado. Sua presença em minha vida me fortaleceu!

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Maria da Conceição Almeida Vasconcelos, pelas orientações, conhecimentos compartilhados, direcionamento da pesquisa, comprometimento e por ser uma ótima professora. Suas orientações foram essenciais para o meu crescimento intelectual. Muito obrigada por acreditar que seria possível o desenvolvimento e realização da pesquisa.

Aos membros da banca. Ao Prof. Dr. Lúcio Verçosa e a Prof.^a Dr.^a Lúcia Aranha por terem aceitado participar tanto da qualificação como da defesa e pelas ricas contribuições/sugestões quanto ao desenvolvimento da pesquisa. Dois mestres que enriqueceram meu trabalho com sugestões de grande relevância.

Aos professores do PROSS/UFS: Conceição, Nelmiros, Maria da Conceição (Lica), Josiane, Maria Helena, Lúcia Aranha, Romero e Vera pela caminhada e socialização de conhecimentos durante o ano de disciplinas do mestrado. Sou grata, em especial, à professora Lica pelo carinho, acolhimento e atenção para com os alunos advindos de outros estados.

Ao Prof. Dr. José Nascimento de França (Universidade Federal de Alagoas) pelas orientações iniciais na fase de construção do pré-projeto de pesquisa. Foi com estas que consegui minha aprovação no mestrado. Muito obrigada por ter me guiado nos caminhos da pesquisa e acreditado que esse estudo seria exequível e de grande importância para o estado de Alagoas.

Agradeço o carinho da Prof.^a Dr.^a Josimeire de Omena (Universidade Federal de Alagoas), por me receber na academia como sua orientanda no estágio docência. Sua disciplina e seus conhecimentos foram importantes para a dissertação. Além de comprometida com a docência é muito dedicada aos seus alunos.

Ao Procurador Rodrigo Raphael Rodrigues de Alencar da 19^a Procuradoria Regional do Trabalho de Alagoas (Ministério Público do Trabalho) que abriu as portas da instituição, tornou transparente os dados do Ministério Público do Trabalho de Alagoas e deu grande importância à efetivação da pesquisa.

Aos cortadores de cana-de-açúcar de Jequiá da Praia por participarem desse estudo e terem compreendido que os resultados da pesquisa poderão contribuir para desvelar um pouco da realidade que vivenciam. Dedico-lhes este trabalho para demonstrar o quanto são guerreiros e heróis diante de uma realidade que precisa ser modificada.

À Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas, especialmente à Maria da secretaria dos assalariados rurais, por abrir as portas para a realização da pesquisa empírica

com os sindicatos. Aos sindicalistas por terem contribuído com os seus conhecimentos e experiências e demonstrarem que a luta pela melhoria das condições de trabalho dos cortadores de cana ainda é possível. Quero agradecer, em especial, ao sindicalista Cícero pelo comprometimento com a pesquisa e por ter dado ricas contribuições. Sua ajuda foi fundamental para que ocorresse a coleta de dados a cerca dos sindicatos e para a conclusão da presente dissertação.

Às/aos minhas/meus companheiras(os) de turma, Kamilla, Rita, Rosely, Thalyta, Juliane, Iris, Antonio e Moisés pela caminhada, sempre de braços dados, onde o incentivo e o companheirismo foram a base de tudo. Nunca esquecerei de vocês sergipanos, alagoanos e a querida pernambucana. Em especial, agradeço Ritinha e Milla que além de colegas de turma, se tornaram grandes amigas.

Ao Walter Luis, da secretaria do PROSS, pela responsabilidade e prestatividade que exerce em seu trabalho.

À minha família, em especial, a minha prima Maria Elódia (Priscila) e ao seu esposo Luiz Felipe por terem me ajudado nos primeiros passos da pesquisa de campo. Agradeço de coração pela atenção e comprometimento em abrir os espaços para que as entrevistas com os cortadores de cana fossem realizadas na região lagunar de Jequiá da Praia.

Sou grata também a José Jackson, pescador artesanal que contribuiu para que a pesquisa de campo com os cortadores de cana ocorresse na região central do município de Jequiá da Praia.

À minha amiga Raissa por me receber em Aracaju e estar ao meu lado sempre que precisei. Ao Danilo, pessoa querida e que tenho especial carinho por ter me acolhido em Aracaju, sempre atencioso, divertido e paciente! Duas pessoas especiais, dois sergipanos de bom coração.

Muito obrigada a todos que direta ou indiretamente contribuíram com a pesquisa.

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo analisar as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar no estado de Alagoas e os mecanismos estatais para garantir a efetivação dos direitos trabalhistas. De forma específica, procura compreender o desenvolvimento da agroindústria canavieira e o trabalho do cortador de cana no Brasil e em Alagoas; conhecer a atuação de órgãos estatais que agem na fiscalização e cumprimento dos direitos trabalhistas desse segmento no estado de Alagoas; identificar como tem ocorrido a atuação dos sindicatos na defesa dos direitos desses trabalhadores; e analisar como se encontram as condições de trabalho e o cumprimento dos direitos trabalhistas dos cortadores de cana em Alagoas, especificamente daqueles que desenvolvem atividades nas usinas que se localizam nas adjacências de Jequiá da Praia. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, do tipo qualitativa, mas que também se referencia em dados estatísticos. Está ancorada no método materialista histórico dialético, que possibilita a apreensão da realidade a partir das suas múltiplas determinações. Contemplou as seguintes pesquisas: a) bibliográfica realizada através de livros, periódicos, artigos e revistas especializadas; b) a documental que ocorreu por meio da utilização de relatórios, reportagens de jornais, Termos de Ajustamento e Conduta e legislações trabalhistas; c) e a de campo que se deu com a realização de entrevistas envolvendo líderes sindicais e cortadores de cana. No caso dos sindicatos, foram entrevistados 07 dirigentes que faziam parte dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Jequiá da Praia, São Miguel dos Campos, Murici, Atalaia, Paripueira, Ibatiguara e União dos Palmares, todos filiados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas. As entrevistas foram realizadas durante uma reunião com as lideranças sindicais, de forma a facilitar o acesso aos entrevistados, que foram escolhidos a partir da disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. Já as entrevistas com os cortadores de cana foram feitas no município de Jequiá da Praia, escolhido pelo fato de estar localizado próximo a várias usinas/destilarias e, consequentemente, agregar muitos trabalhadores que vivem do corte da cana. Para a escolha dos entrevistados foi utilizada a técnica metodológica Bola de Neve que chegou ao ponto de saturação com 14 entrevistas. Bola de Neve é uma forma de amostragem do tipo intencional não probabilística, usada em pesquisas de caráter social em que os primeiros participantes de um estudo são os responsáveis por indicar outros entrevistados, e assim, sucessivamente, até atingir o objetivo. Foram entrevistados 14 cortadores de cana que desenvolveram suas atividades entre os anos de 2008 e 2016. Os principais resultados apontaram que apesar de haver fiscalizações estatais, os cortadores de cana em Alagoas ainda estão vivenciando condições de trabalho precárias. São trabalhadores jovens que apesar de parte deles possuir carteira de trabalho assinada, a maioria das empresas descumpra os direitos trabalhistas. As condições de trabalho são permeadas por extensas e intensas jornadas de trabalho, que podem chegar a 14 horas diárias; recebem por produção, sempre com salários atrasados e insuficientes para manter a subsistência familiar; ausência do trabalhador na pesagem e medição da cana; péssimo estado de conservação dos EPI's; recorrentes acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; problemas com o transporte, água, alimentação e banheiros móveis, dentre outros. Constatou-se que a presença do sindicato nas questões trabalhistas é notória e importante, apesar de muitos cortadores de cana não conhecerem bem o trabalho desenvolvido pelos sindicatos e fazerem críticas às ações por eles desenvolvidas.

Palavras-chave: Cortadores de cana; Condições de trabalho; Direitos trabalhistas; Alagoas.

ABSTRACT

This study aims to analyze the working conditions of sugarcane cutters in the state of Alagoas and the state mechanisms to ensure the effectiveness of labor rights. Specifically, it seeks to understand the development of the sugarcane agroindustry and the work of the sugarcane cutter in Brazil and Alagoas; To know the actions of state agencies that act in the inspection and enforcement of the labor rights of this segment in the state of Alagoas; To identify how unions have taken action to defend the rights of these workers; And analyze how the working conditions and compliance with labor rights of sugarcane cutters are found in Alagoas, specifically those working in the mills located in the vicinity of Jequiá da Praia. It is a descriptive research, of the qualitative type, but also referred to in statistical data. It is anchored in the dialectical historical materialist method, which enables the apprehension of reality from its multiple determinations. It contemplated the following researches: a) bibliographical realized through books, periodicals, articles and specialized magazines; B) a documentary that occurred through the use of reports, newspaper reports, Terms of Adjustment and Conduct and labor legislation; C) and that of the field that occurred with interviews involving union leaders and sugarcane cutters. In the case of the unions, seven leaders were interviewed who were members of the rural workers' unions of Jequiá da Praia, São Miguel dos Campos, Murici, Atalaia, Paripueira, Ibateguara and União dos Palmares, all affiliated to the Federation of Agricultural Workers of Alagoas. The interviews were conducted during a meeting with the trade union leaders, in order to facilitate access to the interviewees, who were chosen based on the availability and interest in participating in the survey. On the other hand, interviews with sugarcane cutters were carried out in the municipality of Jequiá da Praia, chosen because it is located near several sugar mills and distilleries and, consequently, many sugarcane workers. For the interviewees' choice, the snowball method technique was used, reaching saturation point with 14 interviews. Snowball is an intentional, non-probabilistic type of sampling, used in social research in which the first participants of a study are responsible for indicating other respondents, and so on, successively until reaching the goal. We interviewed 14 sugarcane cutters who developed their activities between the years of 2008 and 2016. The main results pointed out that although there are state inspections, sugarcane cutters in Alagoas are still experiencing precarious working conditions. They are young workers who, although part of them have a formal contract, most companies disagree with labor rights. The working conditions are permeated by extensive and intense working hours, which can reach 14 hours a day; They receive by production, always with back pay and insufficient to maintain the family subsistence; Absence of workers in weighing and measuring sugarcane; Very poor condition of equipments for individual safety; Recurring occupational accidents and diseases; Problems with transportation, water, food and mobile toilets, among others. It was found that the presence of the union in labor matters is notorious and important, although many sugarcane cutters do not know well the work developed by the unions and criticize the actions developed by them.

Keywords: Cane cutters; Work conditions; Labor rights; Alagoas.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de infrações cometidas por unidade/empresa (usina/destilaria)

Gráfico 2 – Principais direitos descumpridos pelas usinas/destilarias de Alagoas em 2008

Gráfico 3 – Atividades laborativas antes de se tornar cortador de cana

Gráfico 4 – Jornada de trabalho (apenas as horas despendidas para o corte da cana)

Gráfico 5 – Horas em que o trabalhador está disponível para o trabalho

Gráfico 6 – A saúde do cortador de cana

Gráfico 7 – A conservação dos ônibus na opinião dos cortadores de cana

Gráfico 8 – As condições de trabalho dos cortadores de cana em Alagoas na opinião dos sindicalistas

Gráfico 9 – Algumas questões que envolvem a atuação/fiscalização sindical

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Orientações do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional de Alagoas para a inspeção realizada junto às usinas e destilarias, no ano de 2008

Tabela 2 – Principais problemas encontrados pelo Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional de Alagoas nas usinas e destilarias, no ano de 2008

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho

AEPS – Anuário Estatístico da Previdência Social

AMATRA – Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho

BB – Banco do Brasil

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho

CCT – Convenção Coletiva de Trabalho

CF – Constituição Federal

CGT – Central Geral de Trabalhadores

CIMA – Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool

CIPA – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes

CIPATR – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CONVIR – Convenio de Integração Rural

CPC – Código de Processo Civil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUT – Central Única de Trabalhadores

DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

ELC – Estatuto da Lavoura Canavieira

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

EPI – Equipamentos de Proteção Individual

EUA – Estados Unidos da América

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FETAG/AL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Fig. de Segurança e Medicina do Trabalho

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LER – Lesões por Esforços Repetitivos

M³ – Metros Cúbicos

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MICT – Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

MIR – Ministério da Integração Regional

MPT – Ministério Público do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NR 31 – Norma Regulamentadora 31

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PGT – Procuradoria-Geral do Trabalho

PIS – Programa de Integração Social

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PTR – Procuradoria Regional do Trabalho

RIDESA – Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético

SDR/PR – Secretaria de Desenvolvimento Regional/Presidência da República

SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho

SESTR – Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural

SINDAÇÚCAR/AL – Sindicato da Indústria do Açúcar e Alcool no estado de Alagoas

SRTE/AL – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas

SST – Saúde e Segurança do Trabalho

STIAAL – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no estado de Alagoas

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TJ-AL – Tribunal de Justiça de Alagoas

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar

VREC – Vital Renewable Energy Company

“Os cortadores de cana são heróis, heróis de si mesmo, pessoas que vencem a batalha todos os dias para se manter vivas, para buscar não apenas o seu alimento, mas o alimento da família inteira. Não tem ninguém por eles, é cada um por si, porque as leis existem, mas não acabam com a sua dor, a dor de ser quem são, pobres e esquecidos. São meus heróis porque vencem a batalha e sonham em um dia viver em paz!”.

Autora: Edivanda Maria Rodrigues da Silva

“Não basta que todos sejam iguais perante a lei. É preciso que a lei seja igual perante a todos”.

Autor: Salvador Allende

“Gaste toda a tinta do mundo... Que a verdade não se apagará!”.

Autor: desconhecido

SUMÁRIO

Introdução	18
CAPÍTULO I - A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E O TRABALHO DO CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL E EM ALAGOAS	24
1.1. Breves apontamentos sobre a formação histórica do Brasil	24
1.2. Aspectos do desenvolvimento econômico brasileiro sob o signo da monocultura açucareira .	28
1.3. O desenvolvimento da agroindústria canavieira Alagoana: do engenho à usina.....	36
1.4. A participação estatal no desenvolvimento da agroindústria canavieira	44
1.5. Dados estatísticos sobre a agroindústria canavieira no Brasil e em Alagoas	55
1.6. O trabalho do cortador de cana-de-açúcar no Brasil e em Alagoas.....	58
CAPÍTULO II - O TRABALHO NOS CANAVIAIS: LEGISLAÇÕES, DIRETOS TRABALHISTAS E ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	68
2.1. Breves apontamentos sobre os direitos trabalhistas no universo canavieiro contemporâneo...	68
2.2. Algumas legislações de proteção aos trabalhadores urbanos e rurais	73
2.2.1. Consolidação das Leis do Trabalho.....	73
2.2.2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	78
2.2.3. A Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura– NR 31(Portaria nº 86, de 03 de Março de 2005).....	83
2.3. As atribuições do Ministério Público do Trabalho	88
2.4. A Procuradoria Regional do Trabalho de Alagoas e a Operação Zumbi dos Palmares.....	91
2.5. Descrição dos principais direitos descumpridos pelas usinas e destilarias de Alagoas e as respostas dos órgãos públicos	97
CAPÍTULO III - AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA E A FISCALIZAÇÃO SINDICAL	107
3.1. O perfil, a trajetória laboral e a rotina de trabalho dos cortadores de cana	107
3.1.1. Perfil dos trabalhadores	107
3.1.2. A atividade de cortador de cana: trajetória laboral e rotina de trabalho	109
3.2. Pagamento por produção	114
3.3. Segurança e saúde do trabalho	120
3.4. O transporte dos trabalhadores	130
3.5. A atuação do sindicato dos trabalhadores rurais na perspectiva dos sindicalistas.....	132
3.6. O sindicato dos trabalhadores rurais na perspectiva dos cortadores de cana	139
Considerações finais.....	145
Referências	153

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.) APRESENTADO AO MPT/PRT-AL	163
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.) APRESENTADO AOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS	165
APÊNDICE C - ENTREVISTA REALIZADA COM OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS	167
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.) APRESENTADO AOS CORTADORES DE CANA.....	169
APÊNDICE E - ENTREVISTA REALIZADA COM OS CORTADORES DE CANA	171
ANEXO A.....	174
ANEXO B.....	175

Introdução

Essa dissertação tem como objetivo analisar as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar no estado de Alagoas e os mecanismos estatais para garantir a efetivação dos direitos trabalhistas. De forma específica procura compreender o desenvolvimento da agroindústria canavieira e o trabalho do cortador de cana no Brasil e em Alagoas; conhecer as ações de órgãos estatais que agem na fiscalização e cumprimento dos direitos trabalhistas desse segmento no estado de Alagoas; identificar como tem ocorrido a atuação dos sindicatos na defesa dos direitos desses trabalhadores; e analisar como se encontram as condições de trabalho e o cumprimento dos direitos trabalhistas dos cortadores de cana em Alagoas, especificamente daqueles que desenvolvem atividades nas usinas que se situam nas adjacências de Jequiá da Praia.

O interesse em estudar essa temática decorreu de uma pesquisa exploratória realizada sobre o trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas, em 2014, na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Alagoas (FETAG/AL) - Secretaria dos Assalariados Rurais - e que teve como objetivo entender a dinâmica de trabalho e o acesso aos direitos que envolvem o cortador de cana no estado. Resultados preliminares demonstraram que os direitos trabalhistas são frequentemente negligenciados pelos usineiros, mas que também existem instituições (MPT, MTE e os STR'S) que utilizam mecanismos estatais de regulação e de fiscalização desses direitos. Quando da realização da referida pesquisa, não foi possível aprofundar essa temática ficando o desejo e a inquietude no sentido de melhor compreendê-la. Assim, esse estudo visa conhecer como vem ocorrendo o trabalho dos cortadores de cana em Alagoas, buscando elucidar quais os mecanismos fiscalizadores utilizados pelo Estado para que haja o cumprimento dos direitos trabalhistas. Contempla o período entre 2008 e 2016, pois tem como referência principal a Operação Zumbi dos Palmares realizada em 2008. Após esse ano somente aconteceram fiscalizações esporádicas, muitas delas provocadas por denúncias dos sindicatos e/ou trabalhadores da cana. Esse intervalo de tempo que vai até o ano de 2016 objetiva verificar se após a referida operação houve mudanças nas condições de trabalho dos cortadores de cana residentes no município de Jequiá da Praia, no litoral sul de Alagoas.

Historicamente a garantia dos direitos trabalhistas tem sido fruto de muita luta dos trabalhadores, entretanto, sabe-se que no Brasil muito deles têm sido violados. Daí a importância de conhecer como tem se dado os mecanismos de regulação e fiscalização estatal

perante as instituições empregadoras no sentido de garantir o cumprimento desses direitos, principalmente em se tratando dos trabalhadores do corte da cana. Portanto, essa pesquisa contribui para o debate dessa temática e amplia os estudos relacionados ao trabalhador rural e suas especificidades, e, nesse caso, com ênfase no trabalho desenvolvido pelo cortador de cana-de-açúcar no estado de Alagoas. Serve, também, para reflexões em âmbito nacional, já que este trabalhador tem sido fundamental para o sistema agroindustrial canavieiro.

Na construção do percurso teórico da pesquisa compreendemos que a dinâmica da agroindústria canavieira brasileira e também alagoana é muito complexa no tocante ao cumprimento dos direitos para os trabalhadores. Entre 2005 e 2008 foram constatadas infrações às leis trabalhistas, principalmente relacionadas às precárias condições de trabalho (ausência de equipamentos de proteção, alojamentos inadequados, precárias condições de saúde, higiene e segurança etc.).

Todavia, se a força de trabalho do cortador de cana é imprescindível para a dinâmica e desenvolvimento da agroindústria canavieira, o que levaria os usineiros alagoanos a omitirem os direitos trabalhistas para este segmento? Quais os mecanismos utilizados pelo Estado para o cumprimento dos direitos trabalhistas? Será que os trabalhadores do corte da cana que residem no município de Jequiá da Praia - Alagoas, independente da usina a que estão vinculados, tiveram suas condições de trabalho precarizadas na última safra em que trabalharam, entre 2008 e 2016?

Partiu-se do pressuposto de que os usineiros alagoanos mesmo estando sujeitos aos mecanismos de regulação e de fiscalização estatal quanto à exigência de cumprimento dos direitos trabalhistas, omitem e/ou descumprem esses direitos para com os cortadores de cana-de-açúcar de Alagoas, com consequências sérias para a vida desses trabalhadores.

Para dar exequibilidade a esse estudo foi necessário adotar alguns procedimentos metodológicos. De início, convém ressaltar que a fundamentação teórica e metodológica que embasa a pesquisa está ancorada no materialismo histórico dialético, que possibilita a apreensão da realidade a partir das suas múltiplas determinações. Para Marx (1983), o concreto adquire significação por ser síntese de múltiplas determinações, é unidade do diverso. Nesta perspectiva, o ponto de partida da investigação é a realidade que nos é dada a conhecer, aquela que é aparente – o concreto aparente. É necessário, pois, ir além das aparências para se conhecer o real, como diz Marx, é preciso para isto descobrir o véu da produção.

Dessa forma, o método histórico dialético possibilitou, no caso desse estudo, compreender como se estabelecem as relações de trabalho no interior da agroindústria canavieira; aquelas existentes entre usineiros e governo no sentido do que é estabelecido enquanto direitos trabalhistas e o seu cumprimento, bem como a participação estatal para o desenvolvimento desse segmento produtivo; além de desnudar a realidade que permeia as condições de trabalho dos cortadores de cana de Alagoas/Jequiá da Praia.

Esse estudo tem caráter descritivo uma vez que, como enfoca Oliveira (2007), ultrapassa o experimento, detalha e analisa os fatos e os fenômenos que foram observados e estudados, na medida em que realiza uma análise da realidade pesquisada. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, mas que também se referencia em dados estatísticos. Nos aspectos qualitativos procurou-se dar visibilidade ao sujeito da pesquisa, ao reconhecimento da sua singularidade, sem desconectá-lo da sua estrutura e de fatos vivenciados em seu cotidiano. Neste tipo de pesquisa, procura-se não trabalhar com pressuposições com relação a significados e sim entender estes significados na relação pesquisador-pesquisado (MARTINELLI, 1999; BAPTISTA, 1999).

A pesquisa qualitativa supõe que a realidade é fruto de uma construção social em que o investigador participa. Supõe ainda que os componentes de uma determinada realidade estão inter-relacionados e que é necessário entender essas relações em um determinado contexto, sob a perspectiva histórica (BAPTISTA, 1999). Dessa forma, facilitou conhecer, sob a perspectiva tanto do sujeito como do pesquisador, as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar.

Esse estudo teve como base as pesquisas bibliográfica, documental e empírica. Na pesquisa bibliográfica, foram utilizados livros, periódicos, ensaios, artigos científicos e revistas especializadas que tratam da temática, objeto de análise. Trouxe como principais autores: Iamamoto (2001); Lima (2001); Soares (2003); Alves (2006); Macedo (2008); Albuquerque (2009); Amâncio e Anhucci (2009); Biondi et al (2009); Ferrari (2010); Camargo (2010); Padilha (2011); Plancherel et al (2011); Verçoza (2011); Santos e Souza (2012); Queiroz (2013); Barros (2014), dentre outros. Já a pesquisa documental foi realizada para a obtenção de informações em documentos que ainda não foram alvo de tratamento de caráter científico tais como relatórios, reportagens de jornais, revistas, gravações, fotografias, legislações etc. (OLIVEIRA, 2007).

A pesquisa documental permite, como sugere Oliveira (2007), conhecer da melhor forma possível o contexto no qual o objeto de pesquisa está inserido. Para tanto, foi realizada

a análise de documentos existentes no Ministério Público do Trabalho (MPT), a exemplo de relatórios contendo denúncias da situação de trabalhos precários, além de Termos de Ajustamento e Conduta (TAC); Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (C.F); Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração florestal e Aquicultura (NR – 31). Realizou-se também a análise de documentos existentes nos sindicatos, a exemplo da convenção coletiva de trabalho de 2015/2016. Como sustenta Gil (2008), esse tipo de análise possibilita a passagem de documentos que ainda não receberam tratamentos analíticos para dados secundários, que serão elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Apesar de inúmeras tentativas e contatos, não foi possível a realização da pesquisa no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) uma vez que não foi disponibilizado material para a análise dos dados. Portanto, a análise ficou centrada na atuação do Ministério Público do Trabalho de Alagoas/Procuradoria Regional do Trabalho. Nesse caso foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.) (Apêndice A).

Na pesquisa de campo, foram entrevistadas 07 lideranças de sindicatos dos trabalhadores rurais, número este que foi necessário para atingir a saturação da pesquisa e atingir o objetivo de compreender o papel fiscalizador das entidades sindicais na defesa e garantia dos direitos dos trabalhadores e melhoria das condições de trabalho. Para tanto se utilizou como referência os dirigentes que faziam parte dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) de Jequiá da Praia, São Miguel dos Campos, Murici, Atalaia, Paripueira, Ibateguara e União dos Palmares, todos filiados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas (FETAG-AL) e situados tanto no litoral norte como no sul do estado (leste alagoano). A escolha das lideranças sindicais se deu de acordo com a disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. A primeira entrevista foi realizada com o representante do STR de Jequiá da Praia, em setembro de 2016, na sede deste sindicato, local inicial da pesquisa de campo. As demais foram realizadas quando ocorreu uma reunião ampliada promovida pela FETAG-AL, em dezembro de 2016, quando estavam reunidos vários sindicalistas. Nesse processo, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.) (Apêndice B) e um formulário com perguntas abertas e fechadas (Apêndice C). As entrevistas foram gravadas quando autorizadas pelos entrevistados.

Para as entrevistas com cortadores de cana, definiu-se como *lôcus* da pesquisa o município de Jequiá da Praia. Esse município foi escolhido pelo fato de agregar muitos trabalhadores que vivem do corte de cana, ou seja, é uma região onde está localizada a Usina

Sinimbu e próximo às usinas Coruripe (Município de Coruripe), Caeté e Roçadinho (Município de São Miguel dos Campos). Foram utilizados um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.) (Apêndice D) e um formulário contendo perguntas abertas e fechadas (Apêndice E), este último serviu para nortear as entrevistas, que foram gravadas quando autorizadas pelos entrevistados.

De acordo com Oliveira (2007), a entrevista é importante, pois dá uma base de interação entre o pesquisador e o pesquisado tendo em vista obter descrições detalhadas sobre o assunto. O uso do formulário durante a entrevista auxilia no sentido de obter informações variadas sobre as situações vivenciadas pelo pesquisado. Como sustenta Marsiglia (2007), é constituído por diversas perguntas referentes à temática que se pretende estudar.

Foram entrevistados 14 trabalhadores do corte da cana, número suficiente para se atingir a amostra da pesquisa do tipo intencional não probabilística e que fez o uso da técnica bola de neve. Essa técnica é usada em pesquisas de caráter social em que os primeiros participantes de um estudo são os responsáveis por indicar outros entrevistados e assim sucessivamente até atingir o objetivo do estudo, o ponto de saturação. A técnica bola de neve, também conhecida como, *snowball* é uma técnica de amostragem que tem como princípio cadeias de referência, redes de informantes (WHA, 1994 apud BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Portanto, através das entrevistas com os sindicalistas e os cortadores de cana foram identificadas e problematizadas as condições de trabalho dos trabalhadores da cana, principalmente no que diz respeito a algumas questões como: salário por produção, alojamento, formas de contratação, jornada de trabalho, condições de saúde e segurança no trabalho, organização da categoria etc.

Esse estudo contempla três capítulos. O primeiro deles discute alguns elementos do desenvolvimento econômico do Brasil e do processo de formação da agroindústria canavieira brasileira e alagoana de forma a compreender sua gênese, desenvolvimento e características atuais, além de apresentar as especificidades das condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em âmbito nacional e local.

No segundo capítulo são elencadas algumas legislações que visam proteger os trabalhadores do corte da cana: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - Lei n.º 5.452/1943, a Constituição Federal de 1988 e a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração florestal e Aquicultura (NR 31). É enfatizada a importância dos órgãos públicos estatais para a fiscalização e efetivação dos direitos trabalhistas, com destaque para as ações do Ministério Público do

Trabalho, especificamente da Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região/Alagoas, tendo-se como referência a Operação Zumbi dos Palmares, realizada no ano de 2008, ano este que foi bastante significativo para o processo de fiscalização dos direitos na agroindústria canavieira de Alagoas. É feita, também, uma discussão dos principais problemas encontrados por este órgão estatal nos canaviais alagoanos e seus encaminhamentos.

O terceiro capítulo traz o resultado das entrevistas realizadas com os sindicalistas e cortadores de cana no tocante às condições de trabalho desses trabalhadores e a garantia dos direitos trabalhistas; se houve melhoria da situação de trabalho depois do processo de fiscalização que ocorreu em 2008 e o cumprimento da legislação trabalhista; além de mostrar o papel dos STR's mediante as fiscalizações nas frentes de trabalho. E, por fim, nas considerações finais é feita uma síntese do percurso da pesquisa, destacando-se algumas conclusões obtidas.

CAPÍTULO I

A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E O TRABALHO DO CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL E EM ALAGOAS

Este capítulo trata da agroindústria canavieira no Brasil e no estado de Alagoas e traz elementos que permitem compreender sua gênese, desenvolvimento e características atuais, além de apresentar as especificidades das condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em âmbito nacional e local.

Inicialmente, faz-se uma análise de alguns elementos do desenvolvimento econômico do Brasil e do processo de formação da agroindústria canavieira brasileira e alagoana a partir do período da colonização. São apresentados aspectos econômicos e políticos da transição dos engenhos para as usinas, a partir da compreensão de que a cultura da cana-de-açúcar foi um dos eixos centrais do desenvolvimento do país e que ainda continua sendo uma das esferas propulsoras da formação e do estabelecimento das relações sociais no Nordeste, especificamente a alagoana.

Posteriormente, este capítulo também expõe um panorama atual sobre a agroindústria canavieira brasileira e alagoana ressaltando suas características econômicas e sociais, tendo-se como ponto central as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar que são permeadas pelo descumprimento dos direitos trabalhistas.

1.1 Breves apontamentos sobre a formação histórica do Brasil

A compreensão do desenvolvimento do capitalismo em âmbito mundial pode, segundo alguns autores, ser realizada levando-se em consideração algumas análises: uma delas diz respeito à via clássica¹, quando se tem a destruição do modo de produção feudal e na qual a burguesia² comanda um processo revolucionário; uma outra a ser considerada é a via prussiana³ quando a burguesia se alia às classes nobres e há um aburguesamento dessas classes, não havendo um processo revolucionário. Também existe o desenvolvimento

¹ EUA, Inglaterra e França são os países mais simbólicos deste processo.

² A burguesia classifica-se como uma classe social que causa a dispersão e aglomeração da população, a centralização dos meios de produção e a concentração da propriedade privada em poucas mãos, o que acentua a divisão entre “os possuidores de propriedade e os trabalhadores sem propriedades” (MARX, 2006, p.110). A burguesia é a classe que explora a força de trabalho do proletariado, portanto é a classe dominante, detentora dos meios de produção. O proletariado se põe como classe social que é explorada pelos capitalistas em troca do pagamento de um salário que visa a sua reprodução e continuidade das condições de exploração e de uma vida sub-humana, portanto classe dominada (MARX, 2006).

³ Alemanha, Japão e Itália.

capitalista por meio das vias coloniais como aconteceu no caso das Américas⁴ e especificamente do Brasil que se assemelha à via prussiana (MAZZEO, 1997).

A compreensão sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil envolve estudos que consideram, por um lado, que ele ocorreu através do desenvolvimento de relações feudais que aqui foram implantadas pelos portugueses por meio da colônia no regime das capitanias hereditárias⁵ e, por outro, que esse desenvolvimento se deu pela implantação do mercantilismo, que proporcionou a abertura ao capital no país, baseando-se na via prussiana colonial⁶. Neste estudo, será considerada a perspectiva da via prussiana colonial de desenvolvimento do capitalismo em terras brasileiras.

De acordo com Guimarães (1981), em seu destacado estudo “Quatro séculos de latifúndio”, o que aconteceu no Brasil foi uma transferência dos moldes feudais metropolitanos para o Brasil colônia. Para ele, quando a empresa colonial necessita que haja a implantação de processos econômicos mais avançados é necessário recorrer às instituições políticas e também jurídicas, caracterizadas como mais atrasadas e opressivas. Então, quando a metrópole objetiva colonizar o Brasil, ela decide lançar os fundamentos econômicos do feudalismo já que esse, apesar de não tão puro quanto antes, era o estágio que se encontrava o país no século XVI.

A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio (GUIMARÃES, 1981, p. 23).

Prado Júnior discorda desta perspectiva⁷ quando afirma que na verdade houve no Brasil um ensaio do que poderia ser chamado de feudalismo, mas que não teve sucesso. Este ensaio caiu com o processo de colonização que ocorreu. O que alguns estudiosos dizem que

⁴ Os EUA constituem-se como uma exceção, pois, diferenciou-se dos outros países americanos uma vez que rompeu, através da via revolucionária clássica, com os laços de dependência para com a sua metrópole, desmembrando-se do estatuto colonial britânico e com a forma de produção do período colonial. Além disto, participaram deste processo os homens livres que almejaram continuar plenamente livres (MAZZEO, 1997).

⁵ A controvérsia em torno das capitanias hereditárias é bastante conhecida, sendo dispensável esmiuçá-la. Os autores que as focalizaram sob o prisma da conformação legislativa não tiveram dúvidas em apontar, com maior ou menor ênfase, seus aspectos feudais. Nesta linha de interpretação, contam-se Varnhagen, Handelmann, João Ribeiro, Capistrano, Malheiros Dias, Nestor Duarte, Nelson Werneck Sodré e Manuel Correia de Andrade (GORENDER, 2005a, p. 182).

⁶ Estudiosos como Simonsen e Alexander Marchanta firmam em seus estudos como sendo capitalista o caráter do sistema de donatarias (GORENDER, 2005a, p. 182). Também adota esta perspectiva Novais (1969); Prado Júnior (1986; 1998); Mazzeo (1997) e Gorender (2005).

⁷ Uma análise com a qual compartilho.

seria um feudalismo no Brasil, Prado Júnior (1986, p. 14) afirma o contrário, ou seja, que esse regime "[...] desapareceu sem deixar traço algum de relevo na formação histórica do Brasil".

Para este autor, não houve feudalismo no Brasil até mesmo pela própria característica de ocupação da propriedade fundiária na colônia. O solo e os recursos naturais eram as únicas riquezas da época, daí a necessidade de implantação da agricultura e da pecuária para o desenvolvimento econômico. As terras eram distribuídas em sesmarias através dos forais dos donatários e a propriedade do sesmeiro se caracterizava por ser plena, não existindo relações feudais, vassalagem ou outra semelhante, nem laços de dependência pessoal dos proprietários (PRADO JÚNIOR, 1986).

Não se poderia classificar como sendo feudais as obrigações dos colonos para com os donatários, como o ato do pagamento de impostos e de prestação de serviços militares para a proteção da colônia. Os donatários⁸ não possuíam direito sobre as sesmarias, apenas envolviam-se com a execução do poder público (GORENDER, 2005a).

A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu (PRADO JÚNIOR, 1986, p. 17).

Um ponto que confunde o regime de capitanias que aqui foi implantado com o regime feudal é a plantagem escravista. Esta foi confundida com as características feudais como a do latifúndio, dos diversos povoados, da vontade do senhor proprietário de engenho ou fazenda estabelecida em lei, a predominância do rural sobre o urbano (GORENDER, 2005b). Estes aspectos não podem ser levados em consideração aqui no Brasil porque o regime escravista não comportava a servidão feudal e nem os escravos possuíam terras próprias e autonomia financeira.

A formação social, econômica e política que conforma a história do Brasil colônia foi identificada por Prado Júnior como do tipo escravista mercantil, quando se tem como ponto central a grande exploração rural baseada na produção para abastecer o mercado internacional (COUTINHO, 2005). Novais (1969) também destaca que essa forma de colonização que ocorreu no Brasil está vinculada tanto à política econômica mercantilista quanto à fase inicial de formação do capitalismo moderno (capitalismo comercial), que até então caracterizava a vida no continente europeu.

⁸ Estes só se tornavam proprietários privados de 20% da área de sua respectiva capitania e se obrigavam a distribuir os 80% restantes a título gratuito de sesmarias, isentos os beneficiados de qualquer espécie de dependência pessoal (GORENDER, 2005a, p. 184-185).

Fator, ao mesmo tempo, de fortalecimento do Estado e de desenvolvimento burguês, a economia colonial, na medida em que complementa a economia metropolitana, dá-lhe possibilidade de pôr efetivamente em execução os ditames da política mercantilista; independentemente das demais potências por complementar-se nas colônias, o Estado colonizador tem condições de disputar e conquistar mercados, fomentando o crescente ingresso do bulhão dentro de suas fronteiras (NOVAIS, 1969, p. 56).

Esse sistema colonizador é uma manifestação de um empreendimento típico da época do mercantilismo que teve como manifestação de destaque, por exemplo, as companhias privilegiadas de comércio que eram sociedades comandadas pelo grande capital comercial sem ligação nenhuma com o direito feudal (GORENDER, 2005a).

O processo de concentração capitalista no Brasil colônia, aliado ao desenvolvimento da indústria, aparece através da agricultura, da pecuária ou da mineração, imbricado em uma relação de dependência com a sua metrópole, Portugal. Mesmo após a sua Independência, em 1822, o Brasil não rompe com as amarras da burguesia agrária e nem com o modo de produção imposto pela colônia, não sendo desencadeado aqui um processo revolucionário clássico, com a participação das massas populares para a derrubada do sistema colonial (PRADO JÚNIOR, 1986; MAZZEO, 1997).

Fernandes (2005) enfoca que a burguesia brasileira sempre encontrou uma forma de adequar o Estado aos seus interesses econômicos e políticos. Para ele, as associações de classe objetivavam exercer pressão e controle sobre o aparelho estatal orientando e controlando o poder político. Em vista disso, a oligarquia agrária não perde o poder que já possuía antes como uma aristocracia, buscando e concretizando as condições para a transição e modernização econômica que lhe fosse favorável.

Na verdade o que acontece no Brasil é uma revolução pelo alto, imposta pela própria burguesia agrária formada pelos senhores de engenho. Nessa trama, as relações que imbricam na construção do Estado nacional excluíram as massas das decisões políticas. As relações de produção de modelo escravista, com a ausência de uma classe que se contrapusesse ao sistema vigente, contribuíram para a não construção da perspectiva liberal-revolucionária (MAZZEO, 1997). O que aconteceu foi uma adaptação do velho ao novo em que,

[...] a “modernização” do Brasil, com relação ao contexto mundial do capitalismo, é realizada com o objetivo de manutenção dos fundamentos coloniais de sua organização produtiva, na medida em que a burguesia agroexportadora articula-se com a burguesia industrial britânica (MAZZEO, 1997, p. 133).

Assim, seguindo a linha de pensamento de Prado Júnior concordamos quando ele afirma que através desse processo de modernização da estrutura agrária não se teve uma

supressão da grande propriedade pré-capitalista em favor da pequena propriedade caracteristicamente camponesa. Esse sistema econômico baseado em grandes propriedades se adaptou ao sistema capitalista através da substituição do trabalho escravo pelo livre (PRADO JÚNIOR, 1979 apud COUTINHO, 2005).

No caso dos trabalhadores rurais, as consequências aparecem diretamente por meio da exploração da força de trabalho, pela não garantia de direitos civis e trabalhistas, situação que vigorou por muitos anos e que até hoje ainda tem reflexos nas relações estabelecidas entre capital e trabalho, pois o funcionamento da agricultura brasileira sobrevive da dinâmica que mantém baixo o custo com a mão de obra e com o padrão de qualidade de vida do produtor direto (PRADO JÚNIOR, 1979 apud COUTINHO, 2005).

Portanto, o tipo de relação econômica, política e social que deu base a formação histórica do Brasil teve como fundamento o latifúndio exportador e a manutenção dos privilégios da classe dominante agrária, ou seja, dos senhores de engenho e grandes fazendeiros. Isto foi o sustentáculo que direcionou a implantação e o desenvolvimento do sistema capitalista nacional e o principal motivo gerador das atuais configurações do trabalho precário no mundo rural, onde se tem trabalhadores que sofrem com o amargo peso do passado.

É importante compreender como foi se configurando esse desenvolvimento econômico para entender, nesse processo, o papel da monocultura açucareira e suas características.

1.2. Aspectos do desenvolvimento econômico brasileiro sob o signo da monocultura açucareira

Para Furtado (2007), a ocupação das terras americanas por meio da colonização fez parte dos planos de expansão comercial da Europa, visto que o seu comércio estava em crescente desenvolvimento entre os séculos XI e XV. O início desse processo colonizador se deu em decorrência da pressão política da Europa como um todo com relação à economia de Portugal e Espanha. Era preciso ocupar outros territórios. No Brasil, os precursores dessa ocupação foram os portugueses, os franceses, os holandeses e os espanhóis.

Houve duas opções de ocupação e colonização do território brasileiro. A primeira seria por meio da distribuição de terras a pequenos lavradores, colonos portugueses para que produzissem tanto para o autoconsumo como para a exportação, através do sistema de pequenas propriedades. A segunda seria a distribuição de grandes lotes de terras para colonos

ricos, com grande influência no comércio e que poderiam utilizar mão de obra escrava⁹. Foi essa segunda alternativa a utilizada e as terras foram distribuídas a colonos influentes por meio do sistema de sesmarias, grandes lotes de terras que se transformaram em latifúndios (ANDRADE, 1988).

No início da colonização havia no Brasil uma escassez de mão de obra e baixos benefícios econômicos, o que levou Portugal a efetivar uma organização político-econômica descentralizada. O comércio ficou a cargo de particulares e a criação de povoados sob a responsabilidade dos donatários já que recebiam concessões para desenvolver os territórios que lhes pertenciam, ou seja, as capitanias hereditárias. Estes donatários podiam vender terras aos colonos e se envolver na promoção de diversas empresas comerciais, o que fez com que a colonização possuísse um tom de empreendimento comercial (BAER, 2002).

No século XVI, aproveitando todo o território disponível para se desenvolver economicamente, o Brasil se torna o berço do cultivo da cana-de-açúcar, tendo como destaque toda a costa do país. Sua ocupação e colonização estavam centradas em torno desta base agricultável, que, como exposto anteriormente, abrangia um regime de posse de terra instalado através das capitanias hereditárias e o surgimento dos latifundiários, que cultivavam a cana-de-açúcar em grandes plantações. Este fato determinou a formação da grande propriedade como alicerce para a exploração agrária baseada na monocultura (PRADO JÚNIOR, 1986; 1998).

Essa ocupação do solo brasileiro é destacada por Prado Júnior (1986) e Andrade (1988), como fruto da invasão portuguesa durante o século XVI, quando se deu a desapropriação e, conseqüentemente, a dizimação dos indígenas, que se constituíam como população originária da região. Os portugueses à época eram movidos pelo interesse em lucros, e, norteados pelos anseios de grandes descobrimentos marítimos (através das navegações), tinham como base a apropriação de terras na Ásia, África e América para concretizarem seus objetivos econômicos.

As capitanias hereditárias se constituíram como um ponto chave para o desenvolvimento econômico do território. Os portugueses as fundaram para colonizar o Brasil, - território que inicialmente dependia de Lisboa, Portugal – e criaram no ano de 1549 um governo geral situado na cidade de Salvador, Bahia¹⁰. As colônias agrícolas foram

⁹ “Inicialmente imaginaram que os escravos poderiam ser os próprios indígenas que viviam na região, mas depois, face à guerra mantida com os mesmos, partiram para estender ao Brasil o comércio de negros africanos que já era feito com alguma intensidade para Portugal” (AZEVEDO, 1987 apud ANDRADE, 1988, p. 10).

¹⁰ Os primeiros governos do Brasil no período colonial foram: Tomé de Sousa (1549-1553); Duarte da Costa (1553-1558); Mem de Sá (1558-1572).

implantadas nas capitanias e eram regidas através de um pacto colonial com a Corte Portuguesa, para suprir a demanda europeia de mercado. Eram atrativos os preços dos produtos tropicais como açúcar, pimenta, cravo, mostarda, entre outros (PRADO JÚNIOR, 1986; ANDRADE, 1988).

Nesse período, a partir da economia da colônia o senhor de engenho fazia parte do circuito global da apropriação colonial, seja através da expropriação de terras, seja do trabalho dos escravos (FERNANDES, 2005). Todavia, Prado Júnior (1998, p. 37) enfoca que:

[...] seja com escravos africanos, escravos ou semi-escravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da colônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma. É ela a da grande unidade produtora que reúne num mesmo conjunto de trabalho produtivo, um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou seu feitor. É a exploração em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção. Opõe-se assim à pequena exploração parcelária realizada diretamente por proprietários ou arrendatários.

Dessa forma, como já salientado anteriormente, a ocupação do território brasileiro seguiu os princípios da divisão internacional do trabalho da era moderna e baseou-se na produção de gêneros agrícolas complementares para beneficiar a acumulação mercantil das metrópoles da Europa, se destacando durante o século XVI pela produção de açúcar. É importante também salientar que para a produção do açúcar era necessário implementar o modelo denominado *plantation*¹¹, que se generalizou principalmente no Nordeste brasileiro, tendo como ponto central o trabalho escravo¹² para a execução das atividades da agricultura¹³ (PRADO JÚNIOR, 1998; NAKATANI et al, 2012).

A plantagem (*plantation*) passou a ser uma estratégia fundamental da colonização tendo como base o modo de produção escravista. Esta forma de produzir se diferencia da forma de organização presente no feudalismo, pois é baseada na produção econômica voltada para os interesses do mercado, portanto, para a produção em grande escala, não tendo o objetivo de suprir a subsistência do trabalhador, do produtor, do escravo, mas sim abastecer o mercado em termos mundiais. Este sistema de plantagem tende a controlar a mão de obra

¹¹ De acordo com Prado Júnior (1998), as *plantations* são unidades produtoras de grande porte como as plantações, as fazendas e os engenhos, onde se realiza a exploração agrária.

¹² Diferente da comunidade primitiva onde as pessoas viviam em um regime de subsistência e igualdade, não se fixando em um território, o sistema escravista baseou-se na propriedade privada, na exploração do trabalho e na violência, diversificando bens para o desenvolvimento do comércio entre as cidades. Assim surgiam as classes sociais; de um lado os possuidores dos meios de produção e do outro os não possuidores (NETTO; BRAZ, 2011).

¹³ “Latifúndio — monocultura e escravidão, eis a deletéria herança de nosso passado colonial” (NAKATANI et al, 2012, p. 216).

impedindo, com exceção de pequenos cultivos de escravos, a criação de atividades autônomas, tornando aquelas desenvolvidas pelos escravos rigorosamente disciplinadas, com a integração de todas as tarefas, a serviço sempre, de um proprietário¹⁴ (GORENDER, 2005b). Isto reflete o que Marx já afirmava “O trabalho, agora, não mais será realizado por todos os membros da sociedade, mas terá uma classe social (a primeira delas foi a dos senhores de escravos) que explorará o trabalho da classe trabalhadora (a primeira delas foi a dos escravos) (LESSA, 1999, p. 5).

Foi com essa forma de plantagem escravista que se desenvolveram os engenhos de cana-de-açúcar no Brasil, absorvendo enorme quantidade de trabalho escravo para a produção do açúcar propriamente dito. Os escravos participavam de uma divisão do trabalho que se fazia por equipes e executavam as tarefas que lhes cabiam, realizando desde o cultivo à transformação industrial do produto final, o açúcar. Os maiores engenhos chegavam a produzir cerca de 150 a 250 toneladas de açúcar por ano¹⁵ (GORENDER, 2005b). A respeito disso Gorender (2005b, p. 161), destaca que:

A plantagem escravista dispunha de vantagens consideráveis sobre as pequenas explorações e daí constituir-se na forma dominante de organização econômica. Graças ao elevado número de trabalhadores que concentrava, podia contar com a superioridade da cooperação simples sobre o trabalho individual e podia efetuar com relativa rapidez grandes colheitas. Simultaneamente com estas, era capaz de beneficiar o produto agrícola em tempo hábil e com menores perdas de matéria-prima. Podia, enfim, viabilizar no mesmo estabelecimento a divisão qualitativa do trabalho, integrando as várias fases da atividade principal e os ofícios correlatos. Compreende-se então que, embora empregasse o trabalho escravo, pouco produtivo sob o aspecto individual, conseguisse firmar-se como o eixo e a base da economia colonial.

O que se estabeleceu no Brasil com a propagação da produção açucareira foi uma espécie de privilégio fiscal que fez com que os latifundiários rurais aproveitassem a terra de forma mal utilizada e de acordo com suas necessidades específicas, ou seja, havia grandes áreas sem cultivo para fins tanto especulativos ou para prestígio pessoal. É dessa maneira que:

Não pode haver dúvidas que um dos fatores principais, se não o principal hoje em dia, que tem resguardado a concentração da propriedade agrária, herança colonial que perpetuou até nossos dias, impedindo o parcelamento daquela propriedade, sua distribuição mais equitativa e mobilização comercial mais ativa (condição essencial para o progresso da agropecuária),

¹⁴ Assim é que Gorender (2005b, p. 151) defende que “Plantagem e trabalho escravo podiam combinar-se e alastrar-se como uma só coisa na América colonial”.

¹⁵ Durante o século XXI já é possível produzir cerca de 60 mil toneladas por ano (GORENDER, 2005b).

aquele fator é a isenção fiscal de que goza a propriedade fundiária rural (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 81).

Como se percebe, a formação socioeconômica do Brasil se instituiu e se desenvolveu ligada ao latifúndio, importante base para a ocupação do solo. A experiência do país focada no latifúndio para a cultura da cana-de-açúcar – a plantagem, que se deu com o funcionamento dos engenhos¹⁶ precisamente na Região Nordeste, a que mais se destacou em termos de ocupação do território no período colonial da América-Latina (NAKATANI et al, 2012).

Foi com esse modelo latifundiário que o açúcar começou a ser produzido, destacando-se no Brasil como o produto mais importante para ser exportado. A cana-de-açúcar foi trazida ao país por senhores de engenhos que eram imigrantes, como também por comerciantes de açúcar vindos de ilhas localizadas do atlântico que eram de domínio português. O cultivo da cana-de-açúcar se expandiu rapidamente dando origem a vários ciclos de exportação primária, que foram responsáveis pelo crescimento econômico do país até meados século XX (BAER, 2002). Como salienta Albuquerque (2009, p. 17):

A cana serviu perfeitamente à estratégia de colonização portuguesa porque exigia uma grande quantidade de braços e a ocupação de amplas áreas territoriais. Além disso, o açúcar era amplamente aceito no mercado externo e tinha status de especiaria. Atendia, assim, simultaneamente, aos interesses mercantilistas da metrópole e aos dos donatários, ávidos pelas riquezas que poderiam obter com o seu plantio nas novas posses.

O cultivo da cana e a produção de açúcar no Brasil representaram para Portugal um movimento de grande importância econômica. Conforme salienta Albuquerque (2009), a cana foi trazida por Gonçalo Coelho em sua expedição, sendo o Nordeste o local de clima propício e solo mais fértil para seu estabelecimento. De acordo com Macedo (2008), o Brasil tem um clima tropical tanto quente como úmido e seu solo de qualidade massapé foram exatamente os elementos que os portugueses precisavam para difundir as plantações de cana e enriquecer.

A cana-de-açúcar, produto pioneiro e de maior relevância nas exportações do Brasil colônia, era produzida principalmente nos arredores das regiões úmidas do litoral do Nordeste, também denominada Zona da Mata, região que oferecia ótimas condições de plantio além de favorecer o embarque do produto para as regiões da Europa e o desembarque de mão de obra escrava, advinda principalmente de Angola, na África, já que a mão de obra indígena era insuficiente. Essa região logo se transformou em uma área de monocultura

¹⁶ De acordo com Prado Júnior (1998), o engenho é uma fábrica onde tem suas instalações que compõe numerosas construções e aparelhos mecânicos (moenda, caldeira e casa de purgar) para a utilização da cana e sua transformação em açúcar. Engenho e propriedade canavieira se tornaram sinônimos.

açucareira e durante um século foi se desenvolvendo baseada em uma economia voltada para a exportação do açúcar, com a extensão de terras e o crescimento da população escrava (BAER, 2002).

As fazendas de açúcar eram cultivadas e administradas por imigrantes de Portugal que tinham em seu domínio os escravos e também caboclos mestiços que aplicavam técnicas primitivas de cultivo da terra. Isto lhes permitia o ganho de grandes excedentes favorecendo o desenvolvimento do setor de exportação do açúcar, que beneficiava diversos agentes econômicos como os fazendeiros e as pessoas envolvidas na comercialização, no financiamento, na expedição e também no comércio da população escrava (BAER, 2002).

Foi assim que, no início do século XVII, o Brasil pôde se transformar no maior fornecedor de açúcar do mundo. Porém, esta atividade exportadora foi entrando em declínio no final deste século devido à queda de exportação causada pelo aumento da quantidade da oferta de açúcar nas colônias inglesas, como também holandesas e francesas, já que estas colônias tinham melhor acesso aos mercados dos países de origem (BAER, 2002). Porém, até o século XVIII, mesmo enfrentando concorrentes internacionais como as colônias da América Central e das Antilhas Holandesas, a base econômica do país baseada na produção do açúcar dos engenhos não recrudescer e sempre encontrava formas de alargar sua produção para o mercado externo (PRADO JÚNIOR, 1998; NAKATANI et al, 2012).

O ciclo de exportação da cana-de-açúcar diminuiu durante os séculos XVIII e XIX, mas isso não fez com que fossem extintas as monoculturas de cana-de-açúcar, o que houve foi um atraso no desenvolvimento agrícola do Nordeste. A distribuição tanto de bens como de renda eram de caráter concentrador, pois a escravidão não permitia que os recursos humanos fossem distribuídos coletivamente. Os lucros permaneciam, na maior parte, com os portugueses e intermediários de outros países e os lucros dos fazendeiros e senhores de engenho, que não se interessavam em melhorar as técnicas agricultáveis, a infraestrutura e a melhoria da distribuição de bens, eram gastos com bens importados (BAER, 2002).

Segundo Gorender (2005b), é a demanda por açúcar no mercado mundial, no início do século XIX, que irá aumentar e exigir dos engenhos da América um maior grau de tecnologia, o que fomentará uma barreira entre o trabalho escravo e o progresso técnico. A partir deste século, o Brasil começa de forma tardia, a incorporar algumas inovações tecnológicas europeias para o fabrico do açúcar dando origem aos engenhos centrais e, após a abolição da escravatura em 1888, às modernas usinas que eram, por sinal, mais desenvolvidas tecnologicamente e já absorviam mão de obra assalariada.

Assim, após o império, a oligarquia agrária, para se reerguer, teve que se renovar para se adequar à ordem social emergente. Foi justamente no fim do século XIX que ela começou a se envolver com o processo de modernização da industrialização, porém sob o signo da manutenção dos seus interesses tradicionais em detrimento da expansão autônoma interna (FERNANDES, 1976).

O que aconteceu na agricultura brasileira após o período colonizador foi uma modernização do tipo conservadora no campo e na cidade, sob o signo do mandonismo oligárquico burguês que fragmentou ainda mais a liberdade política dos trabalhadores e seu poder de decisão. O século XIX foi o momento propício para a definição da hierarquia entre as diversas nações. Neste cenário, o Brasil se manteve numa posição subordinada no que se refere à industrialização, porque não rompeu com o modelo agroexportador capitaneado pela divisão internacional do trabalho advinda da Europa (NAKATANI et al, 2012).

O fundamento do comércio, do engenho, da fazenda ou mesmo da instância pré-capitalista seguiu os interesses da aristocracia agrária no bojo da transformação capitalista e dos novos ímpetus da economia e da sociedade, em face do desenvolvimento do mercado e das relações de produção. Com isto, as estruturas de poder do passado colonial foram preservadas de forma que o velho e o novo se fundiram, ou seja, a antiga aristocracia comercial com as elites dos imigrantes, determinando a lógica da dominação burguesa da oligarquia dominante e transformando o Brasil em supostamente moderno (FERNANDES, 1976). Como sustenta Lessa (2011, p. 5-6): “[...] o arcaico e o moderno convivem intimamente no Brasil e cada um dos pólos alimenta-se do outro para subsistir e desenvolver-se”.

Quanto à questão da escravidão, base de sustentação do modelo de desenvolvimento econômico arcaico do Brasil, Furtado (2007) reflete que seria justamente no século XIX que a abolição da escravatura deveria representar uma melhor distribuição de bens, pois sendo os escravos agora trabalhadores livres sua força de trabalho não pertenceria mais ao senhor de escravos, mas a si próprio. Porém, com a abolição da escravatura os escravos libertos saíram dos engenhos, mas encontravam dificuldades para sobreviver uma vez que já havia uma população excedente ocupando os centros urbanos. No caso do Nordeste, já estava ocupada com a agricultura. Com isto:

Os deslocamentos se faziam de engenho para engenho, e apenas uma fração reduzida filtrou-se fora da região. Não foi difícil, em tais condições, atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escravo, mediante um salário relativamente baixo. Se bem não existiam estudos específicos sobre a

matéria, seria difícil admitir que as condições materiais de vida dos antigos escravos se hajam modificado sensivelmente após a abolição, sendo pouco provável que esta última haja provocado uma redistribuição de renda de real significação (FURTADO, 2007, p. 201).

Para Furtado (2007), a abolição da escravidão significou um processo de segregação social dos negros e retardou a assimilação de sua situação em vista dos processos a que foram submetidos na época da escravidão. No início do século XX, os descendentes dos escravos libertos possuíam um modo de vida limitado a um sistema de necessidades e tinham um papel passivo no que se refere às transformações econômicas do Brasil. Em vista disso, observa-se que mesmo sendo abolida a escravidão não houve modificações significativas nem no sistema de organização da produção e nem na distribuição de renda. Como sustenta Furtado (2007, p. 201-202):

A indústria açucareira, no decênio que antecedeu a abolição, havia passado por importantes transformações técnicas, beneficiando-se de vultosas inversões de capital estrangeiro, sob os auspícios do governo central. [...] Destarte, a contração da oferta provocada pela abolição da escravidão não chegou a ter consequências graves sobre a utilização dos recursos e muito provavelmente não provocou qualquer modificação sensível na distribuição da renda.

Este processo de modernização que foi imposto ao Brasil e que veio de fora para dentro se intensificou durante o século XX, baseado em um modelo autocrático de dominação do passado colonial e reafirmado no presente, onde a opressão e a repressão, embasadas no mandonismo, no paternalismo e no ritualismo eleitoral da sociedade de classes foram responsáveis por impedir que as camadas populares participassem do espaço político (FERNANDES, 1976).

Ademais, é importante destacar que no final do século XX a cana-de-açúcar ainda é o centro das atenções econômicas do Brasil e que as perspectivas de alterações positivas nas relações de trabalho no setor canavieiro não se fizeram de forma profunda. É notório que “[...] muito pouco se alterou entre a situação dos escravos, ‘rés’, violentados, coisificados, perseguidos explorados nos arcaicos engenhos coloniais e os que hoje são responsáveis pelo corte da cana de açúcar nos canaviais” (MACEDO, 2008, p. 7).

Isto mostra que o modelo de desenvolvimento econômico do Brasil foi voltado desde o período colonial para a exportação, o que fez com que esse modelo não gestasse hoje no país a superação do latifúndio e a criação de um mercado interno “[...] de modo que essa realidade vigorou por pelo menos quatro séculos da história brasileira” (NAKATANI et al, 2012, p. 217). Dessa forma, o governo no Brasil não teve o propósito de construir um projeto

de ocupação da terra permeado pela pequena propriedade e nem baseado na criação de um campesinato.

Tão logo observa-se, que apesar de terem decorridos muitos anos da colonização brasileira, o modelo primitivo de ocupação do solo, baseado na posse de grandes quantidades de terras e no poder da indústria do açúcar no direcionamento da economia e das relações sociais no Nordeste ainda permanece (ALBUQUERQUE, 2009). A mão de obra escrava, posteriormente tornada assalariada, se manteve precária. Os trabalhadores mantiveram-se “livres” apenas de modo formal, e principalmente aqueles que se mantiveram nas áreas rurais, no corte da cana, acabaram por se submeter a condições de trabalhos precárias, ditadas pelos latifundiários.

1.3. O desenvolvimento da agroindústria canavieira Alagoana: do engenho à usina

É no século XIX, no ano de 1817, que se desenvolve no Nordeste a província que seria denominada Alagoas e que se destacou com relação ao resto do Brasil por estar ligada ao apogeu do litoral canavieiro da Região Nordeste, ainda quando pertencia à Pernambuco¹⁷, no século XVII (LESSA, 2011). Alagoas já nasce tendo sua base econômica ligada ao latifúndio e a monocultura da cana-de-açúcar, baseada na grande propriedade exportadora, monocultora e também escravocrata.

Na história de Alagoas a presença da cana-de-açúcar é de extrema importância desde o período da colonização, de modo que, como ressalta Albuquerque (2009, p. 28), “a cana é a alma das Alagoas”. O povoamento de Alagoas¹⁸ teve início pelos portugueses na segunda metade do século XVI, com Cristóvão Lins à sua frente, sendo o norte do Estado, precisamente o município de Porto Calvo, o centro do desenvolvimento. Os núcleos de povoamento já nascem baseados na monocultura açucareira, exceto Penedo (ALBUQUERQUE, 2009).

¹⁷ “[...] é possível ligar muita coisa da vida alagoana à história de Pernambuco, unidos como estiveram os respectivos territórios por longo tempo. Só em 1706 Alagoas foi erigida em comarca, não se conhecendo, aliás, o respectivo documento, se bem que Pedro Paulino lhe cite até o dia e o mês, o que indica tê-lo conhecido. Como capitania independente só se constituiu em 16 de setembro de 1817” (DIEGUES JÚNIOR, 2012, p. 28).

¹⁸ “É possível admitir-se que haja partido de três focos iniciais o povoamento do território alagoano. Um assentou no norte, e teve Porto Calvo como núcleo de irradiação. O segundo situa-se no centro do litoral e se desenvolveu em torno das lagoas, que deram nome ao povoado inicial: Alagoas ou Alagoa do Sul e Alagoa do Norte. Prolongou-se pelo Vale do Mundaú, a cujas margens assentaram os fundamentos da economia local: os engenhos de açúcar. O terceiro foco situou-se ao sul; Penedo é o seu centro de expansão” (DIEGUES JÚNIOR, 2012, p. 43).

Durante o período da colonização foram construídos vários engenhos, sendo os primeiros o Escurial, o Maranhão e o Buenos Aires, fundados por Cristóvão Lins no século XVI (SINDAÇÚCAR ALAGOAS, 2016; DIEGUES JÚNIOR, 2012). Seguiu-se também a construção dos núcleos de povoamento, o que fez com que a cultura da cana-de-açúcar envolvesse toda a população que vivia em função da exploração açucareira. Por meio dessa cultura também se disseminou a exploração do escravo, que mais tarde passou a ser assalariado (DIEGUES JÚNIOR, 2012).

A história dos engenhos de açúcar nas Alagoas quase se confunde com a própria história do hoje Estado, antiga Capitania e Província. A evolução de um ditou e condicionou a do outro; acompanha a história do Estado, o desenvolvimento da cultura da cana e da indústria do açúcar. As dificuldades que sofre o açúcar, refletem-se na história regional. Os seus dias de esplendor são os dias áureos da terra - vilas, comarca, capitania, província ou Estado (DIEGUES JÚNIOR, 2012, p. 25).

O engenho é parte constituinte da história de Alagoas e nele a presença de indígena, escravo ou colono a serviço da sociedade agrária dos senhores de engenho portugueses. O escravo negro particulariza com mais precisão a sociedade do açúcar em Alagoas. De acordo com Diegues Júnior (2012), a entrada do negro em Alagoas data aproximadamente da época da chegada do negro em Pernambuco no período da sua colonização por Duarte Coelho. Sua fixação vai ocorrer a partir da fundação do primeiro engenho alagoano no século XVI. Sem os negros nada seriam os engenhos alagoanos e também brasileiros. De acordo com Diegues Júnior (2012, p.87), o negro:

Apareceu para oferecer a sua grande e inestimável colaboração na obra colonizadora; na obra econômica, que se sintetizou no engenho de açúcar. É para o engenho que o negro é trazido; nele emprega sua força. Integrando-se na formação social da terra, o negro influenciou no colorido da população. Engrossou a massa demográfica. Participou da mestiçagem que foi grande na região açucareira, apesar dos preconceitos criados com a distinção de classes sociais.

Dessa forma, percebe-se que a mão de obra dos canaviais alagoanos foi constituída por negros e contava também com a presença de portugueses que desenvolviam a tarefa de feitores. Naquele momento, o senhor de engenho não contava com os indígenas uma vez que eram vistos como inimigos, pois travavam inúmeras batalhas com os portugueses. A mão de obra escrava era a que fazia os engenhos funcionarem, sempre acompanhada de feitores que controlavam toda a produção do açúcar e submetiam os escravos as mais diversas formas de exploração, colocando-os em condições de vida desumanas e precárias (DIEGUES JÚNIOR, 2012).

O uso de chicotes, o mandonismo e as torturas faziam parte da rotina de trabalho dos escravos logo, “[...] ficaram na população, na organização social, no sistema econômico, as marcas de sua contribuição; marcas que se fixaram não só na sociedade, senão ainda, e principalmente, no seu próprio corpo” (DIEGUES JÚNIOR, 2012, p. 87).

O engenho, também chamado de Banguê por Diegues Júnior (2012) influenciou a vida alagoana até o final do século XIX, se exaurindo no momento em que começam a implementar transformações técnicas no âmbito da produção do açúcar neste estado. Os engenhos entraram em decadência porque sua especificidade não se ajustava às novas transformações advindas das usinas que começavam a surgir. Esse momento de revolução da técnica industrial e de surgimento das usinas acontece justamente no mesmo período da abolição da escravatura.

A decadência dos engenhos se dá paulatinamente devido a alguns fatores. Surge a possibilidade de plantar a cana em áreas de tabuleiros e a necessidade de incorporação de novas terras destinadas a tal objetivo. Isso requeria um alto custo produtivo, porém os senhores de engenhos não tinham recursos e poder suficientes para levar a cabo estas transformações se comparado à concorrência dos novos empresários, os usineiros com as suas usinas. Além do mais, os investimentos do Estado favoreciam a implantação de novas e grandes empresas, como no caso as usinas (HEREDIA, 1988).

No processo de transição entre a decadência dos engenhos e a instalação das usinas houve alguns problemas relacionados ao fornecimento, à qualidade, preço e peso da cana e ao tráfego nas estradas de ferro que passavam por dentro dos engenhos. Além disso, outros problemas estiveram relacionados aos limites das demarcações das terras das usinas e dos engenhos, ao endividamento e a resistência dos senhores de engenho frente aos usineiros, que foram sendo minimizados ao longo dos anos (HEREDIA, 1988).

Em Alagoas, nos municípios que eram denominados canavieiros, aqueles onde a cultura dominante era a da cana-de-açúcar e a produção do açúcar, a cana centralizou-se nos vales considerados mais férteis, onde foram instaladas as primeiras usinas. Os solos que não tinham a qualidade necessária para o cultivo da cana cederam lugar às culturas de subsistência, que também dividiram lugar com a criação de gado em terras de tabuleiro (HEREDIA, 1988).

Heredia (1988) destaca em seus estudos que a história de Alagoas é marcada pelo cultivo nas áreas canavieiras, apesar de contar também com a presença de fazendas de criação de gado, além de plantações de algodão e da agricultura de subsistência, a exemplo da

mandioca e o arroz. Em Coruripe se desenvolvia a agricultura com a produção de alimentos (milho, feijão, coco, mandioca) e o cultivo de cereais que abastecia outras cidades como Maceió e Penedo. As cidades de Igreja Nova, Piaçabuçu, Porto Real do Colégio, Coruripe, Poxim, São Miguel, Penedo, Alagoas (hoje Marechal Deodoro) e Atalaia se destacavam entre as principais regiões que produziam alimentos, além da cana-de-açúcar e a criação de bovinos.

O processo de desenvolvimento da técnica produtiva de fabricação do açúcar, ou seja, do seu processo de industrialização e também do álcool ocorreu de forma lenta a partir do século XIX, se intensificando na segunda metade do século XX. É justamente quando o mercado se torna mais exigente e os produtores necessitam atender a essa demanda, na segunda metade do século XIX, que aparece uma nova forma de industrializar a cana-de-açúcar, contando com as usinas que produzem novos tipos de açúcar - o branco e demerara -, perdendo a relevância o mascavo que era produzido na época colonial. É dessa forma que o Nordeste e precisamente Alagoas entram no mercado competitivo internacional concorrendo com as Antilhas e Indonésia e até mesmo com os Europeus. Vive-se a modernização da produção açucareira (ANDRADE, 1988). Portanto,

Iniciou-se assim, a partir da nona década do século XIX, o que chamamos de processo usineiro, com a implantação de modernas fábricas, ora de propriedade de sociedades que conseguiam o apoio dos governos Imperial até 1889 ou Federal a partir desta data – os engenhos centrais –, ora de usinas instaladas pelos próprios proprietários de engenho, com subsídios e favores conseguidos dos governos estaduais (ANDRADE, 1988, p. 17).

As primeiras usinas do estado de Alagoas são as usinas Brasileiro, instalada em 1890 no município de Atalaia (moendo no ano de 1892), e Sinimbu localizada em São Miguel dos Campos, nas proximidades do rio Jequiá e que foi instalada no ano de 1893 (ALMANAQUE DE ALAGOAS, 1897 apud HEREDIA, 1988; ALBUQUERQUE, 2009).

As usinas que no Nordeste surgem – e em Alagoas – são consideradas como o latifúndio capitalista modernizado, substituindo as formas de capitalismo mercantil e de acumulação primitiva que eram utilizadas no Brasil colônia (ANDRADE, 1988). São usinas modernas que com a implantação de tecnologias têm maior capacidade tanto de produzir como de expandir seus territórios, provocando rebatimentos negativos para o campo a exemplo da expulsão de camponeses de suas terras e a poluição ambiental, além da degradação do trabalho e da vida do trabalhador, agora na condição de assalariado.

Em Alagoas, após a abolição da escravidão, muitos trabalhadores permaneceram nos engenhos, morando inclusive em casas que foram construídas em substituição às senzalas¹⁹. Heredia (1988) salienta que no período da escravidão em Alagoas muitos escravos residiam em casas geminadas, em habitações simples que passaram a ser dos trabalhadores assalariados (ex escravos ou não) após abolida a escravidão, com ou sem transformação na sua estrutura. Nestas residências havia um pequeno espaço para que os moradores pudessem ter seu roçado cujo “o produto [...] constituiu a base de obtenção dos meios de subsistência dos *moradores*” (HEREDIA, 1988, p. 54, grifos originais). Isto demonstra que as relações entre os senhores de engenho e os trabalhadores, ex-escravos, continuavam praticamente a mesma depois da abolição da escravidão. O trabalhador ainda fazia parte do sistema de moradia da fazenda e trabalhava no cultivo e corte da cana e isso perdurou por muito tempo, mesmo com o posterior aparecimento das usinas no final do século XIX.

A maioria das usinas de Alagoas surgidas com a decadência dos engenhos no fim do século XIX absorveram parte desses trabalhadores e mantiveram a estrutura de moradia, também chamado de arruado do engenho que perdurou aproximadamente até meados dos anos de 1990. Porém, na fazenda da usina foram incorporados outros elementos: a fábrica, as casas dos trabalhadores operários, as casas dos funcionários que tinham posições hierárquicas mais elevadas e a casa do gerente, além de inovações como as turbinas e o arado. Outras mudanças também ocorrem com a implantação das estradas de ferro no fim do século XIX e o aumento da concentração de terras assegurando o abastecimento da matéria-prima (HEREDIA, 1988).

O certo é que da criação dos primeiros engenhos no século XVI, até o surgimento das primeiras usinas no final do século XIX, “a presença da cana é tão preponderante em Alagoas que ainda hoje parece impossível pensar o Estado sem ela. Mesmo nos momentos de crise dessa atividade não se buscam com firmeza alternativas econômicas para substituí-la” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 29).

Apesar das crises do passado enfrentadas pelo setor da agroindústria canavieira alagoana, hoje suas grandes usinas são modernas, com alta tecnologia e de grande importância econômica para a burguesia canavieira do estado. Os seus lucros advêm dos setores

¹⁹ “A análise da trajetória de alguns dos trabalhadores que consideravam ter sido *moradores* no passado revela que nem sempre tinham estado ligados a um *senhor de engenho*, tendo alguns deles sido *moradores* de propriedades que pertenciam às usinas. A análise das relações sociais em ambas as situações – longe de nos levar a pensar que estávamos diante de expressões vazias de conteúdo – revela que o engenho, enquanto sistema social, permaneceu dominante mesmo depois do surgimento das usinas, e mais ainda, que as usinas instaladas na área adotaram, inclusive, o sistema de *morada* característico dos engenhos” (HEREDIA, 1988, p. 161, grifos originais).

agroindustriais, comerciais e também de serviços. E a rentabilidade da agroindústria canavieira alagoana pode ser percebida ao observarmos três questões relevantes: o elevado padrão de consumo dessa burguesia, a ampliação das plantas industriais de uma empresa, e o aumento dos investimentos em outros ramos de atividade e em outras regiões canavieiras do Brasil (LESSA, 2011).

Porém, a modernização no sistema produtivo alagoano favoreceu aos setores econômicos, ao arcabouço político oligárquico e as relações de produção fundadas arcaicamente, bem como a permanência da exportação sobre o mercado interno, o que denota o tom de uma modernização conservadora, principalmente capitaneada pelo setor canavieiro (LESSA, 2011). Isto traz consequências negativas para a sociedade alagoana, uma vez que a expressão da base econômica dentro do universo político é a formação de um aparelho de estado baseado em relações oligárquicas, autoritárias, patrimonialistas, paternalistas e antidemocráticas.

Grande parte das propriedades de terra em Alagoas é controlada pelo poder econômico e político dos usineiros. Estas usinas, de acordo com Padilha (2011), originárias da decadência do engenho no final do século XIX, são controladas por grupos de famílias da mesma linhagem. A maioria dos seus proprietários ou sócios fazem ou já fizeram parte de cargos políticos como senadores, deputados federal e estadual e até governadores, cujo envolvimento na vida política e econômica acaba expandindo seus negócios em outros estados brasileiros. Para Padilha (2011), o setor da agroindústria canavieira em Alagoas também é conhecido por financiar campanhas políticas, o que denota o caráter de influência nesta esfera. Como salienta Albuquerque (2009, p. 19):

Analizando o fenômeno do poder de mando na política local por alguns grupos familiares, percebemos que quem detém o poder econômico passa quase que automaticamente, salvo raras exceções, a exercer o comando político local e alguns municípios se tornam verdadeiras propriedades das grandes famílias.

Os senhores de engenhos, hoje usineiros, possuem influência política como marca histórica forte, pois foi dentro das casas grandes que nasceu e cresceu o poder da política do estado alagoano, tendo o senhor de engenho espalhado o seu prestígio do litoral ao sertão. Logo, “as famílias mais tradicionais e as oligarquias políticas mais consolidadas têm as suas raízes fincadas na propriedade da terra e sua história melada no açúcar” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 30).

Dessa forma, percebe-se o quanto é impossível pensar o estado de Alagoas sem compreender a cultura da cana-de-açúcar propagada desde o período colonial; e, o quanto é importante se pensar no trabalho desenvolvido nos canaviais como a forma utilizada para o desenvolvimento da economia local, trabalho esse executado antes pelos escravos e hoje pelos cortadores de cana-de-açúcar denominados assalariados rurais.

Na atualidade as usinas do estado de Alagoas são modernas e em progresso contínuo, tanto no sentido da modernização da sua infraestrutura como em termos de desenvolvimento econômico da produção de açúcar e álcool. A agroindústria da cana-de-açúcar alagoana é reconhecida mundialmente por ser uma grande fonte de exportação de açúcar e um terreno fértil para investimentos econômicos visando a intensificação da obtenção de lucros.

Segundo Albuquerque (2009), mais de 60% das terras alagoanas pertencem apenas a 3% dos proprietários e aproximadamente 40% das terras estão nas mãos de cerca de 97% de pequenos e médios proprietários. A atividade da indústria da cana-de-açúcar, produção de açúcar e álcool no estado é a que mais prospera, tendo suas instalações no setor rural.

No ano de 2011 existiam em Alagoas cerca de 24 grandes usinas²⁰, em sua maioria controladas por pessoas que advém de uma mesma linhagem familiar exceto seis delas: a Central Leão Utinga, instalada em 1894, deixou de ser familiar após ser assumida em 2008 pela empresa Brazil Ethanol; a matriz e duas filiais da usina chamada Laginha (usinas Guaxuma e Uruba), propriedades do grupo João Lyra; a Taquara, do proprietário José Maria Quirino de Andrade; e a Pindorama, a única que funciona sob a forma de cooperativa, com aproximadamente mil e quinhentos cooperados (PADILHA, 2011).

Outras usinas são controladas por um grupo de famílias: a Roçadinho é propriedade da família Sampaio; a Santa Clotilde e a Santa Maria são dos Rosa Oiticica; a Serra Grande pertence aos Andrade Bezerra e a Sinimbu, aos Coutinho. A Seresta é propriedade dos Vilela. Algumas pertencem a grupos econômicos: a Santo Antônio, por exemplo, com sua filial em Camaragibe, faz parte do Grupo Santo Antônio dos Correia Maranhão. A Coruripe, do grupo Tércio Wanderley. Já a Porto Alegre e Porto Rico são de propriedade do grupo Olival Tenório. A usina Triunfo pertence ao major José Tenório. Ao lado destas, também existe o Grupo Toledo que tem como propriedade as usinas Capricho, Paísa e Sumaúma dos sócios mais destacados Fernando Toledo e Sérgio Toledo. O Grupo Carlos Lyra domina a usina

²⁰ Estes dados sobre usinas também podem ser comprovados através do sítio eletrônico: <http://dados.al.gov.br/dataset/usinas-e-destilarias-em-alagoas>. Neste endereço são listadas 24 empresas contando com usinas/destilarias.

Caeté e duas filiais chamadas de Marituba e Cachoeira pertencente a Carlos Lyra Neto (PADILHA, 2011).

Porém, de acordo com dados dos anos de 2012 e 2015 verifica-se que houve a falência das usinas Guaxuma, Laginha e Uruba pertencentes ao setor sucroalcooleiro Laginha Agro Industrial do grupo João Lyra²¹. Estas falências foram comprovadas por vários jornais, que expuseram a decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) como o Gazeta de Alagoas (2012), Estadão (2012), novaCana.com (2015), Extra (2015) e o Cada Minuto (2015) (NEALDO, 2012; MAGOSS, 2012; G1 ALAGOAS, 2015a; G1 ALAGOAS, 2015b; MOUSINHO, 2015; SOARES, 2015).

Segundo relatos existentes nos jornais novaCana.com (2015) e o Cada Minuto (2015), o ex-deputado federal João Lyra, dono do grupo de mesmo nome, tem uma dívida com o setor sucroalcooleiro superior a 2 bilhões. Somente com transações irregulares foram gastos 27 milhões dos quais 20,5 milhões foram recebidos do governo federal para socorrer a indústria e a produção do açúcar e do álcool, mas que foram usados de forma inapropriada, o que prejudicou ainda mais a empresa (G1 ALAGOAS, 2015b; SOARES, 2015). Portanto, o que se constatou foi que:

[...] os gastos se mostraram totalmente fora da realidade de uma empresa falida, sem paralelo na conjuntura do Brasil em crise, ainda mais para uma gestão colegiada que precisa abater uma dívida próxima de R\$ 2 bilhões com credores, bancos e, principalmente, fornecedores e trabalhadores rurais em situação de dificuldade de sobrevivência (SOARES, 2015, p. 2).

Isto mostra que o governo põe privilégios para a agroindústria canavieira brasileira e especificamente alagoana deixando à mercê os diversos trabalhadores empregados neste setor, os quais vivem uma situação de omissão de direitos. Os estudos de Lessa (2011) confirmam que a burguesia do estado tem forte poder na esfera política como uma oligarquia, de maneira que poucas famílias dominam os três poderes do estado e isso acaba por gerar um quadro de desrespeito às leis vigentes, confundindo os patrimônios público e privado dos governantes em detrimento dos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos. Isso acontece porque em Alagoas o Estado de Direito existe por exigência formal, porém, essas formalidades são acompanhadas de um quase completo desrespeito às leis.

Nesse sentido, a omissão de direitos se dá principalmente na área rural do estado, no setor dos assalariados e dos camponeses e nos quais os grandes proprietários de terras e de outros bens produtivos compõem a base de dominação de todas as relações. Trata-se,

²¹ Essa falência já vinha sendo sinalizada desde 2008 (G1 ALAGOAS, 2015a; G1 ALAGOAS, 2015b).

portanto, de um estado em que seu espaço territorial, precisamente o latifúndio é dominado pela vontade dos poderosos que advém de um pequeno grupo de pessoas e que detém um quase completo domínio político sobre toda a população (LESSA, 2011).

A sociedade alagoana tem suas raízes na cultura da cana-de-açúcar, já nascendo sob este signo, por isso, a cana e a indústria sucroalcooleira nesse estado têm papel fundamental, desde o início da colonização até os dias atuais, influenciando a vida das instituições bem como as relações sociais (ALBUQUERQUE, 2009). A grande propriedade latifundiária rural em Alagoas constitui a base para o desenvolvimento econômico local, porém é permeada pelos interesses políticos e econômicos dos usineiros da agroindústria canavieira, que passam a agir sob influência do próprio aparato governamental, o que acaba trazendo impactos negativos para a mão de obra dos assalariados rurais, especificamente para os cortadores de cana-de-açúcar, a exemplo da precarização do trabalho permeada pela omissão de direitos.

Por isso, é importante compreender como se deu a presença estatal para o desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil e em Alagoas e os reflexos para os cortadores de cana-de-açúcar. Nesse sentido, o próximo tópico procura elencar alguns elementos dessa questão.

1.4. A participação estatal no desenvolvimento da agroindústria canavieira

Ao longo da história, a produção canavieira esteve influenciada pela forte regulação do Estado. Tal regulação se inicia ainda na época da colonização do Brasil e permanece até os dias de hoje. Soares (2003) sustenta que a partir das capitanias hereditárias até 1931, o Estado instituiu medidas em favor deste setor, levando-se em consideração os interesses históricos, sociais e políticos de cada época.

Na entrada dos anos de 1930 o processo de industrialização do açúcar em Alagoas, por exemplo, era muito atrasado. O usineiro alagoano tinha como ponto central desenvolver a produção agrícola e industrial, porém não se verificavam avanços quanto aos recursos tecnológicos presentes na estrutura produtiva que estava sendo formada (LIMA, 2001).

Nesta década houve diversos conflitos entre os senhores de engenho e os usineiros que lutavam pela apropriação de terras para a produção de açúcar. Também foi marcada pelo excesso na produção, queda dos preços, desorganização interna do mercado, alto custo e dificuldades para exportar o açúcar e restrições às importações de outros países em vista da crise vivenciada naquele momento (LIMA, 2001). A intervenção estatal foi fundamental para

estimular o desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil e principalmente no Nordeste.

Um fator fundamental para que houvesse essa intervenção estatal foram as diferenciadas crises pelas quais passou a produção do açúcar brasileiro, permeada pela diminuição ou excesso de produtos, pela diminuição das exportações e mediante a demanda de açúcar no mercado internacional. A partir da década de 1930 o governo brasileiro adota uma política protecionista voltada para esse setor²². Segundo Soares (2003), a crise de 1929 acelera esse processo intervencionista e é no governo de Getúlio Vargas que se intensifica a intervenção estatal e que se torna constante até 1990. Em 1º de junho de 1933 foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)²³, sob o decreto nº 22.789, passando a agroindústria canavieira a seguir as determinações de uma política dirigida.

A partir desse momento a ação do Estado foi-se intensificando, ao ponto de chegar a abranger inteiramente o setor açucareiro. A intervenção se faz presente desde a produção da matéria-prima (regulando o corte, transporte, pesagem e beneficiamento) até a fabricação, distribuição, consumo e exportação do produto acabado, tanto no mercado nacional quanto internacional. Disciplina as relações entre fornecedores e usineiros e destes com seus lavradores referente ao modo, ao tempo e à forma de pagamento das canas, bem como a solução dos litígios decorrentes. Estabelece a política de equilíbrio entre produção e consumo, com vistas a garantir preços estáveis, encaminhando os excessos para o mercado exterior. Cuida do financiamento das safras a usineiros e fornecedores. Determina quotas mensais de comercialização e estabelece normas para a assistência social aos trabalhadores da agroindústria açucareira (através de Cooperativas, Associações e Sindicatos) estipulando as contribuições para o custeio dessas operações. Institui órgãos para julgar as infrações ocorridas. Dentro desta linha intervencionista, o preço da cana e o do açúcar, as quotas dos fornecedores, como das usinas do país ficam inteiramente sob o controle do Estado, através da política de contingenciamento (QUEDA, 1972, p. 8 apud IAMAMOTO, 2001, p. 121-122).

É nesse sentido que a intervenção do Estado na agroindústria da cana se desenvolve dando um salto significativo e de qualidade, no momento em que se funda o IAA em 1933, fruto da Comissão de Defesa da Produção Açucareira. Esta comissão foi sistematizada e instituída pelo Governo Federal no ano de 1931 com o objetivo de disciplinar os conflitos que envolviam o Sudeste e o Nordeste, como também produtores da cana e usineiros (CARVALHO, 2009).

²² “Essa política intervencionista no plano econômico expressa, se não a defesa, pelo menos a garantia de sobrevivência do açúcar nordestino, representativo dos interesses das frações mais tradicionais da oligarquia fundiária” (IAMAMOTO, 2001, p. 122).

²³ O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi criado tanto com a função de dirigir, como de fomentar e também controlar a produção do açúcar e do álcool no país (IAMAMOTO, 2001; SOARES, 2003).

A política açucareira estava centrada em duas medidas governamentais: na defesa dos preços e das quotas de produção do açúcar, regulando seus estoques; e na produção do álcool combustível (álcool motor), a partir dos excedentes da produção agrícola e das sobras de açúcar. Pôde-se limitar a produção para cerca de 11,8 milhões de sacos, através da Resolução de 20 de março de 1934. Neste período, a Região Nordeste era responsável por 62,8% da produção e a Região Centro-Sul, 37,2% (LIMA, 2001; IAMAMOTO, 2001). Dessa maneira,

[...] o equilíbrio buscado seria alcançado com base nestes dois instrumentos: o estímulo à produção de álcool em larga escala e o estabelecimento e manutenção de um rigoroso sistema de quotas de produção de açúcar e de cana. A isto associava-se uma administração de preços garantidores da sustentação e reprodução das produções (LIMA, 2001, p. 36).

Outro ponto interessante a ser ressaltado foi a articulação que houve entre as forças políticas que estavam ligadas às oligarquias da cana-de-açúcar do Nordeste no sentido de controlar o IAA e garantir as condições de organização e desenvolvimento da agroindústria açucareira no mercado interno e externo (LIMA, 2001). O setor da agroindústria da cana e do álcool no Nordeste era bem organizado e dotado de representação política o que fez com que exercesse hegemonia no IAA, a qual perdurou por aproximadamente seis décadas (CARVALHO, 2009). No caso do estado de Alagoas, a influência junto ao IAA foi importante para que houvesse a modernização da agroindústria e da produção entre as décadas de 1940 a 1960.

Alguns alagoanos ligados à produção açucareira fizeram parte do quadro da presidência do IAA como Esperidião Lopes Farias Júnior (04/1946 a 05/1948); Edgard de Góes Monteiro (05/1948 a 01/1950); Antônio Evaldo Inojosa de Andrade (04/1967 a 06/1968) e Francisco Elias da Rosa Oiticica (06/1968 a 12/1969). Logo, foi neste período que se consolidou, com o apoio do IAA, o parque usineiro de Alagoas, tendo destaque a gestão de Edgar de Góes Monteiro (LIMA, 2001). Houve, então, a manutenção desta atividade produtiva no Nordeste bem como a expansão produtiva superior a 100%, incluindo o estado de Alagoas. Após isso, os grupos econômicos ligados a produção de açúcar sofreram poucas transformações no decorrer dos próximos quarenta anos (LIMA, 2001).

Na década de 1940 outra iniciativa governamental importante voltada para o setor da agroindústria canavieira foi a criação do Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), sob o Decreto-lei nº 3.855, de 1941, que faz parte de uma política de redistribuição de renda direcionada para a legitimação do Estado junto aos trabalhadores urbanos e rurais, através do beneficiamento dos fornecedores e trabalhadores da cana. O ELC é complementado pelo

Decreto-lei nº 6.969 de 1944 que dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram a terra alheia e dá outras providências. Neste Decreto, os trabalhadores canavieiros passam a ser amparados pelo IAA e regimentados pelos contratos-tipo que visam garantir o direito à estabilidade, moradia-padrão, assistência médico-hospitalar gratuita, disponibilização de terras para a subsistência e próximas à moradia e a proibição de rebaixamento salarial em vista de colheitas mal sucedidas (IAMAMOTO, 2001).

Foi o Decreto-Lei n.º 6969, de 19 de outubro de 1944, que começou a definir melhor o relacionamento dos trabalhadores com os proprietários de plantações de cana e usineiros. Nos artigos 19 a 26 desse decreto procurou-se garantir a sobrevivência do morador nas terras do proprietário do canavial (IANNI, 2004, p. 233).

O artigo 23 estabelecia que o trabalhador rural tivesse direito a uma área de terra próxima a sua residência para que pudesse plantar e manter a sua subsistência bem como de sua família. Este trabalhador tinha que ter mais de um ano de serviço. Tanto o contrato-tipo como o IAA definiam as dimensões do terreno necessário ao trabalhador e a distância da sua residência. Porém, a lei nº 4870, de 1 de dezembro de 1965 determina que o empregador (usineiro) e/ou proprietário do canavial pode ter o monopólio da aplicação do programa de assistência ao trabalhador, ou seja, aplicar da forma que desejar (IANNI, 2004). Isso só confirma que a lei só beneficia o proprietário da agroindústria canavieira em detrimento das reais necessidades do trabalhador. Manipula politicamente o trabalhador assalariado rural na medida em que proporciona assistência como um favor.

A forma pela qual pode ser aplicada a legislação relativa à assistência social aos trabalhadores das usinas, destilarias e canaviais permite que o usineiro e o fazendeiro aumentem o seu controle político sobre os operários rurais e industriais (IANNI, 2004, p. 234).

Este Estatuto almejava o desenvolvimento equilibrado da agroindústria da cana, através do disciplinamento das relações entre usineiros e lavradores de cana, por isso, em seu texto incorporou direitos trabalhistas, porém favoreceu aos interesses dos usineiros e da burguesia industrial à medida que monopoliza a demanda do açúcar e subordina os fornecedores ao seu controle (IAMAMOTO, 2001).

Dessa forma, o IAA, dirigido pelo intervencionismo estatal, vai direcionando a indústria da cana segundo seus interesses, que para Iamamoto (2001, p. 127), “[...] permite não só a constituição de novas usinas, como uma grande elevação dos limites já existentes, impulsionando o movimento de concentração e centralização de capitais, iniciado nos anos 1950 e intensificado na década de 1960”.

Nos anos de 1950, o estado de Alagoas prossegue com a expansão da agroindústria canavieira através da apropriação de novas terras pelas usinas ocupando espaços nas áreas de tabuleiros costeiros, dotadas de mata atlântica nativa e que vai sendo substituída por grandes extensões de canaviais. Essa ocupação de novas terras se iniciou com a aquisição da usina Cansanção do Sinimbu no ano de 1951, pelo grupo dos irmãos Coutinho, de Pernambuco. Além disso, como sustenta Lima (2001), estas terras foram apropriadas para facilitar o transporte da matéria-prima, a mecanização, a dispensa da utilização de curvas de nível e drenagem, barateando os custos de produção. De tal modo,

Em Alagoas, com o apoio federal, ampliou-se a área plantada, principalmente nos tabuleiros do sul do Estado e em direção ao Agreste; cresceu o número de usinas e, principalmente, de destilarias; introduziram-se novas máquinas, aumentando o rendimento industrial e, na parte agrícola, foram utilizadas novas variedades de cana, novos métodos de produção, assim como a substituição da tração animal pela mecânica (CARVALHO, 2009, p. 27).

É importante frisar que o IAA na segunda metade dos anos de 1950, apesar de ter como objetivo estabelecer preços diferenciados e reforçar a capacidade de competição dos produtores do Nordeste em face aos mercados do Sudeste fez o contrário, ou seja, cedeu às pressões que lhe eram impostas. Isso fez com que se intensificasse a produção no Centro-Sul, “ou seja, era uma rendição, uma formalização do reconhecimento da hegemonia da agroindústria canavieira da região Centro-Sul. Esta era a nova realidade” (LIMA, 2001, p. 52). Porém,

[...] este fato não teve impacto negativo no lucro do setor sucroalcooleiro do Nordeste, pois a rentabilidade alcançava níveis equivalentes aos do Centro-Sul. O IAA, através de subsídios, transferia dinheiro público para esse setor do Nordeste, garantindo a equivalência de lucratividade entre as regiões (SOARES, 2003, p. 33).

Nos anos de 1960 e 1970 foram criados alguns fundos e programas no sentido de aumentar a produção da agroindústria canavieira, e de forma particular, a do Nordeste. Podem ser citados: o Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira (1961); o Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (1963); o Fundo Especial de Exportação (1965); o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1965); o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971) e o Programa Nacional do Melhoramento da cana-de-açúcar (1971) (LIMA, 2001; CARVALHO, 2009).

Este último programa foi importantíssimo à medida que investiu em ciência e tecnologia e foi um ponto forte para desenvolver a agroindústria canavieira. Houve, inclusive

nas universidades públicas, a implantação de laboratórios e técnicos para desenvolver pesquisas voltadas para o ramo da química e da biologia para melhorar geneticamente a cana aumentando sua produtividade e capacidade de adaptação aos solos e clima (LIMA, 2001). Para Carvalho (2009, p. 76), esse programa representou "[...] uma revolução no plano vegetal"²⁴.

Com relação aos fundos, estes foram estabelecidos porque se tinha, no contexto do mercado internacional, um panorama favorável para as exportações brasileiras de açúcar e seria necessário reestruturar o parque açucareiro do Brasil que se encontrava em sérias dificuldades, tanto no que diz respeito à capacidade financeira como do reequipamento das fábricas. Esse processo de desenvolvimento da agroindústria canavieira se intensifica entre os anos de 1970 e 1980, abrindo-se uma nova fase de sua evolução.

O estímulo às exportações, como uma das estratégias dos governos militares para o crescimento do país a partir de 1968, refrata-se no setor, alvo de uma política nacional para o fomento da exportação do açúcar. Desdobra-se em programas de melhoria da produtividade e racionalização da produção, além dos incentivos a fusões, incorporações e relocação de usinas dentro da mesma região geoeconômica (IAMAMOTO, 2001, p. 128).

Carvalho (2009) traz uma reflexão importante, pois frisa que esta modernização que ocorreu fruto dos programas federais tinha um caráter conservador e, por isso, não atingiu a classe trabalhadora, pelo contrário, aumentaram as contradições já existentes, a exemplo da concentração de terra, de renda e de poder dos latifundiários e a exclusão de parte dos moradores das fazendas e engenhos. Isso aglutinou grande parte de trabalhadores nas cidades formando as periferias urbanas, ocasionou o aumento dos trabalhadores clandestinos, bem como o desemprego, configurando um quadro de precarização do trabalho.

Porém, as transformações não param e é desta maneira que o parque industrial açucareiro se reestrutura e está preparado para uma nova fase de expansão no período após 1975, precisamente com o surgimento do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), que foi reformulado em 1977. Este programa foi,

[...] instituído em 14 de Novembro de 1975, através do decreto-lei 76.593, foi um programa bastante abrangente aplicado ao complexo agroindustrial canavieiro que fez do álcool o elemento central de um projeto que articulava a agroindústria canavieira, a indústria automobilística, a indústria de bens de capital, políticas de transporte e muitos recursos públicos (LIMA, 2001, p. 61).

²⁴ “Atualmente, a incorporação de novas variedades é feita pela importação de canas paulistas da Copersucar, pelas quais se pagam royalties, e por variedades desenvolvidas pelo Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar, da Ridesa, da qual participa a Ufal” (CARVALHO, 2009, p. 77).

Até o período de 1975 a produção de álcool era elaborada nas destilarias anexas ao complexo agroindustrial. Preferencialmente produziam melaço para a comercialização em vez de produzir etanol. A importância do álcool só aumenta à medida que o PROÁLCOOL é implementado para assegurar preço e também mercado. Este programa emerge objetivando ser uma alternativa energética em âmbito nacional aos derivados do petróleo e também para estocar o álcool nas destilarias e garantir que o produto fosse comprado pela Petrobrás. Isso provocou a redução dos desequilíbrios externos e incentivou ainda mais os empresários que estavam sendo influenciados pelos programas federais entre 1970 e 1975 (CARVALHO, 2009).

Por meio do PROÁLCOOL foram direcionados incentivos financeiros objetivando estimular o desenvolvimento e reconfiguração da capacidade produtiva industrial da agroindústria canavieira brasileira, diferenciando-se, intensamente, a capacidade produtiva entre as Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste (LIMA, 2001). Foram fornecidas as bases para um mercado seguro e crescente para o álcool possibilitando a abertura no mercado internacional do açúcar (IAMAMOTO, 2001).

O PROÁLCOOL, à medida que viabilizaria a produção de álcool, diminuiria o problema da elevada produção de cana e açúcar decorrente da modernização anterior do setor. Essa modernização havia provocado uma crise de superprodução e junto a isto também ocorreu uma diminuição da demanda por açúcar no mercado internacional. Com este programa, Lima (2001) salienta que a produção de álcool no Brasil atingiu as marcas de 1.800% entre 1975 e 1990, representando um enorme desempenho. No estado de Alagoas:

A produção alcooleira no primeiro período cresceu 1.237%, manteve o forte crescimento na segunda fase e, considerando o período todo do Proálcool, seu crescimento foi de 3.147%. Mas, o que diferencia do padrão nacional é que sua produção açucareira não arrefeceu, cresceu 60% durante o Proálcool, repercutindo o forte desempenho de 52% da primeira fase (LIMA, 2001, p. 66).

Dessa maneira, os recursos públicos do Proálcool trouxeram benefícios para parte da burguesia de Alagoas como o impedimento da quebra da agroindústria do estado e a dinamização de um setor industrial local a ela relacionado (indústrias específicas de fertilizantes e metalurgia para as usinas). Alagoas passou a ser entre 1970 e 1980 o segundo maior produtor de álcool do Brasil e o primeiro do Nordeste (LIMA, 2001). Carvalho (2009, p.42) corrobora afirmando que entre 1975 e 1990, Alagoas se mostra com o maior crescimento da produção de álcool do Brasil “[...] devido à instalação de um parque industrial com uma capacidade de produção efetiva de mais de um bilhão de litros de álcool”.

A desaceleração e a desativação do Proálcool ocorrem nos anos de 1980. As avaliações do Programa dão conta de que seu desenvolvimento propiciou uma grande concentração de renda e de terra entre os canavieiros, além de ter prejudicado o meio ambiente à medida que a produção financiada por seus recursos poluía rios e riachos, com o despejo de vinhoto e prejudicava a produção de alimentos. Logo, o programa perde a legitimidade e acaba se exaurindo (CARVALHO, 2009).

Após estes fatores já mencionados é importante ressaltar que a intervenção estatal por meio do IAA encerra-se nos anos de 1990, no momento em que o órgão deixa de existir, transferindo suas atividades para a Secretaria de Desenvolvimento Regional/Presidência da República (SDR/PR) - Decreto nº 99. 288 de 6 de Junho de 1990. Porém, o setor da agroindústria canavieira ainda continua sendo controlado pelo governo (SOARES, 2003). É importante salientar que a referida Secretaria algumas vezes mudou de nome no decorrer dos anos, mas a função regulatória do Estado para com o setor continuou existindo, pelo menos as regulamentações básicas deste ramo agroindustrial.

Em 1992, a Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR/PR foi transformada em Ministério da Integração Regional - MIR - Lei nº 8.490, de 19.11.92 (Revogada pela Lei nº 9.649, de 27.5.98), ficando mantidos os encargos do setor sucroalcooleiro. [...] A partir de 1995, o Ministério da Integração Regional - MIR - foi extinto, transferindo-se a responsabilidade com o setor sucroalcooleiro para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo - MICT, Medida Provisória nº 813, de 1.1.95. Porém, no ano de 1999, através da Medida Provisória nº 1.795, de 01.01.99, o MICT foi transformado em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC, mantendo-se a responsabilidade com o setor sucroalcooleiro. Ainda no mesmo ano, a responsabilidade com o setor passou a ser do Ministério da Agricultura e Abastecimento, Medida Provisória nº 1.911-8, de 29.7.99. Em 2001, o Ministério da Agricultura e Abastecimento foi alterado para Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001, ficando mantida a sucessão do IAA e a transferência dos encargos sucroalcooleiros para esse Ministério (SOARES, 2003, p. 33-34).

No ano de 1997 foi instituído o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (CIMA), do qual faziam parte inúmeros Ministérios e tinha à sua frente o Ministro da Agricultura e Abastecimento. As decisões do setor agroindustrial canavieiro passavam pela aprovação desse Conselho (SOARES, 2003). Logo, com o fim do IAA este setor se sente desprotegido, porém, foi notório o incentivo estatal bem como a força e a aliança que detém ambas as esferas – Estado e agroindústria canavieira brasileira.

A histórica regulação do Estado sobre a agroindústria canavieira no Brasil começa a ser desmontada a partir do momento em que ocorrem as orientações econômicas de cunho

neoliberal²⁵, precisamente no governo Fernando Collor de Mello. Tal orientação decorre das políticas de ajuste recomendadas pelo consenso de Washington, bem como da crise fiscal do Estado e acarretam tanto a abertura comercial em âmbito internacional como a desregulação econômica (IAMAMOTO, 2001).

A diminuição dos subsídios governamentais a partir dos anos de 1990 leva a um novo processo de concentração e centralização de capitais no setor canavieiro (PAIXÃO, 1994 apud IAMAMOTO, 2001). A tendência que foi se configurando diante do processo de reestruturação produtiva foi no sentido de produzir mais e com maior qualidade, com menores custos. Tal tendência reflete diretamente na vida do trabalhador, na medida em que se intensifica a desregulamentação das relações de trabalho, a exploração do trabalhador e o desemprego.

Logo, foi com o fim do IAA, que os anos de 1990 ficaram marcados pela liberação do mercado de açúcar e do álcool no Nordeste, potencializando um processo de reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro alagoano capitaneado por grandes grupos de empresários que implementaram estratégias competitivas diferenciadas. Isto contribuiu para amenizar as dificuldades que o setor estava enfrentando com a desregulamentação do mercado e as mudanças do novo ambiente institucional (CARVALHO, 2007).

Esse processo de reestruturação produtiva e organizacional provocou nos anos de 1990 a renovação de 1/3 dos canaviais alagoanos em que houve a introdução de novas variedades de cana e a expansão do cultivo alcançando níveis produtivos similares ao do estado de São Paulo. Aconteceu, como salienta Mello (2002), uma reconcentração de oligopólio provocada pela redefinição da oferta de subsídios²⁶. Essa nova dinâmica agroindustrial exigiu maior qualidade dos produtos da agroindústria da cana e do álcool. Em Alagoas novas estratégias visaram adquirir maior qualidade dos produtos e serviço e também a diversificação produtiva em outras regiões. A co-geração de energia elétrica que reduz custos operacionais das usinas também foi uma opção vantajosa (MELLO, 2002).

A modernização foi proporcionada nas quatro etapas do processo produtivo agrícola: na preparação do solo, no plantio, na cultura e na colheita. Contou-se, também, com a

²⁵ “Seu propósito, desde a gênese, era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (SANTOS, 2010. p. 95).

²⁶ Com a extinção do Proálcool, pressionadas por estreitas margens de lucro, aquelas empresas que puderam aumentar a escala de produção conseguiram permanecer em atividade, enfrentando não apenas competidores externos, mas também o incremento da concorrência intercapitalista no próprio espaço alagoano (MELLO, 2002, p. 89).

automação microeletrônica para o controle industrial. Com relação à parte administrativa o processo de reestruturação produtiva e organizacional na agroindústria canavieira mudou o velho perfil familiar das usinas e a política de recursos humanos adquire um caráter profissional. Dessa forma, à medida em que as usinas alagoanas passam a cultivar cada vez mais a cana-de-açúcar e a produzir os seus derivados, se estimula a introdução de relações de trabalho que buscam a adesão dos trabalhadores rurais aos novos métodos produtivos. Por outro lado, Mello (2002) nos mostra que estas usinas passaram a diminuir o número de empregos como aconteceu nos anos de 1990 nas usinas Coruripe (redução de 30% dos empregos); Guaxuma, Laginha e Uruba (redução de 5% dos empregos); Capricho, Penedo e Sumaúma (redução de 16% dos empregos), o que desafia os movimentos sociais de trabalhadores.

Esse processo de reestruturação produtiva possibilitou para os trabalhadores da agroindústria canavieira alagoana novas configurações como: o surgimento de premiações para motivar os trabalhadores, dentre estes os cortadores de cana; o disciplinamento do trabalho medido pelo índice de desempenho; o rigoroso e enxuto processo de contratação de trabalhadores; o aumento da produtividade; a seletividade de trabalhadores e a flexibilização de direitos; a redução do controle por parte dos trabalhadores sobre o processo de trabalho e produção; o baixo grau de combatividade do movimento sindical e perdas salariais. Essas “são, portanto, modificações em todas as fases do ciclo produtivo, impondo uma nova segmentação e eliminando postos de trabalho, colocando novos desafios para a cultura sindical canavieira” (MELLO, 2002, p. 107). Isso tem mostrado que a modernização do setor provoca ao mesmo tempo uma precarização das condições de trabalho e vida dos canavieiros.

Já entre 2000 e 2008 surgiram pressões para que fossem instituídas propostas para a diversificação da produção, porém o setor da agroindústria da cana e do álcool em Alagoas apenas fortaleceu sua própria estratégia empresarial objetivando o crescimento produtivo especializado: “[...] aperfeiçoou sua matriz produtiva com alguns novos itens, aproveitando o álcool e a co-geração de energia como novos eixos dessa matriz; incorporou as tecnologias industriais e agrícolas, melhorando a infra-estrutura produtiva; e redefiniu o apoio estatal” (CARVALHO, 2007, p. 259).

Nos últimos oito anos, Carvalho (2007) registra que a agroindústria canavieira e alcooleira alagoana (usinas e destilarias) se modernizaram e passaram a produzir em maior escala o açúcar (100%) e o álcool (40%), aumentando em três vezes o valor das exportações se comparado ao período da década de 1990.

Nesse período, a ideia que se tinha era fortalecer no setor sucroalcooleiro uma diversificação produtiva plena para que o país adentrasse em novas possibilidades e oportunidades de mercado, a partir de produtos derivados da cana-de-açúcar. Isso se constituiu como a agenda de debate em torno do setor. Carvalho (2007) ressalta que se abriram espaços na academia, nas entidades de classe, no sistema financeiro e também nas instituições públicas estatais para fomentar propostas para o futuro do setor. Existiam duas propostas/ideias principais: diversificação na área industrial por meio da sucroquímica e alcoolquímica utilizando-se dos (sub)produtos da cana como matéria prima, constituindo uma matriz ampliada²⁷; e, a matriz tradicional e complementar²⁸, também se utilizando dos derivados da cana, a exemplos da cachaça, mel de engenho, açúcar mascavo e rapadura. Também houve a opção da matriz limitada, porém:

[...] as empresas do setor sucroalcooleiro alagoano não adotaram nenhuma das novas tecnologias nem os novos produtos, sequer os propostos pelos projetos de diversificação da matriz tradicional. Na prática, aproveitando uma nova conjuntura, o novo ambiente que permite manter a competitividade do complexo agroindustrial canavieiro na produção de commodities, o setor desconheceu essas duas alternativas, preferindo aprofundar a opção da ultra-especialização como alternativa econômica. Para isso, fortaleceu a produção dos itens que compunham a sua “matriz limitada”, aquela proposta que melhor respondia a visão estratégica setorial, centrada em produtos elaborados no processo imediato da industrialização da cana-de-açúcar, nas usinas e destilarias, obtidas por meio de tecnologias convencionais, como açúcar, álcool, melaço, bagaço e vinhoto. [...] A razão da opção pela “matriz limitada” é de caráter estritamente empresarial. Funcionou na década da “reestruturação produtiva” e permanece, a partir de 2000, suficientemente ampla tanto para garantir os investimentos realizados como para atender as expectativas futuras de médio e longo prazos do empresariado deste setor. A co-geração de energia é uma alternativa para o setor que continua centrado, basicamente, na produção de açúcar e álcool, reforçando a “matriz limitada”. A produção média anual em Alagoas é de 26 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Deste total, de 30 a 33% se transforma em bagaço, ou seja, de 8 a 9 milhões de toneladas, que podem ser aproveitadas para geração de energia. Este é o potencial de uso de biomassa para a co-geração (CARVALHO, 2007, p.265- 266).

²⁷ “Em 1988, o Instituto Cubano de Investigaciones de los Derivados de la Cana de Azucar (ICIDCA) lançou, em Havana, o ‘Manual de los Derivados de la Cana de Azucar’[...] No ‘Manual dos Derivados’, encontra-se um desenho de uma ‘matriz ampliada’ com um quadro constituído por uma extensa listade derivados da produção industrial da cana-de-açúcar – mais de uma centena –, obtidos por meio de processos produtivos com tecnologias baseadas na química sintética, na biotecnologia e nos processos de elaboração (engenharia) de novos materiais” (CARVALHO, 2007, p. 263).

²⁸ “Na outra margem deste debate, a partir de entidades públicasenvolvidas com o desenvolvimento setorial, surgem propostas de ‘diversificação produtiva do setor sucro-alcooleiro’, baseadas sempre na mesma ideia-chave: produzir culturas agrícolas alternativas na área canavieira e/ou produzir, na parte industrial, alguns itens complementares da ‘matriz limitada’: açúcar orgânico, cachaça artesanal, rapadura e mel de engenho” (CARVALHO, 2007, p. 264).

Os financiamentos por parte do Estado retornam a partir dos anos 2000, principalmente no Nordeste, região que sempre teve grande participação nos investimentos econômicos, conforme se constata na afirmação a seguir:

A partir de 2004, depois de décadas sem acesso a política oficial de financiamentos agrícolas, os fornecedores de cana e os industriais de açúcar e álcool do Nordeste ganharam novas linhas de crédito da rede estatal federal. O Banco do Brasil, por meio do BB Convir (Convenio de Integração Rural), linha de crédito articulada entre o Ministério da Agricultura e o Banco do Brasil viabilizou novos empréstimos para o setor. O setor sucroalcooleiro também passou a contar, no mesmo ano, com financiamento para investimentos e custeios. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) retomou a contratação de operações para o segmento em toda a Região com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). E, não menos importante, foi a entrada do BNDES, que abriu linhas de crédito para o setor sucroalcooleiro, liberando recursos para a expansão ou investimento nos canaviais de projetos vinculados a usinas de açúcar e álcool. O BNDES estima ter desembolsado, em 2007, cerca de R\$ 3,5 bilhões para o setor sucroalcooleiro. Em 2006, o banco liberou R\$ 1,9 bilhão para o setor (MDIC, 2008 apud CARVALHO, 2007, p. 278).

Dessa forma, apesar do declínio e fim do IAA e do PROÁLCOOL o setor sucroalcooleiro se desenvolveu em tecnologia e gestão, modernizando a indústria e exportação do açúcar e do álcool bem como a geração de energia. A seguir são apresentados alguns dados estatísticos que denotam o rendimento econômico atual da agroindústria canavieira brasileira e alagoana.

1.5. Dados estatísticos sobre a agroindústria canavieira no Brasil e em Alagoas

Atualmente, o setor canavieiro brasileiro é heterogêneo e multifacetário, compreendendo o trabalho na fábrica e no campo, sendo responsável por ser uma das maiores fontes de renda do país (AMARAL, 2010). Os maiores produtores de cana-de-açúcar no Brasil são Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Alagoas e Pernambuco, sendo esses estados responsáveis por produzirem cerca de 91% da cana do país (BARROS, 2014).

Nos anos de 2001, foi constatado pelo IBGE²⁹ que a agroindústria brasileira foi responsável por empregar cerca de 780 mil pessoas e por movimentar 40,4 bilhões, com uma média de produção maior se comparada à indústria em geral (IBGE, 2003). Os dados mostram

²⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

que em 2014 o setor sucroalcooleiro gerou cerca de 1,2 milhão de empregos diretos; nesse caso, 300 mil são para os trabalhadores do corte de cana. No ramo da agroindústria, o Brasil possui grande quantidade de usinas e destilarias, detém cerca de 430 usinas de açúcar e álcool nas Regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Sudeste. O produto cana-de-açúcar é um dos mais relevantes para as exportações brasileiras e uma importante fonte tanto de emprego como de renda para muitos trabalhadores (FERRARI, 2010; BARROS, 2014).

De acordo com os dados da UNICA³⁰ (2016), a moagem de cana e da produção de açúcar e etanol na agroindústria canavieira no Brasil representou, na safra de 2014/2015, 632.127 toneladas de cana-de-açúcar, sendo 571.344 toneladas na região Centro-Sul e 60.782 na Região Norte-Nordeste. No geral, no Brasil, os números representaram 35.548 toneladas de açúcar; 12.095 mil m³ de etanol anidro; 16.300 m³ de etanol hidratado e 28.394 de etanol. Isto mostra que o Brasil é o maior produtor mundial de açúcar, bem como o segundo maior produtor de etanol do planeta (BARROS, 2014).

A Região Centro-Sul produziu 31.987 toneladas de açúcar, 10.775 mil m³ de etanol anidro, 15.390 mil m³ de etanol hidratado, com um total de 26.146 mil m³ de etanol. A Região Norte-Nordeste produziu 3.560 de açúcar, 1.339 mil m³ de etanol anidro, 909 mil m³ de etanol hidratado, com um total de 2.249 mil m³ de etanol. Já em Alagoas foi produzido neste período 23.115 toneladas de cana-de-açúcar, 1.883 toneladas de açúcar; 369 mil m³ de etanol anidro; 186 mil m³ de etanol hidratado, sendo no total 555 mil m³ de etanol (UNICA, 2016).

De acordo com Barros (2014), a área com lavouras de cana-de-açúcar no Brasil abrange cerca de 10 milhões de hectares que equivalem a cinco vezes o estado de Sergipe. Analisando uma retrospectiva da UNICA (2016) a respeito da área plantada com cana no Brasil no período de 2010-2015, verifica-se que em 2010 a área plantada era de 9.164.756 hectares; em 2011, 9.616.615 hectares; em 2012, 9.752.328 hectares; em 2013, 10.223.043 hectares; em 2014 eram 10.645.658 hectares e em 2015, ano mais recente, 10.870.647 hectares. Os números mostram um crescimento da área plantada com cana-de-açúcar, ou seja, o crescimento do latifúndio para a monocultura açucareira.

Em Alagoas esta retrospectiva mostra que a área plantada com cana-de-açúcar no período de 2010-2015, representava em 2010, 434.370 hectares; em 2011 existiam 434.684 hectares; já em 2012, 433.300 hectares; em 2013 tinham 445.033 hectares; em 2014 haviam 450.588 hectares e no ano de 2015, existiam 399.230 hectares de área plantada. Desse total,

³⁰ União da Indústria de Cana-de-Açúcar.

nos anos de 2015, a área colhida com cana-de-açúcar representou no Brasil 9.695.774 hectares e em Alagoas chegou a 378.707 hectares (UNICA, 2016).

No que diz respeito aos números sobre a exportação do açúcar para diversos países do mundo, em um comparativo mensal das exportações brasileiras por destino, constata-se que na safra de 2015/2016 o Brasil exportou um total de 19.899.220 em toneladas³¹ distribuídos entre os seguintes países: China (2.050.560); Bangladesh (1.852.922); Índia (1.519.223); Argélia (1.289.448); Emirados Árabes Unidos (1.238.983); Nigéria (1.063.411); Arábia Saudita (914.936); Egito (883.751); Canadá (784.716); Rússia (721.413); Outros (7.579.857) (UNICA, 2016).

Essas exportações mensais de açúcar pelo Brasil geraram, na Região Centro-Sul na safra de 2014/2015, um total de 22.180.442 toneladas de açúcar que totalizou um valor de 8.515.525 dólares; e na safra 2015/2016, a produção de 18.503.024 toneladas e um valor de 5.628.548 dólares. Já na Região Norte-Nordeste, a safra de 2014/2015 computou um total de 2.063.805 toneladas, gerando o valor de 780.990 dólares e na safra 2015/2016 a produção de 1.396.197 toneladas, totalizando 464.583 dólares (UNICA, 2016).

Com relação à exportação anual³² de etanol Alagoas exportou, na safra 2015/2016, 20.576 litros, gerando 8.970 dólares para o estado. Em âmbito nacional, um total de 1.646.005 litros, o que gerou 744.225 dólares para o país. Nesta mesma safra, com relação a exportação anual³³ de açúcar, Alagoas exportou 928.511 toneladas gerando 297.004 dólares para o estado, e um total de 19.899.220 toneladas exportadas pelo país, o que gerou 6.093.132 dólares (UNICA, 2016).

Estes dados mostram que é grande a quantidade de hectares de área plantada com cana no Brasil e em Alagoas e que as exportações do açúcar, bem como a produção do álcool gera uma quantidade elevada de lucros para o país e para Alagoas. Porém, é necessário observar o que está por trás desta dinâmica e entender como vem se configurando o trabalho dos cortadores de cana. Dessa forma, no próximo tópico detalharemos alguns aspectos da dinâmica e das condições de trabalho dos cortadores de cana no Brasil, trazendo algumas características deste trabalho na região alagoana.

³¹ Valores acumulados de abril até janeiro da safra 2015/2016.

³² Na safra atual (2015/2016) valores atualizados até 1/2016.

³³ Na safra atual (2015/2016) valores atualizados até 1/2016.

1.6. O trabalho do cortador de cana-de-açúcar no Brasil e em Alagoas

O trabalho do corte da cana nas agroindústrias canavieiras brasileiras se caracteriza por ser uma atividade exaustiva, que provoca desgaste físico e origina sérias doenças. É acompanhado por outras questões como a precarização do trabalho, péssimas condições de alojamento, higiene, segurança, utilização de meios de transporte precários e alimentação insuficiente, além da mecanização do corte da cana que retira os trabalhadores das áreas planas e os insere em áreas irregulares, onde o trabalho é mais cansativo.

Iamamoto (2001) define claramente como se dá a organização do trabalho do cortador de cana no âmbito dos canaviais. Estes são distribuídos através de turmas, formadas de acordo com o planejamento da usina e coordenadas por um fiscal da frente do corte. Cada trabalhador tem o dever de cumprir uma tarefa que lhe é destinada por dia, ou seja, cortar determinada quantidade de eito de cana. Isso faz com que o trabalho apareça para o trabalhador como resultado de um processo individual, do seu rendimento pessoal. Todas as atividades desenvolvidas pelos cortadores de cana são realizadas sob o comando, fiscalização e o controle dos usineiros, que são representados por seus funcionários que disciplinam os trabalhadores, os chamados fiscais e turmeiros.

Uma das críticas mais contundentes feitas por pesquisadores e pelas entidades de fiscalização dos direitos trabalhistas é que o pagamento pelo corte manual de cana-de-açúcar, focado na produtividade individual, provoca exaustão e muitas vezes a morte dos trabalhadores. Pois, como salienta Barros (2014), eles trabalham intensamente para auferir um salário melhor, o que provoca a degradação de sua saúde. Iamamoto (2001) ressalta que isso é provocado justamente por mecanismos como as intensas jornadas de trabalho, a intensificação do ritmo de trabalho e o pagamento por produção.

Muitos conflitos que envolvem o trabalho no corte da cana estão relacionados com a medição da cana e ao pagamento por produção. Existe a falta de transparência no sistema de medição, o que ocasiona fraudes. Isso ocorre porque a quantidade de cana é medida pela vara e não pelo compasso que é um instrumento mais preciso³⁴. Há dificuldades no acompanhamento dessa medição e é necessário que os trabalhadores estejam atentos para as tabelas de preços do corte da cana que são definidas na convenção coletiva de trabalho.

O sistema de pagamento por produção se traduz em inúmeros prejuízos para o cortador de cana, pois, algumas vezes, a cana é pesada longe dos olhos de quem as cortou,

³⁴ A esse respeito ver os trabalhos de BRASIL (2005a); Verçosa (2011).

uma vez que as balanças das usinas estão distantes do eito do canavial. Como o valor da mesma é atribuído pela usina, o trabalhador só tem conhecimento após o processo da pesagem, não havendo o acompanhamento deste e a transparência necessária (IAMAMOTO, 2001; ALVES, 2006). Isso deixa claro que o tipo de pagamento por produção é desumano, arcaico e leva o trabalhador a exaustão. É justamente esse tipo de intensificação da força de trabalho que o sistema capitalista utiliza para obter mais lucros.

A necessidade da intensificação do trabalho é transmitida para o cortador de cana como se fosse de responsabilidade e de interesse apenas dele e não da usina que lhe contrata. Com isso a empresa oculta a realidade de exploração a que é submetido. O trabalhador ao ser contratado já entra em um processo de produção e sua autonomia se torna relativa porque se subordina aos códigos técnicos e de disciplinamento que a empresa lhe impõe (IAMAMOTO, 2001).

Na agroindústria canavieira brasileira o cortador de cana trabalha cerca de 12 horas por dia. Os do sexo masculino cortam até 14 toneladas/dia, e do sexo feminino³⁵ até 10 toneladas, por isso esse trabalho é um dos mais cansativos no meio rural. Além disso, são frequentes os riscos a que estão submetidos: ambiente de trabalho precário e insalubre que pode ser caracterizado pela exposição à poeira, fuligem e altas temperaturas; ausência de instalações sanitárias e refeitórios; transporte precário e realizado em carrocerias de camionetes - “pau de arara”; ausência de equipamentos de proteção individual - luvas, botas etc.; além de exposição à animais peçonhentos, intoxicação por agrotóxicos e falta de treinamento para utilização de utensílios de trabalho (IAMAMOTO, 2001; FERRARI, 2010; SANTOS; SOUZA, 2012). De acordo com Ferrari (2010, p. 5),

O descumprimento de leis trabalhistas e de acordos e convenções coletivas de trabalho caracterizam as relações de trabalho desse setor. Estudos realizados em usinas mostram precárias condições de trabalho, indicando perdas enormes devido, entre outras práticas, o rebaixamento da diária, a redução da base salarial convencionada, a elevação da tarefa por meio da classificação irregular da cana, erros ou fraudes na medição e conversão da cana, o não pagamento de verbas salariais, como o repouso semanal remunerado, as férias e o 13º salário.

Alves (2006) mostra bem como ocorre a rotina de trabalho do cortador de cana: corta a cana bem próximo ao solo de forma que solte a vara da raiz; posteriormente corta a parte

³⁵ Neste estudo não tratamos especificamente do trabalho feminino no corte da cana, mas dos cortadores de cana no geral. De acordo com a pesquisa empírica aqui realizada (2016), que contou com 07 sindicatos dos trabalhadores rurais, ficou claro que o trabalho feminino no corte da cana reduziu muito e quase não existe mais em Alagoas.

superior (ponta da cana); depois conduz a cana cortada até o local onde são arrumadas em montes e transportadas para a usina. Isso se constitui como uma verdadeira corrida contra o tempo, uma vez que quem produzir mais durante o dia, conseqüentemente, receberá mais. Alves (2006, p. 94-95) explicita bem esse processo:

Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura, caminha durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros e despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes por dia [...]. Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isso significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia como transporta nos braços 6 toneladas de cana em montes de aproximadamente 15 kg a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros.

Grande parte dos cortadores de cana exercem o trabalho temporário pelo fato da cana-de-açúcar apresentar um ciclo sazonal em seu cultivo, o que os leva a migração constante e a deixar sua cidade de origem no período em que se inicia a safra (AMARAL, 2010; BARROS, 2014), e para garantir a sua subsistência procuram empregar sua força de trabalho em outras Regiões do país (MACEDO, 2008).

O Nordeste, além desse processo migratório, é segundo dados da PNAD³⁶ 2003, a Região na qual os trabalhadores apresentam situação de maior vulnerabilidade e não têm acesso aos direitos trabalhistas como no caso o Fundo de Garantia e Aposentadoria, cuja maioria, ou seja, 86% está empregada no cultivo, no corte e no transporte da cana-de-açúcar (DIEESE, 2007). Entretanto, “disfarçada de modernidade, a estrutura escravocrata do setor sucroalcooleiro mantém-se encoberta pelo discurso da legalização e dos direitos trabalhistas” (AMARAL, 2010, p. 148).

Nos canaviais nordestinos existem duas categorias de trabalhadores: aqueles que trabalham protegidos pelas leis trabalhistas, com carteira de trabalho assinada, com contrato de trabalho estabelecido por tempo indeterminado e com direitos trabalhistas e previdenciários; e aqueles trabalhadores que trabalham sem carteira de trabalho assinada, sem a proteção dos direitos. É comum que a maioria destes trabalhadores do corte da cana esteja em situação de clandestinidade, sem carteira de trabalho assinada³⁷; que morem próximo às usinas ou até mesmo distantes; que sejam recrutados por intermediários, conhecidos como

³⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2003.

³⁷ “O trabalho nos canaviais, sem vínculo trabalhista estável, torna-se uma alternativa àqueles que têm suas possibilidades de emprego bloqueadas pelo limite de idade” (IAMAMOTO, 2001, p. 219).

“gatos”, ou selecionados por firmas empreiteiras que não formalizam os contratos de trabalhos. Existem também aqueles que são safristas mantendo contrato diretamente com a usina, porém de curta duração (BRASIL, 2005a).

Portanto, nos canaviais nordestinos é comum o predomínio de problemáticas nas relações trabalhistas, visto que o trabalho aí desenvolvido é penoso e provoca fadiga, tanto no momento da preparação do terreno, como nos momentos posteriores, ou seja, no plantio, nos tratamentos culturais e na colheita (BRASIL, 2005a).

É fato também que a mecanização no setor canavieiro, como por exemplo, no estado de São Paulo que é responsável por 56% de toda a produção de cana no país, vem propondo um processo de substituição de parte do trabalho humano pela máquina, responsável por colher aproximadamente sete toneladas por dia. Esse aspecto acaba por diminuir a quantidade de cortadores de cana nos canaviais, porém, é notório que a exploração não cessa, uma vez que “ainda existem milhares de cortadores manuais de cana, muitos submetidos a sérias violações trabalhistas. Há registros de operadores de máquinas colhedoras que trabalharam em turnos de até 27 horas seguidas” (BARROS, 2014, p. 2). Logo, é válida a citação de Barros ao trazer o exemplo do estado de Goiás a respeito das problemáticas a que estão submetidos os cortadores de cana:

Em outubro de 2011, fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) flagraram aquele que é considerado o primeiro caso de escravidão em lavouras mecanizadas de cana. Operadores de colhedoras e motoristas de tratores e caminhões estavam entre as 39 pessoas resgatadas pelos fiscais do governo. Eles chegaram a cumprir jornadas de 27 horas seguidas. Foram registrados, inclusive, dois acidentes devido ao cansaço de motoristas que dormiram ao volante. A libertação ocorreu na Fazenda Santa Laura, em Goiatuba (GO), que fornecia cana para a Usina Bom Sucesso, localizada no mesmo município. A usina pertence ao grupo norte americano Vital Renewable Energy Company (VREC). O caso é uma prova de que a mecanização, defendida como saída para a escravidão nos canaviais, não garante necessariamente trabalho decente no campo (BARROS, 2014, p. 6).

A respeito da mecanização do corte da cana³⁸, Silva et al (2014, p. 90) desenvolve um importante estudo sobre o Estado de São Paulo e salienta que esse processo “[...] não só eliminou postos de trabalho como também aprofundou a exploração da força de trabalho daqueles que foram empregados”. A introdução de máquinas, como é o caso das

³⁸ “Em meados da década de 1990, inicia-se o chamado paradigma da maquinaria nos canaviais [...]. De forma cada vez mais sistemática, a maquinaria será o principal instrumento de objetivação do processo de trabalho, embora neste momento combine formas subjetivas de controle por meio de capatazes (encarregados), prevalecentes nas fases anteriores (SILVA et al, 2014, p. 93)”.

colheitadeiras, implica uma transformação no processo produtivo da cana-de-açúcar e envolve diversos tipos de trabalhadores, visto que primeiramente é necessário um ritual de preparação do solo antes mesmo destas máquinas começarem a funcionar.

Antes do plantio, prepara-se rigorosamente o terreno com tratores, niveladores, gradeadores, escavadeiras, sulcadores. O terreno necessita ter grandes dimensões em virtude não só do tamanho das máquinas, mas também para facilitar e diminuir os gastos com combustível para as suas manobras durante a colheita. Em casos de áreas novas, há a necessidade de retirar árvores, cercas, pomares, casas, corrigindo a declividade, secando as nascentes d'água, além de nivelar o terreno porque as saliências podem causar acidentes, como o tombamento (SILVA et al, 2014, p. 95).

Para tanto, para anteceder o trabalho das colheitadeiras existem diversas frentes de trabalho que podem não ser propriamente os cortadores de cana, mas outros trabalhadores rurais como ressaltados por Silva et al (2014): os tratoristas e seus ajudantes que limpam o solo das impurezas; os trabalhadores não qualificados, diaristas, sem estudo, polivalentes e aptos a colherem pedra e toco de cana (geralmente mulheres); mecânicos, soldadores, operadores e ajudantes das máquinas que trabalham nas oficinas das máquinas e também no campo.

Quando termina a etapa que antecede o trabalho das máquinas, inicia-se o plantio que pode ser realizado ou não com a ajuda de trabalhadores. No caso do plantio totalmente mecanizado “[...] as colheitadeiras cortam e picam as canas cruas que, após ser transportadas, são distribuídas nos sulcos já adubados por outros tratores com caçambas, que também realizam a tapagem dos sulcos” (SILVA et al, 2014, p. 95). A partir daí se espera o desenvolvimento do ciclo natural da cana até a sua fase de maturação.

Mesmo com o avanço tecnológico do processo de mecanização, as condições de trabalho dos operadores de máquinas não melhoraram e continua sendo um trabalho penoso que exige muita atenção, velocidade e agilidade no manejo destas. Além disso, os trabalhadores apenas se alimentam e realizam suas necessidades fisiológicas quando a máquina está programada para parar seu trabalho. A média diária individual estabelecida é de 718 toneladas e a cana colhida passa por um controle de qualidade. Tudo isto influencia na saúde do trabalhador, tanto dos que fazem o trabalho manual, auxiliando as máquinas colheitadeiras, quanto os que dirigem as máquinas, tratores e caminhões³⁹.

³⁹ “No que diz respeito à saúde, aos transtornos psicossomáticos em virtude da alternância de turnos da jornada de trabalho somam-se as dificuldades para dormir durante o dia e o ruído (*zum*) dos motores que permanece constantemente nos ouvidos, a falta de apetite e os prejuízos relativos à sociabilidade da família, pois, além da alternância dos turnos, o sistema vigente é o 5 x 1, ou seja, cinco dias trabalhados e um de descanso” (SILVA et al, 2014, p. 111).

Apesar das reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e do fato da implantação da mecanização do corte da cana, “[...] a mecanização não aliviou os esforços dos trabalhadores, apenas alterou a divisão de trabalho, distribuindo o trabalho mais fácil para as máquinas e o mais difícil para os trabalhadores” (BRASIL, 2005a, p. 11).

O acidente de trabalho⁴⁰ também é um ponto importante a ser destacado nos canaviais nordestinos, pois são frequentes. Instrumentos como facões, por exemplo, chegam a atingir os membros dos trabalhadores como as mãos, os dedos e as pernas. Há também acidentes com quedas e torções, picadas de animais, contaminação por agrotóxicos e acidentes na região dos olhos (BRASIL, 2005a). Sabe-se que os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) são estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho como um direito do trabalhador, porém muitas vezes é descumprido pelas empresas, o que prejudica o cortador de cana na execução do seu trabalho e na sua qualidade de vida. É importante informar que:

Os EPI normalmente fornecidos para a atividade do corte manual da cana são os seguintes: um par de botas por safra, perneira com tiras de aço, boné árabe, mangote e óculos. A distribuição é muitas vezes incompleta e a substituição precária, por exemplo: os trabalhadores têm que cortar cana com as botas molhadas. A qualidade dos equipamentos de proteção individual não costuma ser boa, visto que os mesmos não são confortáveis e, às vezes, atrapalham o trabalho, como no caso das luvas de proteção que não são aderentes ao cabo do facão e os óculos de proteção que inviabilizam a visão (BRASIL, 2005a, p. 12).

Tais situações acabam refletindo na saúde do cortador de cana que sofre rebatimentos como a incidência das doenças de pele (dermatite), doenças nos olhos (conjuntivites), desidratação, cãibra, doenças pulmonares, dispneia, infecções respiratórias, falta de ar, desmaios, dores no corpo, alterações na pressão arterial, ferimentos, lesões, problemas cardíacos, na coluna e na região do tórax, dor lombar e na cabeça, stress, alcoolismo, dependência química, dentre outras (ALVES, 2006; MACEDO, 2008). Todas essas problemáticas são faces do sistema capitalista à medida que impõe um elevado padrão de produção, expõe consequentemente um baixo nível de saúde e qualidade no trabalho. O trabalhador diminui suas expectativas de vida à medida em que aumenta a mais-valia⁴¹ do patrão.

⁴⁰ De acordo com a lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991: “Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho” (BRASIL, 1991b).

⁴¹ Para Marx (2014), a mais-valia é originada do excedente quantitativo do trabalho, quando o processo de trabalho é prolongado, ou seja, “a taxa da mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 2014, p. 254).

Em Alagoas a realidade é semelhante. Estado inserido na Região Nordeste tem sua história centrada no cultivo da cana e produção do açúcar e do álcool. Segundo Biondi et al (2009), em Alagoas a cana-de-açúcar está presente em 57 municípios, ocupando uma das primeiras posições em área plantada, com o predomínio do latifúndio para a monocultura da cana-de-açúcar.

O Censo Agropecuário de 2006 mostra que existiam em Alagoas 5.641 estabelecimentos agropecuários nos quais eram colhidas 34.268.175 toneladas de cana-de-açúcar, com rendimento em torno de 2.084.202 reais. Porém, no estado verificou-se um alto índice de pobreza que chegava a atingir 59,54% da população, uma taxa de analfabetismo de 21,8%, e um índice de 3,1 % na geração de emprego, afetando a qualidade de vida dos alagoanos (IBGE – 2003; IBGE - CIDADES - Censo Agropecuário, 2006).

A CPT⁴² realizou uma pesquisa relacionada à agroindústria canavieira nos estados do Nordeste⁴³ e atentou para o fato de que em 2008 as ações de fiscalização libertaram 1.498 trabalhadores inseridos no corte da cana, sendo 656 em Alagoas. Neste estado, 15,65% representava a taxa de acidentes de trabalho neste setor (BIONDI et al, 2009).

O relatório do Ministério do Trabalho e Emprego intitulado “Setor de Fabricação e Refino de Açúcar (CNAE Grupo 107): Perfil dos Acidentes de Trabalho no Estado de Alagoas” nos constatou no ano de 2012 que o setor de Fabricação e Refino de Açúcar é um dos que mais causa acidentalidades em Alagoas. Foram registrados 3.344 casos de acidentes, o que representou 59% do total de acidentes em Alagoas, sendo 5 deles fatais. Desse total, 2190 casos de acidentes de trabalho envolveram o trabalhador da cultura de cana-de-açúcar que sofreu acidentes relacionados ao trajeto (3.9%), doença (0.4%) e típico (95.7%), sendo os membros superiores, inferiores e cabeça as partes mais atingidas⁴⁴. Em São Miguel dos Campos foram registrados 381 acidentes; em Jequiá da Praia 377 e em Coruripe 294 e duas mortes, municípios estes onde se encontram importantes usinas de Alagoas (BRASIL, 2013).

De acordo com Barros (2014), entre os anos de 2003 e 2013, 10.709 trabalhadores foram resgatados no Brasil pela ação de fiscais do governo federal, pois estavam submetidos a

⁴² Comissão Pastoral da Terra.

⁴³ “No Nordeste, onde a mecanização ainda não avançou como nos canaviais do Centro-Sul, as condições de trabalho nos canaviais são marcadas por uma extrema precariedade, segundo avaliação do Fundacentro” (BIONDI et al, 2009, p.31).

⁴⁴ Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar, Trabalhador Agropecuário em geral, Motorista de Caminhão e Operador de Equipamento de Refinação de açúcar são as quatro ocupações que mais sofrem acidentalidades (cerca de 75%) no setor da agroindústria canavieira alagoana (BRASIL, 2013).

condições de trabalhos degradantes⁴⁵. Isto mostra que as convenções coletivas de trabalho têm sido descumpridas pelas empresas, especialmente no que diz respeito à remuneração e às condições de trabalho. Logo, fica exposto que:

O estado de precariedade a que estão submetidos trabalhadores canavieiros nordestinos fez da região a campeã em acidentes de trabalho. Em um comparativo com os principais Estados produtores do país, baseado na relação entre volume de cana produzida e casos de acidentes, Bahia, Alagoas e Pernambuco apresentam os maiores índices de acidentes [...] (BIONDI et al, 2009, p.32).

Levando-se em consideração as 24 usinas ativas que existiam no estado de Alagoas⁴⁶, os acidentes de trabalho entre os anos de 2005 e 2008 chegaram a 13.978. O alto grau de precariedade nas condições de trabalho dos canavieiros alagoanos foi comprovado através de uma atividade de fiscalização realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no início de 2008. Esta operação fiscalizou 15 das maiores usinas do estado, comprovando irregularidades que abrangiam mais de 20 mil trabalhadores em 14 delas (BIONDI et al, 2009), o que demonstrou a situação de desrespeito e omissão de direitos trabalhistas, principalmente para com os cortadores de cana.

Assim, percebe-se que o universo canavieiro alagoano se caracteriza por ter relações de trabalho problemáticas, com recorrência de vários fatores que tornam o trabalhador cortador de cana cada vez mais fragilizado perante a sua atividade laborativa, e que o desrespeito aos direitos trabalhistas também não pode ser dissociado da ausência de compromisso com a saúde do trabalhador, pois são pilares de uma mesma problemática.

Os estudos de Plancherel et al (2011) realizados em usinas canavieiras do estado de Alagoas revelam que existem fortes consequências deste tipo de trabalho para a saúde do cortador de cana, a exemplo de câibra⁴⁷, conhecidas por estes como canguru, além do gasto excessivo de energia física e psíquica, a exposição a altas temperaturas, o cheiro intenso da cana queimada e a exposição à poeira, aos agrotóxicos e à fuligem.

⁴⁵ “Historicamente, o setor sucroalcooleiro sempre figurou entre campeões de trabalho escravo. Por ser uma atividade extremamente penosa e que absorve grande contingente de pessoas, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) escolheu a colheita de cana-de açúcar como foco prioritário de suas fiscalizações nos últimos anos” (BARROS, 2014, p. 5).

⁴⁶ Lembrando que as usinas Guaxuma, Laginha e Uruba do grupo sucroalcooleiro Laginha Agro Industrial do grupo João Lyra foram levadas à falência no ano de 2008, tendo esse processo sido oficialmente estabelecido e divulgado entre 2012 e 2015 por vários jornais: Gazeta de Alagoas (2012), Estadão (2012), novaCana.com (2015), Extra (2015), Cada Minuto (2015) (NEALDO, 2012; MAGOSSY, 2012; G1 ALAGOAS, 2015a; G1 ALAGOAS, 2015b; MOUSINHO, 2015; SOARES, 2015).

⁴⁷ Contrações espasmódicas dos músculos que podem se propagar pelo corpo inteiro.

Vale ressaltar que junto a estes aspectos também é comum em usinas alagoanas a prática da adoção de mecanismos coercitivos e de exploração pelas usinas, que segundo Verçoza (2011) faz o trabalhador intensificar a sua força de trabalho para cortar o máximo possível de cana-de-açúcar objetivando elevar seu salário, pago de acordo com a produção e conhecido também como salário por peça. Estes métodos são utilizados tanto para disciplinar como para controlar o trabalho do cortador de cana, que se submete aos padrões de trabalho e de qualidade demandados pelas usinas para aumentar a produtividade da cana-de-açúcar, porém, diminui a capacidade produtiva do trabalhador e aumenta seu desgaste físico. Sendo assim, as punições variam entre descontos salariais, suspensões de dias a trabalhar e até demissões.

Além disto, também existe a prática da não contabilização de metros de cana cortados pelo trabalhador, o que prejudica o ganho de seu salário e, ao mesmo tempo, leva ao aumento de mais-valia pelo capital agroindustrial canavieiro de Alagoas, em detrimento dos direitos e do bem-estar do trabalhador. Isso confirma “[...] que nesta agroindústria o trabalho não pago assume taxas altíssimas” (VERÇOZA, 2011, p. 96). Dessa forma,

O trabalhador desce até ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a penúria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção; que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos e, conseqüentemente, um terrível estabelecimento do monopólio (MARX, 2006, p. 110).

Enquanto vendedores de sua única mercadoria, a força de trabalho, e submersos a situações degradantes, os cortadores de cana em Alagoas vivenciam várias questões. Conforme indicam Biondi et al (2009); Verçoza (2011) e Plancherel et al (2011), entre os anos de 2005 e 2008 foram constatadas situações como: hora-extra sem pagamento, alojamento com condições insalubres, fraudes nas relações de emprego, contratação irregular, problemas no meio ambiente do trabalho, uso de mão-de-obra de crianças e adolescentes, o surgimento de doenças estomacais, diarreias, vômitos e cólicas provocadas por comidas estragadas, alojamento sujo, falta de equipamentos de proteção individual ou em péssimo estado de conservação, ritmo desumano de trabalho, exaustão e, no geral, exposição à poluentes como o agrotóxico e a cana queimada, ou seja, elementos que caracterizam as péssimas condições de trabalho⁴⁸.

⁴⁸ “Entre os problemas comuns a todas as usinas fiscalizadas, o MPT listou péssimas condições de alojamentos, da alimentação, do fornecimento de água, dos EPIs, do transporte e das instalações sanitárias, entre outros” (BIONDI et al, 2009, p. 33).

O trabalho dos cortadores de cana na agroindústria canavieira é regulamentado por Leis Trabalhistas, mas as situações enumeradas anteriormente demonstram que há inúmeras irregularidades na proteção ao trabalho. Segundo Biondi et al (2009), nas 24 usinas existentes em Alagoas foram detectados entre 2005 e 2008 vários casos de omissão de direitos⁴⁹. Isto supõe um imenso descaso com relação aos direitos trabalhistas para os trabalhadores do corte da cana que trabalham nesse estado. Logo, concordando com Amaral (2013), isso deixa claro que nesse setor a exploração da força trabalho é mais destrutiva e que o cumprimento das leis é mais imprevisível.

Apesar do trabalho dos cortadores de cana ser imprescindível para o desenvolvimento econômico da agroindústria canavieira, há um descaso por parte tanto dos usineiros, como do Estado (governo de Alagoas) no que diz respeito à concretização dos direitos trabalhistas, sendo notória a situação de exploração na qual vivem os trabalhadores. Nesse sentido, mais do que nunca se faz necessária a atuação de instituições que tem o papel importante de fiscalizar ações irregulares no que tange ao cumprimento dos direitos trabalhistas, pois, de fato, são direitos imprescindíveis à manutenção de condições dignas de trabalho.

Assim, de acordo com o exposto anteriormente, o trabalho do cortador de cana é uma atividade de desgaste extremo, tendo em vista a repetição absurda de movimentos do corpo, do calor provocado pelas altas temperaturas e dos acidentes de trabalho, como os ferimentos graves causados pelo mau uso dos equipamentos e/ou a sua inexistência, ou seja, em decorrência do próprio ambiente de trabalho e do descumprimento de direitos mínimos que propicie melhor qualidade de vida e de trabalho. Trata-se de uma atividade na qual a impunidade impera e o direito trabalhista aparece como uma simples formalidade. Isso apenas nos confirma o que Marx já descrevia em “O capital”, quando tratava da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora. Remete-nos o quão desumano é essa exploração e como corrobora Marini (1973), se torna uma superexploração do trabalho, conforme será percebido nos resultados dessa pesquisa.

⁴⁹ É importante frisar que atualmente existem 19 usinas/destilaria em funcionamento no estado de Alagoas (SINDAÇÚCAR, 2017).

CAPÍTULO II

O TRABALHO NOS CANAVIAIS: LEGISLAÇÕES, DIREITOS TRABALHISTAS E ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Este capítulo tem como propósito discutir alguns elementos relativos aos direitos trabalhistas no âmbito da agroindústria canavieira, tendo-se como suporte três legislações que regulamentam e protegem o cortador de cana: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - Lei n.º 5.452/1943, a Constituição Federal (CF) - 1988 e a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração florestal e Aquicultura (NR – 31). Trata da importância do Ministério Público do Trabalho, especificamente da Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região, na efetivação e fiscalização dos direitos trabalhistas, mediante suas atividades de fiscalização. Para tanto, tem-se como referência, principalmente, a Operação Zumbi dos Palmares realizada no ano de 2008. É feita, também, uma discussão dos principais problemas encontrados por este órgão estatal nos canaviais alagoanos e seus encaminhamentos.

2.1 Breves apontamentos sobre os direitos trabalhistas no universo canavieiro contemporâneo

A partir da revisão da literatura sobre a temática das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas que abrangem os cortadores de cana-de-açúcar, observa-se que há um quantitativo significativo de leis que indicam um contexto jurídico de proteção ao trabalho no que tange ao salário, ao meio ambiente de trabalho, ao transporte, alimentação, segurança, saúde etc., aprovadas, principalmente, nas últimas décadas do século XX, fruto de uma trajetória de luta dos trabalhadores no sentido de conquistar e garantir direitos. Uma trajetória que foi sendo construída ao longo de décadas, mediante avanços e recuos vivenciados no processo de construção de relações importantes que levaram ao estabelecimento dos direitos na sociedade.

Para além dos processos produtivos, essa experiência vai estabelecendo, na dinâmica histórica, diferentes formas institucionais, dentre as quais o direito aparece como terreno de mediação e de oposição das classes sociais. Embora nem sempre efetivados, para a classe dominante a institucionalização do direito significa a formalidade do cumprimento da lei, da

regra, do formalismo, regulamentado no âmbito dos poderes públicos e enquanto mecanismo de amortecimento dos conflitos entre as classes sociais. Portanto, esse entendimento do direito o leva para a compreensão da sua existência como algo dado, naturalizado em regras e procedimentos jurídicos. Entretanto, sabe-se que essa formalidade jurídica que se institui resulta da luta de classes, dos conflitos que ocorrem em diferentes períodos históricos por meio da ação dos trabalhadores. Thompson (1987) já demonstrava isto:

No texto *Senhores e Caçadores*, o historiador inglês verifica o direito nas relações de produção sob duas dimensões: como lei, por meio de “regras e procedimento formais”, e como ideologia, enquanto campo de conflito, mediação, arena central de luta social. A primeira dimensão (como lei) pode ainda ser dividida em dois aspectos: a instituição e seus agentes (“os tribunais com seus teatros e procedimentos classistas” junto com “os juízes, os advogados e os Juízes de Paz”); e como regras e procedimentos próprios (a lei enquanto lei, exprimindo sua lógica interna) (THOMPSON, 1987, p. 351 apud COSTA, 2015, p. 04).

Portanto, o direito ao trabalho com condições dignas é uma luta histórica que vai além da mera formalidade da lei. Há nesse processo o que Thompson chama de uma arena político-ideológica, que extrapola o caráter econômico e normativo-legal (COSTA, 2015). Sem descartar a lei enquanto “[...] um instrumento da classe dominante e ideologicamente sua legitimadora” (SILVA, 1998, p. 38), Thompson chama a atenção que a elaboração das leis (do direito), independente da sociedade em que são formuladas, envolve a luta de classes nas relações sociais de produção, não se caracterizando por resultar meramente de uma formalidade.

Ao analisar a sociedade brasileira, observa-se que a análise de Thompson no tocante à compreensão do direito como uma arena de disputas e de luta, ajuda a compreender a forma como foram sendo conquistados os direitos dos trabalhadores, ainda que em alguns momentos característicos de uma relação que tinha como lastro a cooptação/concessão (era Vargas, principalmente), mas em outros se vivenciou períodos históricos de grandes embates que resultaram em conquistas oriundas da mobilização social que envolveu a participação direta dos trabalhadores enquanto sujeitos políticos do processo.

No caso dos trabalhadores rurais o que se observa é que esse arcabouço jurídico, embora importante para garantir a regulamentação das relações trabalhistas, a exemplo da CLT e da CF, ainda tem sido alvo de constantes descumprimentos. Queiroz (2013, p.19) sustenta que a existência desse patamar jurídico não implica na supressão das antigas formas de exploração do trabalho apreendidas “[...] objetivamente pela articulação da manutenção de

degradantes condições de trabalho às condições legal e formal de compra e venda de força de trabalho nas regiões canavieiras”.

Camargo (2010) corrobora a respeito disto afirmando que o caso é tão grave que já foram flagradas, frutos de diversas denúncias, situações expressivas de trabalhadores que vivenciam condições semelhantes ao período da escravidão, a exemplo da presença do trabalho forçado. Com isso ocorrem vários questionamentos se essas legislações têm dado base suficiente para amparar e fornecer condições dignas de trabalho ao cortador de cana.

No mundo do trabalho dos canavieiros, e especificamente no estado de Alagoas, o processo de emergência e formalização dos direitos acontece ao lado da intensificação da produção e exploração do trabalho, uma vez que para o trabalhador conseguir um emprego e permanecer nele é exigido um alto grau de produtividade diária. Essa condição empregatícia redimensionou a retrógrada instabilidade do canavieiro informal, o que fez com que na contemporaneidade fossem produzidos movimentos de inserção empregatícia de caráter flexível ou pendular⁵⁰ (QUEIROZ, 2013).

Tal situação tem levado à ocorrência de inúmeros casos de irregularidades trabalhistas que provocaram e ainda vem provocando péssimas condições de trabalho. Houve a regulamentação do trabalho perante a formalização dos direitos em leis, porém isto não significou a melhoria da condição de trabalho do trabalhador. Como ressalta Queiroz (2013, p. 20),

Ante um histórico de informalidade e negação dos direitos laborais e sociais para os canavieiros, a formalização do trabalho canavieiro dissolve os efeitos da maneira de dispor o tempo de trabalho e a quantidade de trabalho despendida justificando-se pela via dos direitos concedidos, com os quais orchestra a legitimidade social e política onde não necessariamente repousam relações de trabalho que preservam a dignidade do trabalhador.

É importante ressaltar que, conforme já assinalado anteriormente, parte da mão de obra empregada nos canaviais advém dos contratos de trabalhadores migrantes, oriundos de regiões pobres do Brasil e que acabam aceitando qualquer condição de trabalho oferecida. Nasser e Silva (2016, p. 56) afirmam com relação a esses trabalhadores que “[...] utilizando-se da necessidade delas, os contratantes ofertam condições muito precárias para a moradia, alimentação e trabalho induzindo assim para o descumprimento da própria legislação trabalhista [...]”. Acrescentam que esses trabalhadores pobres pouco reagem ao contexto no qual estão inseridos e nem sempre contam com o apoio dos sindicatos rurais. Portanto, se

⁵⁰ [...] da contratação na safra até a demissão na entressafra, com períodos de desemprego e reinserção na safra seguinte [...] (QUEIROZ, 2013, p. 20).

constituem como o elo mais fraco na engrenagem capitalista, mas fundamentais na luta pela melhoria das condições a que são submetidos.

As relações de trabalho, na maioria das vezes, são preconizadas na direção da classe econômica dominante. Cabe aos trabalhadores, considerados para efeito do direito do trabalho, a parte hipossuficiente e mais fraca, o direito, historicamente assegurado de realizar lutas, visando a melhoria de suas condições de trabalho e reivindicar mudanças na legislação, visando assegurar legalmente tais melhorias (NASSER E SILVA, 2016, p. 50).

A tendência, sem dúvida, é que a formalização dos direitos trabalhistas por meio do assalariamento formal ande ao lado da flexibilização do mundo do trabalho e da falta de condições dignas de vida dos trabalhadores. Isso legitima as práticas de exploração do trabalhador rural, especialmente do cortador de cana pelo seu empregador, o usineiro, demonstrando que há uma contradição entre o estabelecimento de direitos e acordos coletivos e sua real efetivação.

Essa flexibilização do mundo do trabalho vem se acentuando com a adoção do ideário neoliberal e as mudanças que estão se processando em âmbito internacional e nacional e que têm levado a uma vulnerabilização da classe trabalhadora diante do processo de reestruturação produtiva, da

[...] flexibilização desregulamentadora das leis trabalhistas, pelo emprego desenfreado no trabalho informal, com a vigência perene do subemprego, expresso pelo trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, excluídas as garantias dos direitos trabalhistas do trabalho protegido na ordem formal (AMÂNCIO E ANHUCCI, 2009, p. 03).

Desde que se inaugurou um conjunto de mudanças no sistema político e econômico, fruto da reestruturação produtiva e de práticas políticas neoliberais, bem como do novo padrão de acumulação flexível⁵¹ nos anos de 1970, de inovações tecnológicas, transformações importantes vêm afetando a classe trabalhadora. Tais mudanças se deram para adaptar a classe trabalhadora às exigências inovadoras do capitalismo (SANTOS, 2010). Estas alternativas político-econômicas e as mudanças no mundo do trabalho foram os pilares do capital para o estabelecimento de novas formas de valorização e acumulação de lucros, bem como para a prevenção de crises estruturais no sistema capitalista.

⁵¹ Tinha-se até então a predominância do taylorismo/fordismo. O fordismo foi implementado por Henry Ford nas fábricas de automóveis com o propósito de produzir em massa e, conseqüentemente, o consumo em massa. Um modelo que revolucionou a produção no século XX. De acordo com Santos (2010, p. 80-81) “[...] as condições de reprodução do regime de acumulação fordista realizam-se na sua própria forma de ser racionalizada, que exige a criação de um novo ‘tipo humano’ conforme surge um novo tipo de trabalho e de reprodução, característico do regime de capital monopolista”.

Assim, essa tendência torna o mercado de trabalho cada vez mais precarizado colocando em jogo as condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores através de uma lógica de racionalização econômica. De acordo com Santos (2010), a tendência é a ocorrência de flexibilidade nas relações trabalhistas, estabelecimento de contratos temporários, individualização das relações salariais, a exigência de autoexploração e autocontrole do trabalhador, a quebra da solidariedade de classe, a fragmentação do movimento operário, desregulamentação, subcontratação e precarização do trabalho, desemprego estrutural etc. Portanto,

Dito de outro modo, a flexibilização é uma imposição do capital ao trabalho, cujo objetivo é precarizar as condições de trabalho, fazendo com que os trabalhadores aceitem-nas com salários reais baixos e contratos de trabalhos desregulamentados, sem garantias sociais. As consequências disso são nefastas para o sujeito trabalhador (SANTOS, 2010, p. 110).

Esse fato se acentua nas indústrias capitalistas na medida em que entram na lógica da acumulação e da concorrência do mercado mundial, o que acaba gerando impactos negativos para o mundo do trabalho, principalmente a omissão de direitos trabalhistas. Essa realidade, resguardando suas especificidades, não é muito diferente na agroindústria canavieira brasileira e na realidade dos cortadores de cana (AMÂNCIO; ANHUCCI, 2009).

O debate da saúde, da exploração do trabalhador e das condições gerais de trabalho no meio rural é, portanto, indissociável do debate da intensificação da atividade laborativa que se tornaram juridicamente institucionalizadas através da flexibilização dos direitos trabalhistas no final da década de 1990 (PLANCHEREL et al, 2011). O que acontece na atualidade é que a formalização do trabalho, por exemplo, muitas vezes obscurece a contradição entre o capital e o trabalho, encobrindo a exploração que se efetiva nos ambientes de trabalho e todo o negligenciamento que ocorre nas relações de trabalho entre empregador e empregado.

Esse negligenciamento é intensificado na medida em que as instâncias estatais não conseguem abarcar todo o processo de fiscalização, uma vez que não contam com um quantitativo de profissionais suficiente para atender às demandas e necessidades apresentadas. As legislações que existem de proteção ao trabalho nem sempre são cumpridas. Os preceitos constitucionais e as legislações complementares são muitas vezes desconsideradas, apesar de conterem avanços importantes frutos da luta dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, é importante conhecer algumas delas e analisar o tratamento que tem sido dado ao trabalhador rural e de forma específica ao cortador de cana.

2.2 Algumas legislações de proteção aos trabalhadores urbanos e rurais

2.2.1 Consolidação das Leis do Trabalho

A história dos direitos sociais no Brasil é complexa, pois desde o surgimento da primeira Constituição em 1824, podemos perceber traços de exclusão social de grande parte da população em favor dos privilégios dos grandes latifundiários⁵². Para Couto (2006, p. 87) “as garantias eram usufruídas por uma parcela ínfima da população, aquela que podia manter-se e participar da vida política do país”. E os direitos que foram inscritos nas Constituições posteriores se caracterizavam como aquilo que não se cumpriria ou que seria fruto da relação de compadrio e da concessão.

Detendo-nos à história brasileira, é importante levar em consideração que é principalmente no início do período da industrialização, a partir da década de 1920, diante das péssimas condições de trabalho, que aumentam as lutas dos trabalhadores, principalmente as manifestações do emergente proletariado urbano (MENDONÇA, 2009). Essas manifestações em torno da conquista de direitos se dão na medida em que o capitalismo industrial brasileiro avança e são reivindicadas ao Estado medidas de proteção social aos trabalhadores.

É no governo de Getúlio Vargas, em 1930, que irão se estabelecer alguns direitos trabalhistas com o intuito de definir regras da relação entre o capital e o trabalho.

[...] nesse período, começaram a ser gestadas as condições para uma mudança substantiva no sistema econômico brasileiro, que vai ser deslocado do eixo agroexportador para o urbano industrial e, assim, exigir um posicionamento frente às demandas postas pela nova ordem produtiva e pelos trabalhadores (COUTO, 2006, p. 95).

A linguagem dos direitos se colocava na pauta dos movimentos sindicais que reivindicavam melhorias para a classe trabalhadora. Nas palavras de Mendonça (2009, p. 105):

A descoberta da sociedade se fez na experiência dos movimentos sociais, das lutas operárias, nos embates políticos perante o Estado, através dos sujeitos que reclamavam a sua autonomia, iniciando a construção de um espaço público descontínuo por onde circulavam reivindicações diversas. O exercício da cidadania se põe na medida em que se tornam presentes as necessidades sociais e coletivas, expressando-se por intermédio de uma linguagem: a linguagem dos direitos que se colocam no centro das relações

⁵² Possuía características autoritárias e conservadoras, como é o caso do direito de voto apenas para cidadãos livres e do sexo masculino (COUTO, 2006).

sociais e na dinâmica política da sociedade, sob o impacto das transformações introduzidas pelo capitalismo industrial.

São esses embates e reivindicações políticas dos trabalhadores que fazem com que seja instituída a Constituição de 1934, que reflete alguns dos anseios da luta popular e regulamenta a legislação trabalhista. Foram conquistados o salário mínimo, jornada de oito horas diárias, férias remuneradas, proibição do trabalho do menor em condições insalubres, amparo aos desvalidos, à maternidade e à infância etc. Ao tempo em que eram fundamentais essas conquistas, também tinham o propósito de acalmar as massas que lutavam em torno de melhores condições de trabalho, interferindo autoritariamente para evitar conflitos através de medidas regulatórias e assistencialistas.

Couto (2006) ressalta que existiam critérios de inclusão e exclusão que delimitavam quem teria acesso aos direitos, ficando desprotegida a população rural brasileira que não estava inserida no mercado de trabalho formal. Esse motivo foi a base para a vinda de trabalhadores rurais para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Tanto que para se conter esse fluxo migratório, no art. 121 da Constituição de 1934 constava a preocupação com “as condições do trabalho, na cidade e nos campos”. No § 4º do referido artigo, ainda se tinha uma recomendação no sentido de fomentar a fixação da população nas zonas rurais. Além disso, constava, também, no seu art. 139, que cabia aos empregadores rurais oferecer ensino gratuito nas áreas não cobertas pelo Estado, bem como a organização de colônias agrícolas (art. 121 § 50) com o propósito de amparar segmentos da população rural que necessitasse.

Entretanto, o foco da legislação trabalhista de Vargas tem como centralidade o trabalhador urbano, importante para o processo de industrialização. É sob esse prisma que ele reúne toda a legislação criada desde 1930 no que ficou denominado Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - Lei nº 5.452/1943 - e na qual são reguladas as relações individuais e coletivas do trabalho e que, conforme Ianni (2004, p. 224), “[...] não contempla senão em plano muito secundário algumas reivindicações do proletariado rural”.

São poucos os artigos que contemplam o trabalhador rural. No art. 13, por exemplo, consta a obrigatoriedade da Carteira de Trabalho para o exercício profissional, inclusive no âmbito rural. Diz ela: “A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada” (BRASIL, 1943).

Além da assinatura na Carteira de Trabalho, na CLT ainda se tem como obrigatório proceder todas as anotações de mudanças no decorrer do contrato estabelecido: aumentos

salariais, férias, mudanças de níveis etc. Conforme indica o art. 29, §3º, “a falta de cumprimento pelo empregador [...] acarretará a lavratura do auto de infração, pelo Fiscal do Trabalho, que deverá, de ofício, comunicar a falta de anotação ao órgão competente, para o fim de instaurar o processo de anotação”.

Além desses aspectos, é importante destacar algumas questões que estão contidas na CLT e que são importantes para a compreensão das regras estabelecidas para a proteção do trabalhador.

No que diz respeito à jornada de trabalho:

Art. 58 - A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite; [...] § 2º - O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução (BRASIL, 1943).

Dos períodos de descanso:

Art. 66 - Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11(onze) horas consecutivas para descanso; Art. 67 - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte; [...] Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas (BRASIL, 1943).

Da remuneração:

Art. 459 - O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações; § 1º - Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido (BRASIL, 1943).

Das convenções coletivas de trabalho:

Art. 611 - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho; [...] Art. 613 - As Convenções e os Acordos deverão conter obrigatoriamente: [...] III- categorias ou classes de trabalhadores abrangidas pelos respectivos dispositivos; IV - condições ajustadas para reger as relações individuais de trabalho durante sua vigência; [...] VII - direitos e deveres dos empregados e

empresas; VIII - penalidades para os Sindicatos convenientes, os empregados e as empresas em caso de violação de seus dispositivos (BRASIL, 1943).

Há, como vimos, toda uma legislação que indica como os empregadores deveriam proceder ao contratar o trabalhador, mas a realidade foi mostrando que nem sempre foi cumprida, ou mesmo, muitas vezes, teve uma abrangência parcial.

Para os trabalhadores rurais a CLT era letra morta, o que exigiu um processo organizativo no sentido de lutar por legislações mais específicas, resultando na aprovação, no governo de João Goulart, do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) - Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963 - que reuniu um conjunto de direitos trabalhistas voltados para o âmbito rural (SILVA, 1998; OLIVEIRA; PINHO, 2016), considerado por alguns como a mini CLT do trabalhador rural. Nesse processo, convém destacar as lutas que se organizaram desde a década de 1950, com o surgimento das ligas camponesas, de sindicatos rurais, da atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro, com contribuições importantes para a elaboração desse documento. Este Estatuto, apesar de em muitos aspectos não ter sido efetivado e posteriormente outras legislações terem sido adotadas⁵³, trouxe para a discussão elementos importantes da regulamentação do trabalho rural, a exemplo: carteira profissional de trabalhador rural, a duração do trabalho, remuneração/salário mínimo, repouso semanal e férias remuneradas, higiene e segurança do trabalho, moradia, saúde do trabalhador, regulação do trabalho da mulher e proibição do trabalho do menor de dezoito anos em condições insalubres e perigosas e em períodos noturnos.

As discussões sobre a regulamentação do trabalho no meio rural continuaram durante o período do regime militar, trazendo inclusive novos elementos a exemplo da instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), em 1971, no qual são definidos benefícios previdenciários para os trabalhadores rurais. Tais legislações, conforme indicam alguns autores, serviam como base para o Estado evitar a organização e manifestação dos trabalhadores por melhorias trabalhistas de forma que não tivessem força social e ameaçassem a ordem vigente.

Apesar de alguns avanços, por exemplo, os chamados boias-frias não se enquadraram como trabalhadores rurais, uma vez que se encaixavam na categoria de trabalhadores temporários, não sendo protegidos pela lei (SILVA, 1998). Isso significou um conflito

⁵³ Inúmeras foram as leis criadas para proteger o trabalhador rural, diferenciando-os dos trabalhadores urbanos. A Lei Nº 5.889, de 8 de Junho de 1973, em seu Parágrafo único já preconizava: “observadas as peculiaridades do trabalho rural, a ele também se aplicam as leis nºs 605, de 05/01/1949, 4090, de 13/07/1962; 4725, de 13/07/1965, com as alterações da Lei nº 4903, de 16/12/1965 e os Decretos-Leis nºs 15, de 29/07/1966; 17, de 22/08/1966 e 368, de 19/12/1968”.

constante entre o Estado e os trabalhadores rurais volantes. O motivo pelo qual não fossem enquadrados é que a própria legislação transformou os trabalhadores permanentes em volantes/temporários, justamente para não pagar encargos sociais elevados e manter a tutela destes trabalhadores nas fazendas. Se os trabalhadores rurais volantes se enquadrassem na mesma categoria que os permanentes para receber os mesmos direitos:

[...] o empregador é [era] obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais. Eis um ponto que toca o centro da questão, segundo a qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isso é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho (SILVA, 1998, p. 64).

Além disso, o ETR não atingia os grandes latifundiários rurais, pelo contrário, manteve-se o regime da grande propriedade agrária e foi instituído para legitimar o poder hegemônico do Estado e consequentemente das classes dominantes na medida em que mantinha a dominação sobre os trabalhadores rurais.

O ETR representou um "equilíbrio instável de compromisso" na medida em que os sacrifícios impostos não atingiam os interesses políticos dos proprietários rurais e não punham em xeque seu poder político. A ação do Estado, ao criar o ETR, implicou dois pontos: a) no que tange às classes dominadas, elas foram impedidas de se organizar politicamente e foram submetidas ao aparelho de Estado; b) no que tange às classes dominantes, o Estado lhes permitiu a organização-dominação e a sua autonomia neste momento histórico concreto, impondo o "sacrifício econômico" aos proprietários de terras sem, contudo, ameaçar o seu poder político. Estes aspectos se tornam evidentes na Lei n. 5.889 (1973), que substituiu o ETR. Todavia, essa nova lei não regulamentou a situação dos trabalhadores volantes; da mesma forma, os 27% correspondentes aos gastos sociais continuavam não sendo aplicados a estes trabalhadores (SILVA, 1998, p. 65).

Aos trabalhadores volantes restaram-lhes a expulsão das fazendas e a opção de se tornarem boias-frias, como também a de buscar trabalho em outras regiões do país, que não a sua de origem. Passaram a trabalhar não apenas para um patrão ou uma empresa determinada e sim a vender a sua força de trabalho para a classe de capitalistas. Albuquerque (2009) enfatiza que esse Estatuto não teve efetividade em Alagoas e que a luta por direitos neste estado sempre chegou com décadas de atraso. Como salienta Silva (1998, p. 72) “sob o disfarce de um Estatuto de Trabalhadores Rurais, o Estado brasileiro institucionaliza a

descaracterização destes homens e mulheres enquanto trabalhadores, negando-lhes esta condição e imprimindo-lhes a marca da indefinição, de uma verdadeira escória”.

A cada medida e legislação que ia sendo acrescida para regular o trabalho no meio rural, novas mudanças se processavam na CLT, que foi incorporando alguns direitos para os trabalhadores rurais e cujo avanço maior vai ocorrer na Constituição Federal de 1988, quando são incorporados novos direitos e novas possibilidades para os trabalhadores urbanos e rurais, conforme trataremos a seguir.

2.2.2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Após o governo de João Goulart é fato que o Brasil passou por uma ditadura de caráter militar, de 1964 a 1984, com o cerceamento de inúmeros direitos, do uso da força e da repressão através dos atos institucionais⁵⁴. Esse período ditatorial,

[...] buscava cooptar a população, na sua maioria pobre, vivendo o arrocho salarial, a inflação, as precárias condições de vida, para a legitimação das medidas governamentais. Usava, para isso, a ameaça caricaturada persistente dos perigos do comunismo, uma ameaça sempre eminente (COUTO, 2006, p. 120).

Todos os atos institucionais objetivaram moldar a população para que fosse estabelecido um regime econômico, político e social que conduziria o país ao seu pleno desenvolvimento, sem interferência dos movimentos sociais revolucionários e tendo a sua frente os militares. Nesse período, foi constante a violação de direitos fundamentais, civis, políticos e humanos, da liberdade de expressão e da dignidade da pessoa humana. Houve a prática da tortura, repressão, principalmente aos movimentos sociais, censura, cooptação da população, cassação de direitos políticos, fechamento de sindicatos, fim de partidos políticos, fechamento do congresso, proibição de voto, pena de morte, entre outras atrocidades.

Entre os anos de 1964 e 1985 Constituições foram formuladas regulando direitos, cuja lógica era a submissão ao regime militar de forma a atender os interesses da classe dominante. As políticas sociais desenhadas nesse período, portanto, objetivavam manter um controle sobre a população e, com isto, a compreensão dos direitos era marcada pelo caráter de concessão e merecimento onde nem todos aqueles preconizados pelas constituições eram efetivados (COUTO, 2006).

⁵⁴ Os governos militares foram: Castelo Branco (1964-1966); Costa e Silva (1967-1968); Médici (1968-1974); Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985).

A concessão de direitos se deu de maneira restrita e cujas medidas implementadas na área social, educacional, previdenciária etc., desenharam um perfil limitado e também autoritário para sustentar o sistema político do governo. Isso demonstrou ser falaciosa a prosperidade econômica prometida pelos governos militares. Como resume Couto (2006, p. 137):

A década de 1980 mostrou um país com enormes dificuldades geradas pela grande concentração de renda e por uma política econômica restritiva do ponto de vista da participação da população na riqueza nacional, que se já não apontava o crescimento do bolo como estratégia de acumulação da riqueza, proposta pelos governos militares, muito menos falava em sua distribuição, revelando ser uma sociedade extremamente desigual [...].

Nesse cenário ressurgem os movimentos sociais e a participação da sociedade para denunciar as atrocidades dos governos militares e lutar por uma nova Constituição, pela democracia, por melhores condições de vida, de trabalho e principalmente pelo direito de expressão. Nesse processo, Marini (1991) e Couto (2006) enfatizam que teve grande importância o movimento popular em 1982, avançando em suas lutas pela democracia ao tentar romper com o período repressor da época levantando a bandeira das Diretas-Já. Almejando a volta das eleições diretas e imediatas para presidente visavam uma nova sociedade, que respondesse às suas demandas.

No governo de Figueiredo, apesar de manter o caráter repressivo, foram instituídas medidas importantes para o processo de redemocratização do país: a Lei da Anistia, trazendo de volta os exilados políticos; fim do bipartidarismo; flexibilização da legislação sindical, que proporcionou a criação da Central Única de Trabalhadores (CUT) e também da Central Geral de Trabalhadores (CGT) e o estabelecimento das eleições diretas para os governos dos estados (MARINI, 1991; COUTO, 2006).

Assim, a luta por uma nova constituição federal foi fruto da pressão dos movimentos sociais e dos trabalhadores que almejavam o estabelecimento da democracia. A partir dela a participação social é ampliada e os trabalhadores podem exercer a cidadania. Nas palavras de Marini:

A nova Constituição, promulgada a 5 de outubro de 1988, é, em linhas gerais, liberal, democrática e nacionalista. Mantém a república e a federação, assim como o regime presidencialista, concede ampla liberdade de organização partidária, proclama o direito de greve sem restrições, suprime a censura prévia, qualifica como crimes de extrema gravidade o racismo e a tortura. Paralelamente, cria mecanismos de democracia direta, como o plebiscito e o referendun, além de admitir — restrita à legislação ordinária — a iniciativa popular em matéria de projetos de lei; finalmente, reserva às

empresas nacionais a exploração dos recursos do solo e do subsolo e lhes outorga tratamento privilegiado por parte do Estado. Em relação à questão agrária, ela retrocede em certos pontos com referência à legislação anterior, particularmente no que diz respeito à desapropriação de terras (MARINI, 1991, s/p).

É válido lembrar que foi somente com a Constituição Federativa do Brasil de 1988 que há a consolidação, de fato, dos direitos para os trabalhadores rurais. Ela trouxe maior amplitude sobre o direito ao trabalho à medida em que tornou imprescindível a igualdade de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais em seu artigo 7º (OLIVEIRA; PINHO, 2016).

Na referida Constituição, em seu art. 7º, há um avanço importante na medida em que passar a existir a equivalência dos direitos entre trabalhadores urbanos e rurais, anteriormente não assegurados aos empregados na área rural. Contém o referido artigo que para a melhoria da condição social do trabalhador, é necessário que sejam assegurados:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III - fundo de garantia do tempo de serviço; IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; [...] IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; [...] XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; [...] XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; XXIV - aposentadoria; [...] XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; [...] XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa; [...] XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; [...] XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (BRASIL, 1988).

Além disso, o capítulo segundo da Constituição Federal, “Dos Direitos Sociais”, que trata dos trabalhadores urbanos e rurais, diz que todo cidadão tem direito ao trabalho digno, além de outros que lhes são fundamentais para a manutenção de uma vida com qualidade. O direito ao trabalho aparece como um direito social inserido no capítulo II, em seu artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Alguns desses direitos já existiam em outras legislações (Constituições anteriores e as atualizações da CLT) e outros foram acrescentados. O fato é que a proteção social brasileira se ampliou diante dos novos preceitos constitucionais e trouxe para o foco do debate a equidade aos trabalhadores rurais, indo, inclusive, na contra mão do que já está se vislumbrando em âmbito mundial com os questionamentos sobre o papel do Estado de Bem Estar Social.

Essas conquistas são frutos de muita luta e mobilização dos trabalhadores, representados por sindicatos, centrais sindicais, associações etc. A entidade sindical tem reconhecimento legal no texto constitucional, como instância livre, cujo papel é defender os direitos dos trabalhadores nas diversas questões que envolvam a garantia de direitos, nas negociações e convenções coletivas. O artigo 8º da Constituição Federal expressa bem o papel e importância dos sindicatos:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical; [...] III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas; IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei; V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato; VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho; [...] Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer (BRASIL, 1988).

Tais preceitos, como afirma Pego (2014, p.118), devem ter como referência o princípio democrático que:

[...] consiste na participação de todos os integrantes da categoria que desejem participar, inclusive com a garantia do direito de participação das minorias, em todas as questões que demandem a tomada de posição ou uma conclusão que represente a vontade real da categoria naquele assunto, excluindo-se apenas questões de mero funcionamento ordinário da entidade sindical.

Para Fonseca (2009), as associações sindicais, também denominadas de agremiações, têm importância significativa para a sociedade, pois realizam funções de mobilização das categorias que representam e que resultam em conquistas asseguradas em legislações, a exemplo da CF de 1988, e materializadas nas convenções coletivas de trabalho (CCT) e/ou acordos coletivos de trabalho (ACT), instrumentos que objetivam garantir melhorias sociais para a classe trabalhadora e para a sociedade como um todo, uma vez que podem apoiar questões mais gerais e contribuir com a conquista de novos direitos⁵⁵.

Dessa forma, os dirigentes sindicais são fundamentais no processo organizativo dos trabalhadores, uma vez que:

[...] não podem olvidar-se da função que lhes é incumbida. Têm o dever de - mais que o trabalhador que não exerce esta função - velar pelo cumprimento da ordem jurídica, especialmente a dignidade dos trabalhadores e os valores sociais do trabalho. O contato constante com obreiros pertencentes à categoria é necessário, a fim de verificar se o empregador é um fraudador das normas laborais. Têm, ainda, o dever de provocar as associações sindicais em caso de inobservância das normas laborais, ou representar, com relato das fraudes, as Instituições com atribuição para agir, como o MTE ou o MPT (FONSECA, 2009, p. 200).

Portanto, o reconhecimento constitucional do papel dos sindicatos, enquanto instância livre e legalmente representativa dos trabalhadores foi fundamental. Estes têm grande relevância social, pois fiscalizam as situações vivenciadas pelos trabalhadores na tentativa de que não haja a violação dos direitos trabalhistas e fraudes nas relações empregatícias. Na atuação sindical é importante que se estabeleçam relações com outras instituições que também têm o papel de fiscalização e que orientam no cumprimento das normas que amparam os trabalhadores, a exemplo do Ministério Público do Trabalho e das Superintendências Regionais do Trabalho (MTE), principalmente no tocante à investigação de denúncias realizadas pelos dirigentes sindicais e das providências tomadas.

O direito de greve também foi assegurado na Constituição de 1988. O artigo 9º expressa bem isso:

[...] É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. § 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade; §

⁵⁵ Isto porque a CF/1988 e a própria legislação infraconstitucional e, em alguns casos, infralegal, previram apenas o mínimo existencial, o que não impede a contemplação de “novos direitos” que ocasionem melhoria social dos trabalhadores. Neste sentido, é a dicção do caput do art. 7º da atual Constituição (FONSECA, 2009, p. 193).

2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei; Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação; Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores (BRASIL, 1988).

Como se observa, a Constituição de 1988, para alguns denominada de Constituição cidadã, trouxe uma série de garantias aos trabalhadores urbanos e rurais. O desafio tem sido torná-las efetivamente concretas diante das mudanças no mundo do trabalho e das novas configurações que têm sido expressas no cotidiano dos trabalhadores, e no caso dos cortadores de cana em especial, pela própria história de exploração e condições de trabalho degradantes. É importante atentarmos também para o fato de que existem legislações específicas para a fiscalização e manutenção da segurança do trabalhador, a NR 31 é uma delas.

2.2.3. A Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura – NR 31 (Portaria nº 86, de 03 de Março de 2005)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem ao longo dos anos fazendo recomendações e estabelecendo convenções no sentido de assegurar melhores condições de saúde e proteção ao trabalhador, reforçando a importância de normatizações preconizadas no capítulo V da CLT e no art. 7º da Constituição Federal. Tais recomendações também são refletidas na necessidade de se estabelecer Normas Regulamentadoras (NRs)⁵⁶ que tratam da saúde e da segurança do trabalho. Essas NRs, no caso brasileiro, surgiram por determinação da Portaria n. 3.214 do Ministério do Trabalho (8 de junho de 1978) e obrigatoriamente sua observância deve ser executada por instituições que possuam trabalhadores regidos pela CLT, seja empresas privadas ou públicas, bem como pelos órgãos da administração direta e indireta e, ainda, dos Poderes Legislativo e Judiciário. A fiscalização das NRs se dá através da atividade dos analistas fiscais do trabalho que podem, comprovado irregularidades, lavrar auto de infração e multa administrativa (BRASIL, 1988; TODESCHINI, 2008; BASILE, 2011).

Em vista disso, Todeschini (2008, p. 2) ressalta que estas normas trazem a importância de zelar pela:

⁵⁶ Todas as Normas Regulamentadoras Gerais e Rurais estão disponíveis no site eletrônico: www.mte.gov.br/seg_sau/leg_normas_regulamentadoras.asp. Atualmente existem 33 NRs.

[...] inspeção prévia (estabelecendo exigências em matéria de SST), do dimensionamento dos serviços de medicina e segurança nas empresas (SESMT), da organização de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA, de normas específicas para o enfrentamento dos riscos físicos, químicos e biológicos, além das normas relativas a setores econômicos de maior acidentalidade e das novas doenças surgidas no setor de serviços.

Estas normas que dizem respeito à saúde e à segurança do trabalhador surgiram principalmente em decorrência de três questões: das pressões por parte dos trabalhadores, dos ideais socialistas e de negociações coletivas dos trabalhadores com o governo e as empresas. No âmbito do governo, três Ministérios ficaram com responsabilidades voltadas para a saúde e segurança dos trabalhadores: Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho e Emprego, e, vinculadas a este último, a Secretaria de Inspeção do Trabalho e a Fundacentro para a realização de pesquisas e estudos nesta temática (TODESCHINI, 2008).

Assim, as NRs surgem na medida em que se acentuam os diversos casos de acidentes, doenças e mortes no trabalho, as lesões por esforços repetitivos (LER) e os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), os ferimentos, fraturas, traumatismo, principalmente nos punhos, mãos, pés e pernas, que em algumas circunstâncias levam os trabalhadores à morte, principalmente no setor rural. No caso da agroindústria da cana e do álcool, Todeschini (2008, p. 6) registra como maiores riscos: “[...] escoriações por manuseio de materiais; poeiras; ergonômicos; impactos de objetos; radiações solares; equipamentos cortantes; dermatológicos; agrotóxicos; biológicos (animais peçonhentos); peças móveis de máquinas, entre outros”.

Também é relevante ressaltar que a produção agrícola e pecuária com vista a atender aos padrões de produção em âmbito internacional, vem exigindo algumas mudanças nas formas de gestão e do processo de trabalho no campo, entre elas a necessidade de se estabelecer normas que contribuam para a proteção e o amparo dos trabalhadores (INSTITUTO CNA, S/D). O Brasil está entre os países que possuem o maior índice de acidentes de trabalho, comprovado nas estatísticas oficiais. Em 2013 foram 559.081 acidentes de trabalho, sendo 432.254 acidentes típicos e 111.601 acidentes de trajeto. Ainda foram constatadas 15.226 doenças e 2.797 mortes por acidentes de trabalho (INSTITUTO CNA, S/D; OLIVEIRA, 2013).

A Norma Regulamentadora 31 – NR 31, em vigor desde 2005, “tem como finalidade nortear empregadores e trabalhadores no que diz respeito à segurança e saúde no trabalho na

agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura” (INSTITUTO CNA, s/d, p. 2). No item nº 31.1.1 fica explicitado que:

Esta Norma Regulamentadora tem por objetivo estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho (BRASIL, 2005b).

No conteúdo da referida Norma, alguns itens são importantes a serem elencados: Disposições Gerais - Obrigações e Competências - Das Responsabilidades (31.3); Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural (31.5); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CIPATR) - (31.7); Ferramentas Manuais (31.11); Transporte de Trabalhadores (31.16); Medidas de Proteção Pessoal (31.20) e Áreas de Vivência (31.23).

Em suas “Disposições Gerais - Obrigações e Competências - Das Responsabilidades” esta Norma, além de orientar que o trabalhador execute suas atividades com segurança e que tenha um profissional responsável pela fiscalização do trabalho prezando pela saúde do trabalhador e aplicabilidade da lei, preconiza que o mesmo tenha acesso à informação, àquelas que dizem respeito aos seus direitos e deveres no âmbito do trabalho. Isto se constitui como um pilar para que condições de trabalho dignas sejam efetivadas.

31.3.3 - Cabe ao empregador rural ou equiparado: a) garantir adequadas condições de trabalho, higiene e conforto, definidas nesta Norma Regulamentadora, para todos os trabalhadores, segundo as especificidades de cada atividade; b) realizar avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores e, com base nos resultados, adotar medidas de prevenção e proteção para garantir que todas as atividades, lugares de trabalho, máquinas, equipamentos, ferramentas e processos produtivos sejam seguros e em conformidade com as normas de segurança e saúde; c) promover melhorias nos ambientes e nas condições de trabalho, de forma a preservar o nível de segurança e saúde dos trabalhadores; d) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho; f) assegurar a divulgação de direitos, deveres e obrigações que os trabalhadores devam conhecer em matéria de segurança e saúde no trabalho; g) adotar os procedimentos necessários quando da ocorrência de acidentes e doenças do trabalho (BRASIL, 2005b).

Além dos itens já mencionados, para evitar maiores riscos e danos que comprometam a vida do trabalhador é necessário que as empresas adotem medidas visando prevenir a ocorrência de acidentes. Algumas delas e que possuem caráter preventivo e educativo dizem respeito à “Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural” e à “Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CIPATR)”. Diz a NR 31:

31.5.1.3.6 - Todo estabelecimento rural, deverá estar equipado com material necessário à prestação de primeiros socorros, considerando-se as características da atividade desenvolvida; 31.5.1.3.7 Sempre que no estabelecimento rural houver dez ou mais trabalhadores o material referido no subitem anterior ficará sob cuidado da pessoa treinada para esse fim; 31.5.1.3.8 O empregador deve garantir remoção do acidentado em caso de urgência, sem ônus para o trabalhador; [...] 31.7.1 A CIPATR tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças relacionados ao trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida do trabalhador; 31.7.2 O empregador rural ou equiparado que mantenha vinte ou mais empregados contratados por prazo indeterminado, fica obrigado a manter em funcionamento, por estabelecimento, uma CIPATR; 31.7.2.1 Nos estabelecimentos com número de onze a dezenove empregados, nos períodos de safra ou de elevada concentração de empregados por prazo determinado, a assistência em matéria de segurança e saúde no trabalho será garantida pelo empregador diretamente ou através de preposto ou de profissional por ele contratado, conforme previsto nos subitens 31.6.6 e 31.6.6.1 desta Norma Regulamentadora (BRASIL, 2005b).

No que se refere às ferramentas manuais, os empregadores devem fornecê-las sempre que o trabalhador necessitar e todas devem estar em conformidade com os padrões de segurança estabelecidos nesta norma:

31.11.1 O empregador deve disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador, substituindo-as sempre que necessário; 31.11.2 As ferramentas devem ser: a) seguras e eficientes; b) utilizadas exclusivamente para os fins a que se destinam; c) mantidas em perfeito estado de uso; [...] 31.11.4 As ferramentas de corte devem ser: a) guardadas e transportadas em bainha; c) mantidas afiadas (BRASIL, 2005b).

Com relação ao transporte de trabalhadores é preconizado que este seja seguro e autorizado, protegendo os trabalhadores de eventuais acidentes:

31.16.1 O veículo de transporte coletivo de passageiros deve observar os seguintes requisitos: a) possuir autorização emitida pela autoridade de trânsito competente; b) transportar todos os passageiros sentados; c) ser conduzido por motorista habilitado e devidamente identificado; d) possuir compartimento resistente e fixo para a guarda das ferramentas e materiais, separado dos passageiros (BRASIL, 2005b).

No item “Medidas de Proteção Pessoal” é estabelecido que o empregador forneça de forma gratuita, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para que a proteção coletiva dos trabalhadores seja alcançada. Logo:

31.20.1.1 Os equipamentos de proteção individual devem ser adequados aos riscos e mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento; 31.20.1.2 O empregador deve exigir que os trabalhadores utilizem os EPIs; 31.20.1.3 Cabe ao empregador orientar o empregado sobre o uso do EPI; 31.20.2 O empregador rural ou equiparado, de acordo com as necessidades

de cada atividade, deve fornecer aos trabalhadores os seguintes equipamentos de proteção individual: a) proteção da cabeça, olhos e face; b) óculos contra irritação e outras lesões; c) proteção auditiva; d) proteção das vias respiratórias; e) proteção dos membros superiores; f) proteção dos membros inferiores; g) proteção do corpo inteiro nos trabalhos que haja perigo de lesões provocadas por agentes de origem térmica, biológica, mecânica, meteorológica e química; h) proteção contra quedas com diferença de nível (BRASIL, 2005b).

Em se tratando das áreas de vivência, quando fornecidas pelos empregadores, tanto em relação aos alojamentos como às moradias familiares, estas devem ser asseguradas aos trabalhadores para lhes garantir conforto, segurança e para que possam repousar durante o período de encerramento da jornada de trabalho. O ambiente deve ter higiene em todos os setores (cozinha, banheiros, dormitórios) e os seus compartimentos adequados ao quantitativo máximo de trabalhadores nos alojamentos, evitando, inclusive, a superlotação. Portanto:

31.23.1 O empregador rural ou equiparado deve disponibilizar aos trabalhadores áreas de vivência compostas de: a) instalações sanitárias; b) locais para refeição; c) alojamentos, quando houver permanência de trabalhadores no estabelecimento nos períodos entre as jornadas de trabalho; d) local adequado para preparo de alimentos; e) lavanderias; [...] 31.23.3.2 As instalações sanitárias devem: a) ter portas de acesso que impeçam o devassamento e ser construídas de modo a manter o resguardo conveniente; b) ser separadas por sexo; c) estar situadas em locais de fácil e seguro acesso; d) dispor de água limpa e papel higiênico; e) estar ligadas a sistema de esgoto, fossa séptica ou sistema equivalente; f) possuir recipiente para coleta de lixo; [...] 31.23.4.2 Em todo estabelecimento rural deve haver local ou recipiente para a guarda e conservação de refeições, em condições higiênicas, independentemente do número de trabalhadores; 31.23.4.3 Nas frentes de trabalho devem ser disponibilizados abrigos, fixos ou moveis, que protejam os trabalhadores contra as intempéries, durante as refeições; [...] 31.23.5.1 Os alojamentos devem: a) ter camas com colchão, separadas por no mínimo um metro, sendo permitido o uso de beliches, limitados a duas camas na mesma vertical, com espaço livre mínimo de cento e dez centímetros acima do colchão; b) ter armários individuais para guarda de objetos pessoais; c) ter portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança; d) ter recipientes para coleta de lixo; e) ser separados por sexo; [...] 31.23.9 O empregador rural ou equiparado deve disponibilizar água potável e fresca em quantidade suficiente nos locais de trabalho; [...] 31.23.11.1 Sempre que o empregador rural ou equiparado fornecer aos trabalhadores moradias familiares estas deverão possuir: a) capacidade dimensionada para uma família; b) paredes construídas em alvenaria ou madeira; c) pisos de material resistente e lavável; d) condições sanitárias adequadas; e) ventilação e iluminação suficientes; f) cobertura capaz de proporcionar proteção contra intempéries; g) poço ou caixa de água protegido contra contaminação; h) fossas sépticas, quando não houver rede de esgoto, afastadas da casa e do poço de água, em lugar livre de enchentes e a jusante do poço (BRASIL, 2005b).

Todos os itens e subitens da NR 31 mostram que existe uma gama de normativos que definem as obrigações e deveres a serem seguidos pelos empregadores no tocante à questão da saúde e segurança do trabalho. O que se observa, diante das legislações elencadas, é que há um arcabouço legislativo nos quais os empregados rurais e, dentre eles, os cortadores de cana legalmente teriam a proteção no trabalho, seja pelo que consta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Consolidação das Leis do Trabalho e ainda na NR 31, uma vez que objetivam regulamentar os direitos trabalhistas e promover boas condições de trabalho e de vida.

Porém, o que se observa, de forma geral, é que ocorrem inúmeras infrações a estas legislações, ocasionando diversos rebatimentos negativos para os trabalhadores. Por isso, a importância da presença dos órgãos fiscalizadores no sentido de fazer cumprir o que consta nessas legislações, enquanto conquista dos trabalhadores. Nesse sentido, vejamos a importância de compreender o papel do Ministério Público do Trabalho, precisamente, através das atividades de fiscalização deste órgão em Alagoas nos anos de 2008, 2011, 2012 e 2013.

2.3. As atribuições do Ministério Público do Trabalho

O Ministério Público tem uma importante função no sentido de combater a violação de direitos, direitos estes que são indispensáveis para o indivíduo e a coletividade. “E, como diz a Lei Maior, uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (MIGLIORATO et al, 1997, p. 81). Deve agir em defesa da observância da lei, bem como da Constituição Federal.

De acordo com a Constituição Federal (1988) em seu artigo 128, o Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende: o Ministério Público Federal; o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Militar; o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e também abrange os Ministérios Públicos dos Estados.

Na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu art. 736 “O Ministério Público do Trabalho é constituído por agentes diretos do Poder Executivo, tendo por função zelar pela exata observância da Constituição Federal, das leis e demais atos emanados dos poderes públicos, na esfera de suas atribuições”. Ainda na CLT, no parágrafo único, Do Ministério Público do Trabalho, Capítulo I “Para o exercício de suas funções, o Ministério Público do Trabalho reger-se-á pelo que estatui esta Consolidação e, na falta de disposição expressa,

pelas normas que regem o Ministério Público Federal”. Portanto, deve agir em defesa da observância da lei, bem como da Constituição Federal (BRASIL, 1943).

Com a promulgação da Constituição Federal (1988), o Ministério Público do Trabalho (MPT) passa a ter independência funcional. É composto pela Procuradoria Geral do Trabalho e pelas Procuradorias Regionais, estas últimas formadas pelas Procuradorias do Trabalho nos Municípios (BARROSO, 2015). Como sustenta o Parágrafo 1º do Capítulo IV, Das Funções Essenciais à Justiça, Seção I, Do Ministério Público “São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional”, e o Parágrafo 2º “Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa [...]”.

O Ministério Público do Trabalho compõe-se como um ramo do Ministério Público da União e “[...] está investido de todas as funções institucionais que a este forem atribuídas pela Constituição e pela sua Lei Orgânica (Lei Complementar n. 75, de 20.5.93)” (MIGLIORATO et al, 1997, p. 77)⁵⁷. O Ministério Público do Trabalho possui duas atribuições diferentes e de grande importância: a função de órgão agente e também interveniente.

Como órgão agente incumbe-lhe a instauração de procedimentos investigatórios e inquéritos civis públicos destinados à apuração de ilegalidades no âmbito trabalhista e a promover as ações judiciais necessárias para corrigi-las. Seu campo de atuação como órgão agente é vastíssimo, cumprindo-nos citar, apenas a título de exemplo, o zelo pela observância das normas relativas ao ambiente do trabalho; propor ação declaratória de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis do trabalhador; pedir revisão dos Enunciados da Súmula da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho; instaurar instância em caso de greve, quando a defesa da ordem jurídica ou o interesse público o exigir; propor ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, incapazes e índios, decorrentes das relações de trabalho. Como órgão interveniente, ou custos legis, incumbe-lhe a defesa do regime democrático e da ordem jurídica (MIGLIORATO et al, 1997, p. 78).

Foi através da CF de 1988 que o Ministério Público do Trabalho pôde ampliar sua função como um órgão agente, o que fez com que houvesse também a distribuição de atividades entre as diversas coordenadorias especializadas (MIGLIORATO, 1997). Este órgão estatal deve, portanto, atender aos interesses públicos, interesses coletivos.

⁵⁷ De acordo com a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, Art. 1º O Ministério Público da União, organizado por esta lei Complementar, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (BRASIL, 1993).

Deve o Ministério Público chegar ao povo, da forma mais ampla possível, para que saiba este o que a instituição pode fazer, o que deve fazer, o que está fazendo, o que não está fazendo mas deveria fazer, quais seus instrumentos de trabalho, quais suas garantias, quais suas principais falhas e qualidades, bem como suas mais prementes necessidades e reivindicações (MAZZILLI, 1993 apud MIGLIORATO et al, 1997, p. 80).

O MPT definiu sua missão através de um planejamento estratégico, objetivando defender princípios e valores como a ordem do sistema jurídico, a democracia, os interesses sociais, difusos e também individuais indisponíveis no âmbito trabalhista, para poder proteger, no geral, os interesses da coletividade e efetivar tanto a democracia como a cidadania. O MPT visa atender a defesa dos direitos dos trabalhadores protegendo-os de irregularidades trabalhistas e a cada ano aperfeiçoar esta atuação, visto que a demanda da sociedade cresce e se complexifica cada vez mais (BRASIL, 2016).

Este órgão estatal é composto por estruturas que auxiliam na efetivação da missão institucional, tais como: o Conselho Superior, a Corregedoria, a Câmara de Coordenação e Revisão, a Coordenadoria de Recursos Judiciais, as Coordenadorias Nacionais Temáticas, as Procuradorias Regionais do Trabalho, as Procuradorias do Trabalho em Municípios, bem como a Diretoria Geral do MPT. Também existem as Coordenações Regionais que fazem parte das atividades desenvolvidas junto às instâncias do setor Judiciário Trabalhista (BRASIL, 2016). Conta também com oito coordenadorias temáticas especializadas que têm como objetivo promover debates e definir estratégias de atuação, assim denominadas: Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho; Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo; Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho; Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical; Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública; Coordenadoria do Trabalho Portuário e Aquaviário; Coordenadoria de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho; Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (BARROSO, 2015; BRASIL, 2016).

A intervenção do MPT se dá obrigatoriamente nos casos de processos trabalhistas que digam respeito aos direitos e garantias individuais e também coletivos e sociais. Dentre eles, destacam-se: o princípio da isonomia; princípio da legalidade; tratamento desumano ou degradante (trabalho escravo etc.); discriminação de qualquer espécie; atentado contra a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão; direito de receberem - os trabalhadores - informações de órgãos públicos (FGTS, PIS); direito de acesso à justiça;

publicidade dos atos processuais; assistência judicial; seguro-desemprego; FGTS; salário mínimo e piso salarial; irreducibilidade de salário; saúde, higiene e segurança do trabalho; prescrição do crédito trabalhista; direitos e prerrogativas das entidades sindicais e direitos sindicais dos trabalhadores; proteção do salário, entre outros (MIGLIORATO et al,1997).

Então, de acordo com as atribuições, objetivos, instâncias administrativas e referencial jurídico legal, o MPT tem um papel fundamental na proteção e garantia de direitos no âmbito das relações trabalhistas.

2.4. A Procuradoria Regional do Trabalho de Alagoas e a Operação Zumbi dos Palmares

A operação Zumbi dos Palmares foi uma ação capitaneada pelo Ministério Público do Trabalho da 19ª região - Maceió/AL para a fiscalização das condições de trabalho dos trabalhadores rurais e, dentre estes, dos cortadores de cana-de-açúcar inseridos no setor da agroindústria canavieira. Esta ação foi instituída através da Portaria PGT nº 595/07 e se realizou no período entre 21 de fevereiro e 28 de março de 2008. Significou a primeira operação da força-tarefa de combate às irregularidades trabalhistas no setor sucroalcooleiro (BRASIL, 2008a).

Essa operação foi planejada em várias reuniões, envolveu os agentes de fiscalização e contou, inclusive, com a participação da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal. O foco das discussões foi direcionado para o papel e a atuação do Ministério Público do Trabalho no âmbito da agroindústria da cana-de-açúcar. Fez parte também desse planejamento a exposição do cronograma e dos objetivos do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2008a).

A operação Zumbi dos Palmares emergiu em decorrência das inúmeras denúncias sobre as condições precárias e insalubres do ambiente de trabalho dos trabalhadores rurais da agroindústria canavieira alagoana. Segundo o Ministério Público do Trabalho (BRASIL, 2008a), o plantio da cana no estado de Alagoas ocorre entre junho e agosto. No mês de setembro se inicia a safra da cana-de-açúcar e, conseqüentemente, a contratação/admissão dos trabalhadores pelas usinas e destilarias. É contratado o equivalente a aproximadamente sessenta mil pessoas, sendo a maioria no cargo de cortador de cana. Nos meses de março e abril acaba a safra e se iniciam as demissões. É no período da entressafra quando ocorre o maior número de denúncias, como se constata na citação abaixo:

Cresce, portanto, o número de denúncias encaminhadas à Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região no período de entressafra, por não terem

sido cumpridas devidamente as obrigações trabalhistas com relação aos safristas. As maiores reclamações dizem respeito a fraudes nas relações de emprego (não pagamento do salário mínimo vigente, da gratificação natalina, das horas extras e do adicional noturno, periculosidade ou insalubridade, das verbas rescisórias, não recolhimento do FGTS, etc.) e ao meio ambiente do trabalho. Há também muitas denúncias sobre trabalho escravo e infantil (BRASIL, 2008a, s/p).

A operação Zumbi dos Palmares visou supervisionar o ambiente de trabalho dos cortadores de cana, bem como dos trabalhadores rurais em geral, contratados pela agroindústria canavieira alagoana. Esta atividade do MPT de Alagoas é fundamental, uma vez que visa a efetivação da legislação trabalhista, pois os cortadores de cana tendem a se submeter a condições precárias de trabalho para a manutenção de sua subsistência e da sua família.

A seguir, na tabela 1, constam as orientações utilizadas pela equipe de fiscalização do MPT/PR de Alagoas para a inspeção realizada.

Tabela 1 – Orientações do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional de Alagoas para a inspeção realizada junto às usinas e destilarias, no ano de 2008.

Etapas	Atividades	Objetivos
Antes da inspeção	<ul style="list-style-type: none"> • Anotação de nome, cargo e telefone de todos os integrantes da equipe fiscalizadora; • Identificação do chefe de cada instituição para a respectiva inspeção; • Distribuição de rádios comunicadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a comunicação; • Elaborar o relatório da inspeção.
Ao chegar à frente de corte da cana-de-açúcar	<ul style="list-style-type: none"> • Se identificar para os trabalhadores e prepostos da empresa; • Buscar uma visão geral da frente de trabalho; • Informar aos trabalhadores que a presença da força policial na inspeção não se destina a proteger os integrantes da equipe de trabalho de eventual conflito com os trabalhadores; • A força policial deve proteger a equipe de eventuais assaltos nas estradas e verificar se algum preposto da empresa está fazendo uso indevido de arma de fogo para amedrontar os trabalhadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Destacar que a equipe de fiscalização tem por atribuição exigir o cumprimento das leis trabalhistas; • Verificar as condições de trabalho dos cortadores de cana; • Observar se os prepostos da empresa não escondem eventuais trabalhadores clandestinos e menores.
Durante a inspeção	<ul style="list-style-type: none"> • Estando em equipe, fazer a divisão do trabalho; • Identificar todos os trabalhadores da frente de trabalho, com a indicação do nome (trabalhador) e 	<ul style="list-style-type: none"> • Observar se o abrigo protege os trabalhadores contra as intempéries; • Verificar se há mesas e cadeiras em número suficiente para

	da sua mãe; • Verificar o transporte utilizado pelos trabalhadores; • Inspeção do(os) ônibus; • Utilização do formulário de inspeção em ônibus; • Verificação do abrigo para as refeições; • Verificação da instalação sanitária.	atender a todos os trabalhadores.
Entrevista com os trabalhadores	• Realização da oitiva dos trabalhadores: ao menos, cinco trabalhadores; • Realização da oitiva formal do trabalhador juntamente com o Auditor Fiscal do Trabalho.	• Saber o que o trabalhador tem a dizer; • Entender as necessidades do trabalhador no seu ambiente de trabalho.
Fiscalização de instrumentos, pesagem da cana e alojamento.	• Observação e inspeção dos equipamentos de proteção individual – EPI's e dos instrumentos de trabalho; • Verificação da medição e pesagem da cana; • Verificação da balança utilizada pela empresa, pois o equipamento deve ter selo do Inmetro; • Refazer a pesagem da cana para verificar se a pesagem feita pela empresa é fidedigna; • Verificar se os trabalhadores do corte manual da cana-de-açúcar estão utilizando os EPI's: boné árabe, óculos, blusa de mangas longas ou mangão, um par de luvas, um par de caneleiras e um par de botas com biqueira de aço, o facão, a lima e a bainha; • Verificar o nível de desgaste do facão e da lima, os quais devem ser trocados a cada 15 dias de trabalho, no máximo; • Verificação das condições do alojamento de trabalhadores.	• Entender as condições que se encontram os EPI's, a pesagem da cana e as condições de alojamento dos trabalhadores; • Dar ciência aos trabalhadores do número de braços que terá que cortar para atingir uma tonelada de cana.
Etapa final	• Finalização do relatório de inspeção; • Ajuizar ações judiciais.	• Detectar as infrações trabalhistas das usinas e destilarias; • Tomar providências como: medidas cautelares; ações civis públicas com pedidos de: medidas de prevenção, medidas de conforto e higiene, medidas de prevenção à fadiga, atributos trabalhistas; execuções de termos de compromisso de ajustamento de conduta; • Dar ampla visibilidade da atuação ministerial no estado de Alagoas e no país.

Fonte: Elaborada pela autora de acordo com dados do MPT-AL.

A operação Zumbi dos Palmares que ocorreu no ano de 2008, foi a única realizada de forma conjunta e na qual foram inspecionadas grande parte das usinas e destilarias alagoanas de uma só vez, tendo em vista que o número de denúncias sobre trabalho precário nos canaviais alagoanos foi alarmante, o que demonstrava uma situação crítica no que diz respeito ao cumprimento dos direitos trabalhistas. Nos anos posteriores, as inspeções foram realizadas de forma esporádica, tendo-se como referência as denúncias esparsas feitas pelos trabalhadores rurais, tanto do corte da cana como de outros setores da agroindústria canavieira alagoana.

Com base em informações obtidas no MPT/PRT-AL ficou esclarecido que a força tarefa foi realizada apenas em 2008 e que as fiscalizações realizadas nos anos posteriores foram esporádicas⁵⁸. O depoimento abaixo de um dos procuradores indica bem essa questão:

[...] o esforço concentrado mesmo foi no período de 2008 [...]”. A gente foi em 2008 porque a situação era calamitosa, entendeu? Os trabalhadores estavam fechando as rodovias, era muito protesto e tudo mais e, aí a gente foi [...] mas hoje a situação tá um pouco mais calma [...] não tem essa ebulição social. [...] A obrigação primária de fazer inspeção no campo é do Ministério do Trabalho e Emprego, são os auditores fiscais. A gente tem também, como o juiz também pode fazer uma inspeção. [...] Depois esses inquéritos foram distribuídos entre todos os colegas da regional [...] e aí os colegas faziam com a demanda [...], alguma denúncia de descumprimento. Então ele ia lá e fazia [...]. (MPT/PRT-AL).

Dessa forma, na Operação Zumbi dos Palmares os principais problemas detectados estão elencados na tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Principais problemas encontrados pelo Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional de Alagoas nas usinas e destilarias, no ano de 2008.

Problemas	Detalhamento
Pagamento de salário	Atraso no pagamento, pagamento irregular de horas extras (<i>in itinere</i>) e pagamento inferior à quantidade de cana cortada.
EPI's	Equipamentos desgastados, ausência ou demora na troca; descontados do pagamento dos trabalhadores.
Transporte	Ônibus velho; sem autorização para transporte de trabalhadores; ferramentas transportadas junto aos passageiros; ausência de espaço reservado para acondicionamento de água e alimentação; motoristas sem carteira; transporte em caminhão com o qual faz o frete da cana; ausência de tacógrafo - medidor instantâneo de velocidade e tempo; ausência de cintos-de-segurança para os passageiros.
Trabalho de menor de idade	Adolescentes trabalhando no corte da cana.
Carteira de Trabalho e Previdência Social	Trabalhadores sem registro na CTPS.
Alimentação	Empregadores que não fornecem alimentação ou que cobra por

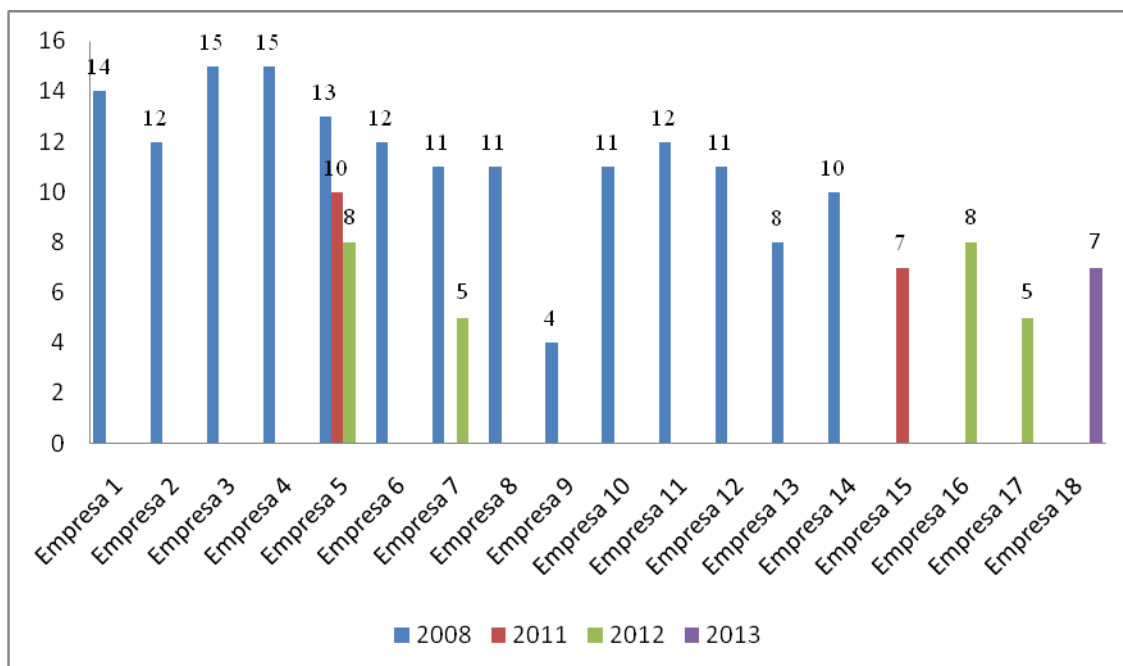
⁵⁸ Não foi possível o acesso a outros relatórios referentes a essas operações esporádicas. Não estavam disponíveis nos arquivos do MPT/PRT-AL.

	ela; alimentação estragada; falta de depósitos térmicos para acondicionamento da alimentação; ausência de locais próprios para o preparo de alimentos.
Água	Água sem acondicionamento ou em locais impróprios; água sem processo de filtragem; não fornecimento de recipientes térmicos ou cobrança pelos mesmos.
Barracas sanitárias	Ausência de instalações sanitárias nas frentes de trabalho ou instalações irregulares.
Abrigo para refeições	Abrigos ausentes ou irregulares nas frentes de trabalho; espaço insuficiente para abrigar todos os trabalhadores durante o café da manhã e almoço; trabalhadores almoçando sentados no canavial.
Descumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)	A empresa não cumpre parte dos direitos que estabelece no TAC.
Pesagem da cana-de-açúcar	Medição errada das toneladas cortadas pelos trabalhadores; trabalhadores não acompanham o processo de pesagem da cana; não sabem quanto recebem pela tonelada da cana colhida, nem mesmo o valor da tonelada.
Controles de jornada	Não há registro do controle de jornada ou este controle se faz de forma errada.
Alojamento	Ausência de higienização do local e de instalações sanitárias; quartos insuficientes para todos os trabalhadores, ventilação inadequada, cozinha e locais para o armazenamento de alimentos inadequados; ausência de colchões e lençóis.
Medicamentos ou primeiros socorros	Ausência de pessoal qualificado nas frentes de trabalho para realizar atendimentos de primeiros socorros; ausência de medicamentos ou cobrança destes; atendimento médico ineficiente; descaso com a saúde do trabalhador.
Sindicato	Ausência da participação do sindicato na atividade laboral; contribuição do sindicato não autorizada pelo trabalhador.
Acidentes de trabalho	Acidentes provocados por EPI's inapropriados ao uso e/ou desgastados; acidentes nos olhos, pés, mãos, dentre outras partes do corpo; acidentes durante a locomoção no ônibus; acidentes com animais peçonhentos.
Adicional noturno	Pagamento irregular ou inferior ao que é estabelecido por lei.
Horas <i>in itinere</i>	Ausência de pagamento durante o tempo em que o trabalhador se desloca para o trabalho e utiliza o transporte fornecido pela empresa.
Seguro-desemprego	Empregador que não fornece o seguro-desemprego ao empregado.

Fonte: Elaborada pela autora de acordo com dados do MPT-AL (BRASIL, 2008a).

Além da operação Zumbi dos Palmares - 2008 outras inspeções esporádicas foram realizadas em algumas usinas/destilarias nos anos de 2011, 2012 e 2013. É importante ressaltar que estas inspeções não ocorreram em todas as usinas, mas apenas naquelas que haviam denúncias por parte dos trabalhadores. Daí se observar um diferencial em relação ao ano de 2008. Os resultados dessas inspeções estão demonstrados no gráfico 1, a seguir (na vertical constam o quantitativo de infrações, e na horizontal, de empresas inspecionadas).

Gráfico 1 – Número de infrações cometidas por unidade/empresa (usina/destilaria)



Fonte: Elaborada pela autora de acordo com dados do MPT-AL (BRASIL, 2008a).

Os dados mostram que o ano de 2008 foi realmente representativo em termos das fiscalizações realizadas. Percebe-se também que mesmo no caso dos demais anos, principalmente 2011/2012, com as denúncias e fiscalizações esporádicas, a quantidade de infrações cometidas foi significativa.

Quando perguntado ao entrevistado, ao Procurador do MPT/PRT-AL se nos anos mais recentes de 2014 e 2015, por exemplo, ocorreram denúncias sobre descumprimentos dos direitos trabalhistas foi informado que: “sempre têm ações civis públicas ajuizadas [...] tem ação civil pública contra a [USINA X] contra as mais problemáticas [...] atraso de pagamento de salários reiterados [...], só que o judiciário deu uma resposta bem ínfima [...]”. E, quando questionado sobre os relatórios existentes: “Têm ações ajuizadas [...], mas essa questão de ir a campo mesmo, não [...] o auditor fiscal vai e manda pra gente o auto de infração [...] então não é necessário a gente ir novamente”.

Os dados mostram que os empresários alagoanos não são afeitos a cumprir a legislação trabalhista vigente, uma vez que a cultura do estado está ainda muito ligada aos interesses dos latifundiários que vem se desenvolvendo desde a época das capitanias hereditárias e da cultura escravocrata. As palavras do procurador confirmam essa questão:

Então é uma luta constante a gente exigir o cumprimento da legislação trabalhista para esses trabalhadores [...] então a gente tem todas as mazelas decorrentes do latifúndio e da monocultura aqui no estado de Alagoas [...].

As empresas, as usinas, elas são muito endividadas, as famílias donas das usinas, elas vivem muito bem obrigada, vivem com um padrão de vida altíssimo, né? E os empregados [...] tem o suficiente apenas para não morrer de fome [...]. (MPT/PRT-AL).

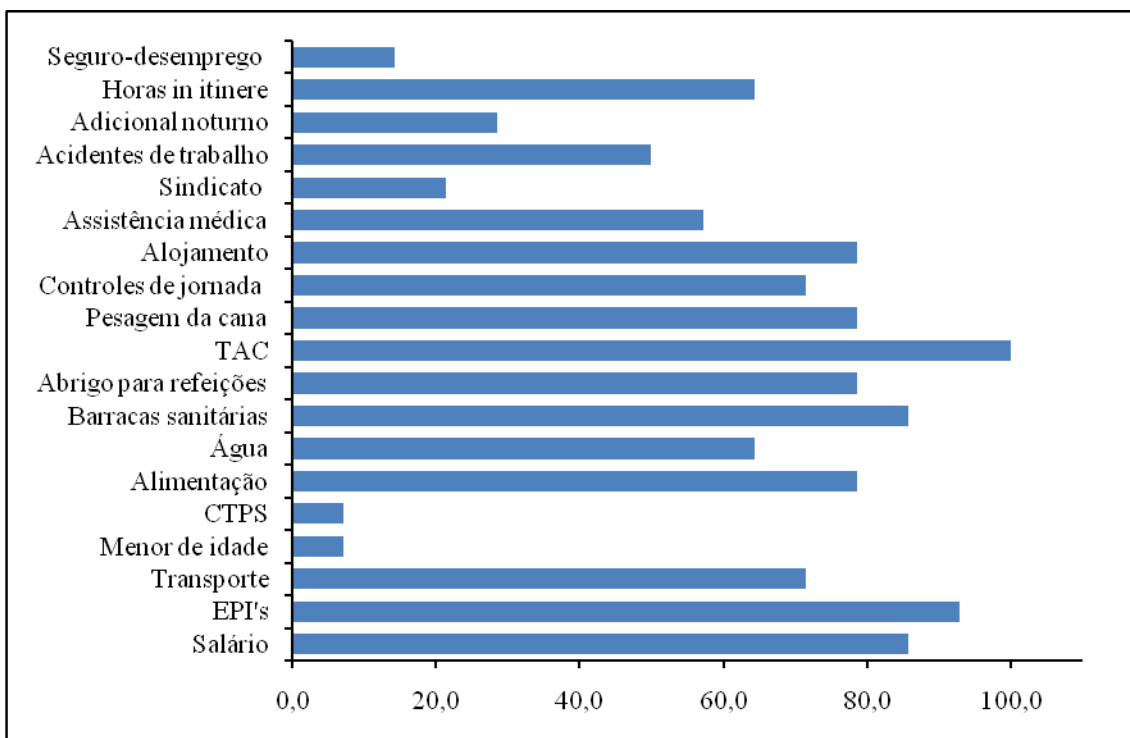
Os dados resultantes da Operação Zumbi dos Palmares bem como das fiscalizações esporádicas realizadas posteriormente, mostram que no complexo agroindustrial canavieiro alagoano há um nítido descumprimento das legislações trabalhistas, mas que ao mesmo tempo se percebe um esforço por parte do MPT/PRT-AL em articulação com outros órgãos governamentais no sentido de pressionar os usineiros a cumprirem, minimamente, o que preceitua a legislação em vigor. A seguir, será feita uma análise das situações identificadas na operação Zumbi dos Palmares, no tocante às condições de trabalho encontradas mediante a fiscalização realizada nas usinas e destilarias.

2.5. Descrição dos principais direitos descumpridos pelas usinas e destilarias de Alagoas e as respostas dos órgãos públicos

O primeiro e único relatório de atuação da força-tarefa de combate às irregularidades trabalhistas no setor sucroalcooleiro alagoano, denominado Operação Zumbi dos Palmares, forneceu a base para a compreensão do universo canavieiro Alagoano não somente em relação ao ano de 2008, mas sobre a realidade vivenciada pelos cortadores de cana nesse estado. De acordo com as análises do referido documento, pode-se constatar que as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas são permeadas por situações que expressam irregularidades trabalhistas no ambiente de trabalho, desrespeito à saúde e segurança desses trabalhadores. Algumas situações de irregularidades são mostradas no anexo A.

As maiores irregularidades encontradas que mostram o descumprimento dos direitos trabalhistas foram: o não pagamento das horas *in itinere*; falta de assistência médica; alojamento insalubre; falta de controle da jornada de trabalho; pesagem irregular da cana; problemas com o pagamento do salário condizente ao que foi produzido pelo trabalhador; ausência ou insuficiência de abrigo para realizar as refeições, de sanitários e fornecimento de água potável; problemas com o fornecimento e a conservação da alimentação; transporte em péssimas condições e falta de fornecimento completo de Equipamentos de Proteção Individual e ferramentas de trabalho, ou péssimo estado de conservação. Isto comprovou o descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta que foi estabelecido pelas usinas no ano de 2007. O gráfico 2 mostra essa situação.

Gráfico 2 – Principais direitos descumpridos pelas usinas/destilarias de Alagoas em 2008



Fonte: Elaborada pela autora de acordo com dados do MPT-AL (BRASIL, 2008a).

Quase todas as usinas e destilarias contrataram os cortadores de cana com a Carteira de Trabalho assinada. Isso é um aspecto bastante positivo, pois mantém assegurados em lei esse direito trabalhista. Porém, em algumas usinas se tornou prática comum reter a referida carteira por um longo período, pois dessa forma evitam que os trabalhadores se afastem ou peçam demissão do emprego.

Outro ponto a ser ressaltado é que as horas de deslocamento para o trabalho e para a residência do trabalhador em transporte fornecido pela empresa, com duração em média de uma hora e meia, não eram contabilizadas e nem pagas pelas usinas/destilarias. Conforme consta na CLT este pagamento deve ser realizado, pois quando não há transporte coletivo na cidade em que o trabalhador reside ou quando o local de trabalho é de difícil acesso, a empresa deve fornecer transporte e pagar ao trabalhador o tempo de deslocamento, sob a modalidade de hora extra. O não cumprimento dessa prerrogativa contraria o artigo 58, parágrafo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ficou comprovado que havia a falta de assistência médica nas frentes de trabalho no momento em que o trabalhador se acidentava. Em algumas vezes não havia profissional no local de trabalho para prestar os primeiros socorros e o trabalhador tinha que esperar o

transporte para levá-lo ao hospital ou posto de saúde mais próximo⁵⁹. As condições de segurança e saúde no ambiente de trabalho rural são asseguradas pela NR 31, em seus itens 31.5.1.3.6; 31.5.1.3.7 e 31.5.1.3.8, bem como pela CIPATR em seus itens 31.7.1; 31.7.2 e 31.7.2.1.

Além disto, também existiam trabalhadores sem Carteira Profissional assinada e que temiam no caso de ocorrer acidentes de trabalho, pois estariam sem cobertura. Essa situação contraria o art. 7º, incisos XXII e XXVIII da Constituição Federativa do Brasil de 1988 que está regulada pelo art. 22, inciso II⁶⁰, do Capítulo IV, Da Contribuição da Empresa, Lei n. 8.212/91 (BRASIL, 1991a).

Apesar de algumas usinas fornecerem alojamentos e/ou até mesmo casas nas próprias fazendas para que os trabalhadores pudessem morar com esposa e filhos, estes se encontravam em condições insalubres, não atendendo a NR 31, ou seja, o item nº 31.23: Áreas de Vivência, subitens 31.23.1; 31.23.5.1; 31.23.11.1, que recomendam às empresas fornecerem condições dignas para os trabalhadores descansarem, se alimentarem e se recuperarem de um dia de trabalho intenso.

Diante das fiscalizações, o Ministério Público do Trabalho de Alagoas encontrou alojamentos/casas em que não haviam banheiros, nesses casos os trabalhadores faziam suas necessidades fisiológicas entre as plantações de cana; e/ou quando existiam banheiros, em alguns casos, os mesmos se encontravam sem portas, não havendo privacidade para os trabalhadores; sem papel higiênico e cestos para papéis; não havia água potável e nem própria para o banho, muitos tomavam banho no rio mais próximo e bebiam água da cacimba; falta de pessoal para realizar o trabalho de limpeza dos banheiros - os próprios trabalhadores faziam a limpeza; existência de latas de lixo com restos de comida, sem coleta diária, o que atraía grande quantidade de moscas; em alguns alojamentos não havia lençóis e colchões, apenas colchonetes ou redes; faltava ventilação; as panelas, os pratos e os alimentos eram guardados nos quartos; inexistência de lavanderias, dentre outros.

A falta de controle da jornada de trabalho foi outro destaque dado pelos trabalhadores, segundo os relatos transcritos no Relatório do MPT de Alagoas. Grande parte deles não

⁵⁹ “[...] não tem técnico de segurança na frente de trabalho; um destes trabalhadores já sofreu acidente de trabalho e ficou afastado alguns dias; foi levado ao hospital deixando de ter recebido atendimento de primeiros socorros [...]” (BRASIL, 2008a, S/P).

⁶⁰ Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos: (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 1998) (BRASIL, 1991a).

assinava o ponto no início e término do dia trabalhado, uma vez que este controle era feito pelo próprio cabo/apontador, pessoa que fiscaliza as turmas do corte da cana nas frentes de trabalho. Junto a isto, havia também a falta de controle da pesagem da cana por parte dos trabalhadores. Esta era feita, na maioria das usinas, no horário em que eles estavam trabalhando, não sendo possível acompanhar o quantitativo de cana que haviam cortado.

A pesagem/medição se dava por tonelada e quem media era o cabo, o fiscal da turma. Em algumas usinas, a pesagem contava com a presença dos trabalhadores, mas era realizada antes de ser estipulado e divulgado o preço da cana. Além disso, foram localizadas balanças artesanais que não eram certificadas pelo Instituto de Pesos e Medidas e também a inexistência de balanças, cuja pesagem era feita a olho nu e em horário variável. Como os trabalhadores ganham por produção, na maioria das vezes o pagamento ficou abaixo do piso salarial da categoria, justamente pelo fato da pesagem ser efetuada de forma inadequada, com erros na contagem das toneladas.

A fiscalização também ocorreu nos locais utilizados para as refeições. O item 31.23.4.3 da NR 31 regulamenta a disponibilização de abrigos para as refeições. É sabido que durante a jornada de trabalho contínua, o cortador de cana tem um intervalo para a alimentação/repouso e este intervalo tem que ser respeitado em vistas do artigo 71, Dos Períodos de Descanso da CLT. Nas frentes de trabalho se observou um número insuficiente de lugares que comportasse todos os trabalhadores durante o horário das refeições. Não havia bancos ou cadeiras suficientes, sendo necessário que parte deles improvisasse cabanas feitas com palhas de cana, a fim de se proteger contra o sol/chuva durante a refeição.

Com relação às instalações sanitárias (banheiros móveis) existentes nos locais de trabalho, foi constatado que muitas usinas/destilarias não forneciam as condições adequadas. Os locais eram improvisados com lona plástica armada em forma de uma pequena tenda, não continham vaso sanitário ou fossa seca, sem pia, lixeira e papel higiênico. Alguns trabalhadores não gostavam de utilizá-los por conta da distância em que ficavam instalados, fazendo suas necessidades no próprio canavial. As instalações sanitárias existentes nas frentes de trabalho (subitem 31.23.3.2 da NR 31) objetivam propiciar o bem-estar, a higiene e a privacidade dos trabalhadores.

Foi detectado também, problemas com o fornecimento de água potável e de recipientes térmicos para a conservação da alimentação e da água. A maioria dos cortadores de cana trazia suas refeições de casa, como também a água para beber, pois não eram fornecidas pelas usinas/destilarias. Em alguns casos, quando eram entregues garrafas térmicas

para a conservação da água, estas eram emprestadas pelas usinas e até mesmo o seu uso descontado do salário e devolvidas ao final da safra. Poucas empresas forneciam alimentação e água, porém a água em sua maioria não era conservada em recipiente térmico apropriado, não era gelada e a alimentação, na hora do almoço, já estava fria e, por vezes, estragada. Toda essa situação contraria o disposto na NR 31, nos itens 31.23.9 e 31.23.4.2.

Com relação ao transporte, o MPT de Alagoas encontrou irregularidades quanto ao estado de conservação dos veículos⁶¹. Todas as empresas fiscalizadas forneciam o transporte coletivo e gratuito para os cortadores de cana, conduzindo-os das residências/alojamentos para o trabalho, com saída, em média, às 5h e retorno às 16h30min. O transporte dos trabalhadores era terceirizado. No momento da inspeção, nem todos os trabalhadores estavam sentados e somente o motorista fazia o uso do cinto de segurança. Alguns veículos estavam sem a autorização para o funcionamento; motoristas sem a identificação com crachá; estado de conservação ruim; limpeza interna precária; água armazenada em tambor (tonel) plástico fechado e solto; irregularidades nos tacógrafos, velocímetro, pneus e bancos; armação de alumínio pendurada no teto do veículo e pia solta no interior do ônibus; extintores de incêndio soltos, bem como a presença de EPI's dentro dos ônibus, junto aos passageiros, colocando em risco a integridade física/segurança dos trabalhadores caso ocorressem acidentes, dentre outros.

Na fiscalização também foram identificados alguns aspectos positivos com relação ao uso do transporte. Alguns deles carregavam as ferramentas e EPI's dos trabalhadores em lugares específicos - no bagageiro do ônibus - protegendo os trabalhadores contra acidentes; faróis em funcionamento; lugares suficientes para todos os passageiros; possuíam lista com o nome dos trabalhadores que utilizam o ônibus; existia a autorização do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para a locomoção das pessoas; os motoristas da empresa de transporte tinham carteiras de trabalho assinadas.

Por último, um dos problemas mais comuns entre todas as usinas inspecionadas foi com relação aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e as ferramentas de trabalho. Algumas empresas forneciam EPI's e ferramentas gratuitamente, outras forneciam, mas descontavam dos salários dos trabalhadores e ainda existiam aquelas que não possuíam nenhuma preocupação quanto ao uso de EPI's. Os equipamentos geralmente recebidos eram:

⁶¹ “Vale ressaltar que, no corte-de-cana, o transporte do trabalhador é essencial ao desenvolvimento da própria atividade, porque em cada dia o corte é realizado em local diferente de acordo com o local da queima realizada no dia anterior, os locais são sempre de difícil acesso e, ainda, as turmas orientadas pelo líder (“cabo”) são distribuídas e organizadas por intermédio do ônibus, de forma que o tempo de percurso deve ser sempre considerado como jornada de trabalho para fins remuneratório e de limite de trabalho” (BRASIL, 2008a, s/p).

botas, bonés, perneiras, óculos, mangotes, limas e facões. A Usina/destilaria demorava cerca de um mês para trocar os EPI's danificados e em algumas delas não havia esta reposição. Houve casos em que não existia o controle do uso dos equipamentos por parte da empresa, o que acarretava acidentes de trabalho, principalmente na região das mãos, pernas e pés, prejudicando seriamente a saúde física do trabalhador.

As maiores irregularidades encontradas pelo MPT com relação aos equipamentos/instrumentos de trabalho dos cortadores de cana foram: a não utilização de óculos e luvas, ou o uso de apenas uma luva, geralmente confeccionada de tecido atoalhado que não protegia as mãos; péssimo estado de conservação de facões, limas e mangotes; trabalhadores sem o uso de EPI, usando chinelos e até mesmo descalços; utilização de equipamentos da safra anterior; ausência, na maioria dos casos, da fiscalização quanto ao uso e necessidade do EPI e a não advertência quando do não uso destes. Essas questões demonstraram que as usinas e destilarias contrariavam os itens 31.3.3, 31.11.1, 31.11.2, 31.11.4, 31.20.1, 31.20.1.1, 31.20.1.2, 31.20.1.3 e 31.20.2 da NR 31.

Além disso, é importante ressaltar a questão da participação dos sindicatos dos trabalhadores rurais alagoanos no ambiente de trabalho dos cortadores de cana. De acordo com o relatório de fiscalização do MPT, alguns trabalhadores ressaltaram a falta de comprometimento e da presença dos sindicatos nos locais de trabalho dos cortadores de cana. Quando o sindicato não atua nesse sentido, também descumpre um preceito constitucional contido no artigo 8º, III e V da Constituição Federativa do Brasil de 1988.

Outro motivo de reclamação foi a contribuição ao sindicato, uma vez que vinha sendo descontada nos contracheques dos trabalhadores sem que estes soubessem a razão. Muitas vezes ocorre no momento da admissão de o trabalhador assinar documento autorizando o desconto da contribuição sem o devido esclarecimento, o que constitui uma situação estranha tendo em vista a necessidade de esclarecer o papel do sindicato durante a admissão do trabalhador, através de informações que os levem a compreender a importância da luta e de fazer parte dela.

As questões apresentadas no relatório do MPT/PRT de Alagoas confirmam que parte do que contém na Constituição Federal, na CLT e na NR 31 está sendo descumprida em vários aspectos. Dessa forma, não se pode negar a importância de ações como essas e a adoção de medidas, a exemplo dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo Ministério Público do Trabalho e dos encaminhamentos adotados após a operação Zumbi dos Palmares.

Diante das irregularidades cometidas pelas usinas e destilarias, alvo da fiscalização do MPT, foi procedida a assinatura de um Termo de Conciliação e Ajustamento de Conduta (TAC) com fulcro no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85, no art. 876, *caput*, da CLT, e no art. 269, III, do CPC (BRASIL, 2008b).

As 23 empresas⁶² integrantes do setor sucroalcooleiro do estado de Alagoas, através de seus representantes (sócios, advogados ou prepostos com poderes para subscrição), assinaram o referido TAC e garantiram o seu cumprimento diante do governo do estado de Alagoas, do Sindicato da Indústria do Açúcar e Alcool no estado de Alagoas (SINDAÇÚCAR/AL); do Tribunal Regional do Trabalho (TRT/19ª Região); da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (AMATRA); da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas (SRTE/AL) (MTE/AL); da Polícia Rodoviária Federal (PRF/Alagoas); da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Alagoas (FETAG/AL) e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no estado de Alagoas (STIAAL) (BRASIL, 2008b). Assumiram várias obrigações estabelecidas em vinte e sete itens do TAC:

1. Dos exames médicos;
2. Dos atestados de saúde ocupacional;
3. Do material de primeiros socorros;
4. Da remoção do trabalhador em caso de acidente;
5. Dos procedimentos em casos de doenças ocupacionais;
6. Do Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural (SESTR);
7. Da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CIPATR);
8. Do trabalho com agrotóxicos;
9. Das ferramentas para o trabalho;
10. Do transporte dos trabalhadores;
11. Dos fatores climáticos e topográficos;
12. Dos equipamentos de proteção individual;
13. Das áreas de vivência;
14. Das instalações sanitárias nas frentes de trabalho;
15. Das marmitas térmicas;
16. Do abrigo para refeições nas frentes de trabalho;
17. Dos alojamentos;
18. Dos locais para preparo das refeições;

⁶² Usina Caeté S/A - Unidade Cachoeira; Usina Caeté S/A; Central Açucareira Santo Antônio S/A - Filial Camaragibe; Cia Açucareira Usina Capricho; S/A Leão Irmãos Açúcar e Alcool; S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool; Lajinha Agro-Industrial S/A - Filial Guaxuma; Lajinha Agro Industrial S/A - Matriz; Usina Caeté S/A - Unidade Marituba; Penedo Agro Industrial S/A; Destilaria Autônoma Porto Alegre Ltda; Industrial Porto Rico S/A; Mendo Sampaio S/A; Usina Santa Clotilde S/A; Central Açucareira Usina Santa Maria S.A; Central Açucareira Santo Antonio S/A; Usinas Reunidas Seresta S/A; Usina Cansação de Sinimbú S/A; Cia Açucareira Central Sumaúma; Usina Taquara Ltda; Triunfo Agro-Industrial S/A; Lajinha Agro-Industrial S/A - Filial Uruba; Usina Terra Nova S/A (BRASIL, 2008b).

19. Das lavanderias;
20. Das despesas de deslocamento;
21. Da água potável;
22. Das horas *in itinere*;
23. Multa pelo descumprimento do ajuste;
24. Da indenização pelo dano ao interesse difuso e coletivo: a) à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas; b) à 13ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal – Alagoas⁶³;
25. Das ações civis públicas em andamento;
26. Dos efeitos;
27. Da fiscalização e da execução do presente termo de conciliação.

As empresas que descumprissem os itens acima referidos ficariam sujeitas a multas de acordo com a gravidade do descumprimento e de cada cláusula burlada, conforme está posto no item 23 do TAC:

MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTE. Pelo descumprimento dos itens 6 (SESTR), 7 (CIPATR), 11 (fatores climáticos e topográficos), 13 (áreas de vivência), 18 (local para preparo de refeições) e 19 (lavanderias) do presente termo de conciliação/ajustamento de conduta, as COMPROMISSÁRIAS sujeitar-se-ão, a cada descumprimento, à multa no valor correspondente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por item descumprido. Pelo descumprimento dos demais itens do presente termo, as COMPROMISSÁRIAS sujeitar-se-ão, a cada descumprimento, à multa no valor correspondente a R\$ 600,00 (seiscentos reais) por trabalhador encontrado em situação irregular (BRASIL, 2008b, p. 9).

Além disso, as empresas também ficaram sujeitas ao pagamento das multas administrativas aplicáveis pela fiscalização trabalhista do Ministério do Trabalho e Emprego. Outro item que merece destaque, descumprido por doze empresas, foi com relação ao interesse difuso e coletivo, o que acarretou em dano para os trabalhadores, e consequentemente o pagamento diário de multa para estas empresas.

§1º. Pelo descumprimento da presente cláusula, as empresas informadas no caput da presente cláusula sujeitam-se, solidariamente, ao pagamento da multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais) até o efetivo cumprimento desta cláusula, valores estes revertidos em favor do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador ou a entidades da Administração Pública Federal Direta ou Indireta, a serem indicadas pelo Ministério Público do Trabalho e que tenham por função, entre outras, tutelar os direitos sociais objetos do presente termo (BRASIL, 2008b, p. 14).

⁶³ §2º. Estão excluídas da obrigação de pagamento de indenização pelo dano causado a interesse difuso e coletivo as empresas que não tiveram contra si ajuizada ação civil pública decorrente da atuação da Força-Tarefa do Ministério Público do Trabalho no estado de Alagoas, nos meses de fevereiro e março do corrente ano (BRASIL, 2008b, p. 14-15).

Doze empresas que descumpriram essa cláusula ficaram obrigadas a doar bens a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e a 13ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, no prazo de até cento e vinte dias, a partir do estabelecimento de um novo TAC, estimados no valor de um milhão e duzentos mil reais⁶⁴. No que diz respeito às empresas que não foram reclamadas pela atuação da Força-Tarefa do MPT, deveriam seguir o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, na forma do § 6º do art. 5º da Lei 7.347/85 e art. 876, *caput*, da CLT (BRASIL, 2008b).

Dessa forma, o novo TAC foi instituído para substituir os Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmados anteriormente pelo MPT em acordo com as empresas e para obrigá-las a cumprirem os direitos trabalhistas, cabendo a tarefa de fiscalização das obrigações que foram estabelecidas aos três órgãos competentes: Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e Justiça do Trabalho (BRASIL, 2008b).

Diante do exposto, fica claro o quanto é importante o papel do Estado através da ação dos órgãos públicos, como é o caso do MPT e da operação que foi realizada (Zumbi dos Palmares) para que os direitos trabalhistas sejam cumpridos e para alertar a população o descaso no campo dos diretos. Exerce função no sentido de pressionar e até punir juridicamente os empregadores para que regularizem as relações trabalhistas para com seus empregados, aqui no caso os cortadores de cana.

Entendemos que o Estado possui uma importante função na medida em que atua por meio das fiscalizações perante os usineiros. Porém, apesar disso, os direitos ainda são alvos de descumprimentos, principalmente quando nos referimos à CLT, a C. F. de 1988 e a NR 31. Percebemos que há uma capacidade fiscalizadora insuficiente por parte do Estado para abranger, ao mesmo tempo, todo o território no qual existem agroindústrias canavieiras.

É importante ressaltar também, que embora alguns usineiros garantam parte dos direitos aos trabalhadores do corte da cana, esses trabalhadores ainda continuam vivenciando um trabalho exaustivo, pelas próprias características que o sistema agroindustrial canavieiro lhe impõe: trabalhar intensamente de sol a sol, praticamente todos os dias da semana onde até o momento do descanso se torna um momento de cansaço. Daí a importância de se ter como caráter de emergência uma intensa fiscalização, com uma maior quantidade de auditores fiscais do trabalho, principalmente durante todo o período da safra, sem exceção de nenhuma

⁶⁴ §3º. As 12 (doze) Compromissárias responsáveis pelo adimplemento da presente cláusula, indicadas no *caput*, comprometem-se a repartir, de forma equânime, os custos para o cumprimento desta obrigação, bem como se obrigam a, de forma conjunta, providenciar a aquisição e a entrega dos bens às entidades beneficiárias (BRASIL, 2008b, p. 15).

empresa, para que estes trabalhadores tenham uma condição humana melhor e que a superexploração não seja condição necessária para a realização de suas atividades.

CAPÍTULO III

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA E A FISCALIZAÇÃO SINDICAL

Este capítulo trata das condições de trabalho dos cortadores de cana em Alagoas, precisamente, daqueles residentes no município de Jequiá da Praia. Traz os resultados da pesquisa empírica realizada em dezembro de 2016 com 14 cortadores de cana onde se discute alguns pontos como: o perfil destes trabalhadores; a trajetória laboral; a rotina de trabalho; o pagamento por produção; saúde e segurança do trabalho; o transporte e o papel do sindicato. Não é discutida a questão dos alojamentos visto que os trabalhadores entrevistados nunca estiveram alojados e segundo os sindicalistas estes alojamentos específicos para cortadores de cana já foram desativados no estado de Alagoas.

Os entrevistados trabalharam no corte da cana no período compreendido entre 2008 e 2016, em safras sequentes e/ou alternadas. Na análise dos depoimentos procurou-se identificar em qual safra o entrevistado trabalhou. Essa identificação, bem como o período estudado teve também como propósito analisar se após a operação Zumbi dos Palmares ocorrida em 2008, houve a melhoria das condições de trabalho dos cortadores de cana em Alagoas, ou seja, se os usineiros estão cumprindo a legislação trabalhista.

O capítulo também faz a análise do papel fiscalizador dos sindicatos perante as condições de trabalho dos cortadores de cana, por meio dos depoimentos obtidos junto aos trabalhadores e também de lideranças dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Jequiá da Praia, São Miguel dos Campos, Murici, Atalaia, Paripueira, Ibateguara e União dos Palmares.

3.1 O perfil, a trajetória laboral e a rotina de trabalho dos cortadores de cana

3.1.1 Perfil dos trabalhadores

Os resultados da pesquisa empírica revelam que há uma predominância do sexo masculino na atividade do corte da cana. 100% dos entrevistados eram homens que no máximo conseguiram atingir o ensino médio completo (21,43%). 50% possuíam o ensino fundamental incompleto; 7,14% o fundamental completo, 14,29% tinham o ensino médio

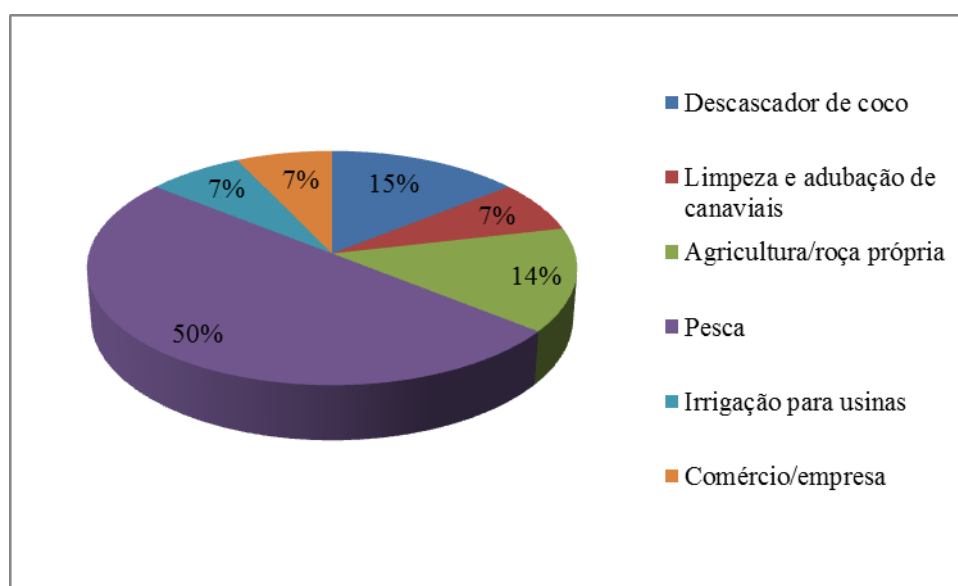
incompleto e 7,14% eram analfabetos. Destes trabalhadores, 64,29% nasceram em Jequiá da Praia; 7,14% em Junqueiro; 7,14% em Rio Largo; 14,29% em São Miguel e 7,14% em Maceió, todos municípios alagoanos. Esses dados, conforme afirmam Bezerra e Tavares (2016, p. 571), refletem bem

As condições de trabalho e vida reservadas ao cortador de cana [...]. Estes trabalhadores são, em sua ampla maioria, do sexo masculino, sem escolaridade e sem qualificação formal, cuja única possibilidade de sobrevivência fora dos canaviais seria a posse da terra, um meio de produção a eles inacessível, inclusive pela concentração fundiária que está na base histórica da sociedade brasileira, embaralhada à produção da cana-de-açúcar.

Os cortadores de cana entrevistados são pessoas jovens, com idade entre 22 e 45 anos, de modo que 50% deles têm entre 20 e 29 anos; 35,71% entre 30 e 39 anos e 14,29% estão na faixa etária entre 40 e 49 anos. Residem em casas com até 05 cômodos, sendo sua família, na maioria das vezes, composta pela esposa e filhos. 14,29% deles não têm filhos; 71,42% possuem entre 1 e 2 filhos e 14,29% entre 3 e 4 filhos.

Antes de se tornarem cortadores de cana 15% trabalhavam como descascadores de coco; 7% na limpeza e adubação de canaviais; 7% na irrigação para usinas; 7% no comércio/empresas; 14% como agricultores, mantendo pequenos roçados; e também 50% praticavam a pesca, sendo estas duas últimas atividades muito desenvolvidas até os dias de hoje no período de entressafras. No gráfico 03 consta a distribuição dessas atividades:

Gráfico 3 – Atividades laborativas antes de se tornar cortador de cana



Fonte: Elaborada pela autora

Percebe-se que as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores antes de se tornarem cortadores de cana são predominantemente relacionadas àquelas existentes no meio rural, o que indica que os entrevistados, em sua maioria, sempre viveram no campo.

3.1.2 A atividade de cortador de cana: trajetória laboral e rotina de trabalho

No que se refere à trajetória laboral 21,43% dos entrevistados relataram que trabalharam em apenas uma safra; 14,29% em duas e 64,28% em mais de três safras. 21,43% foram contratados por uma única usina/destilaria; 35,71% em duas; 7,14% em três e 35,72 % em mais de três. Esses dados mostram que a maioria dos entrevistados trabalhou em mais de três safras do período estudado, indicando que a atividade do corte da cana prevaleceu no processo de inserção destes no mercado de trabalho. Entretanto, convém destacar a vulnerabilidade dos vínculos empregatícios ao se verificar que um percentual significativo trabalhou em mais de três usinas, característico da sazonalidade da atividade, do tipo de salário ofertado, da proximidade ou não das suas moradias, do tipo de vínculo empregatício oferecido. Como diz Ianni (2004), o cortador de cana pode ser considerado como boia-fria, já que recebe salário de acordo com a tarefa ou empreita firmada e é contratado por tempo determinado, que não chega a ultrapassar o período de um ano. Tem que possuir habilidade e produtividade, uma vez que pode ser substituído por outro com maior eficiência.

Foi identificado que estes trabalhadores optaram pelo trabalho nos canaviais por diversos motivos, dentre os quais se destacam: a tradição do corte de cana que passou de pai para filhos (7,14%); a falta de outra opção de emprego (57,14%); para ter a carteira de trabalho assinada (28,57); porque não tinham escolaridade suficiente para se empregar em outra ocupação menos danosa à saúde (7,14%). A falta de opção para a inserção no mercado de trabalho aparece como uma das principais razões para desenvolverem esse tipo de atividade, aliada ao registro em Carteira de Trabalho. Sabe-se que além dos aspectos estruturais e conjunturais que envolvem o desemprego no país, um elemento importante a ser destacado é a questão da escolaridade e da qualificação como exigências postas na atualidade pelo mercado de trabalho. Como afirmam Bezerra e Tavares (2016, p. 571), “[...] As determinações do mercado dificilmente deixam alguma margem de escolha a esses trabalhadores. Sua liberdade se restringe a morrer de fome ou morrer de trabalhar”.

Os cortadores de cana entrevistados estiveram empregados apenas em usinas/destilarias situadas no litoral sul do estado, na região do leste alagoano. No período em que se mantiveram empregados, todos trabalharam com a Carteira de Trabalho assinada, o

que se caracteriza como um aspecto positivo dessas empresas. Esse é um dado importante e que pode ser reflexo do processo de fiscalização realizado pelos órgãos estatais, de forma particular a Operação Zumbi dos Palmares e aquelas feitas em caráter esporádico. Outro aspecto relevante, como indicam Bezerra e Tavares (2016, p. 580), é que algumas mudanças ocorridas no regime de contratação dos cortadores de cana se devem

[...] a eliminação dos “agenciadores” incumbidos pelo recrutamento e pelo pagamento dos cortadores. Essa medida dificulta o advento de “parasitas que subalugam o trabalho” e põe limites à disseminação do trabalho clandestino, amparado na informalidade. Atualmente, as unidades produtoras são as responsáveis pelo pagamento e a formalização dos contratos de trabalho tem sido recorrente.

Porém, de acordo com um dos sindicalistas entrevistados, ainda existem muitos trabalhadores que exercem a atividade de forma clandestina e que ao final da safra não recebem seguro desemprego e nem outros direitos trabalhistas. Essa afirmação é confirmada quando analisamos a fala de um dos cortadores de cana entrevistados e também de um sindicalista.

Clandestino tem muito. Trabalhando, mas não fichado. Lá na região mesmo, que eu corto cana mesmo, que eu trabalhava lá fichado [...] tinha uma turma lá que trabalhava clandestino. Trabalhava jovem, menor de idade. Tinha muitos que trabalhava porque precisava de ganhar um troco, mas, não era fichado. [...] Era clandestino [...]. Só que pera lei tá errado, e o menor não pode trabalhar, né? (CORTADOR DE CANA 4).

Infelizmente ainda tem usina que trabalha com trabalhador clandestino, nessa situação [...] (SINDICALISTA 6).

As falas revelam que apesar das usinas/destilarias contratarem trabalhadores para atuarem no corte da cana com Carteira assinada, ainda descumprem os preceitos legais contidos na CF de 1988 e na CLT, na medida em que, algumas delas, continuam contratando seus empregados para trabalharem de forma clandestina. Como referido acima, apesar de avanços importantes, possivelmente fruto das fiscalizações realizadas, ainda há o descumprimento da legislação. Um fator positivo identificado pelos sindicalistas durante a rotina de fiscalização nas frentes de trabalho foi que não havia a presença de crianças e nem de adolescentes no corte manual da cana, apesar dessa situação ser informada pelo cortador entrevistado.

No geral, no que diz respeito à rotina de trabalho, esses cortadores de cana relataram sair de casa para o trabalho aproximadamente às 4h da manhã; trabalhavam cerca de 7 a 9 horas por dia, sendo que alguns faziam horas extras e chegavam em casa por volta das 18h.

Para eles o trabalho é extremamente cansativo, pois começam a trabalhar muito cedo parando apenas para se alimentar, como confirmam os relatos dos cortadores de cana a seguir:

Eu já saía com o ônibus daqui. Pegava o ônibus e ia logo direto pro centro de apoio. [...] tomava logo café e se aprontava e ia (CORTADOR DE CANA 2).

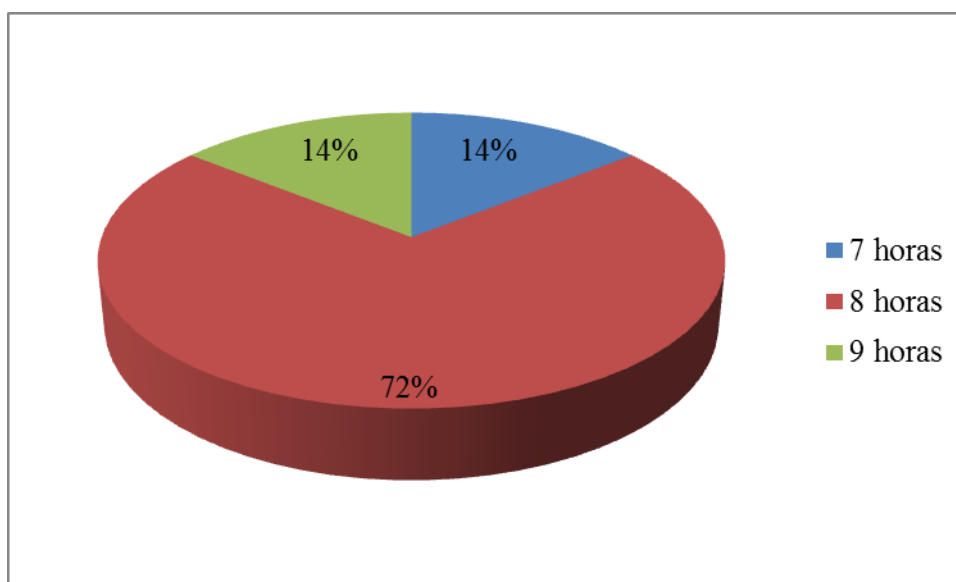
Rapaz o que eu fazia era cortar cana. Chegava lá era meter o pau cortando cana. Tomava um café, aí fazia um exerciciozinho pra se alongar, um alongamento e começava a trabalhar (CORTADOR DE CANA 5).

É um serviçozinho, eu só fui porque não tinha outro (CORTADOR DE CANA 13).

Conforme analisam Bezerra e Tavares (2016, p. 571), essa é uma atividade na qual “[...] O dispêndio de energia física é excessivo, desgastante, doloroso. Trata-se de um cotidiano marcado por vidas cinzentas que traduzem uma vivência cristalizada no cansaço, expressa no conjunto das relações sociais”.

O gráfico 4 retrata essa questão expressa na jornada de trabalho e nas horas despendidas pelo trabalhador no corte da cana, e também no gráfico 5 que trata do total de horas em que o trabalhador está disponível para o trabalho (usina/destilaria), incluindo o percurso para o trabalho, o corte da cana propriamente dito e o retorno para suas residências:

Gráfico 4 – Jornada de trabalho (apenas as horas despendidas para o corte da cana)

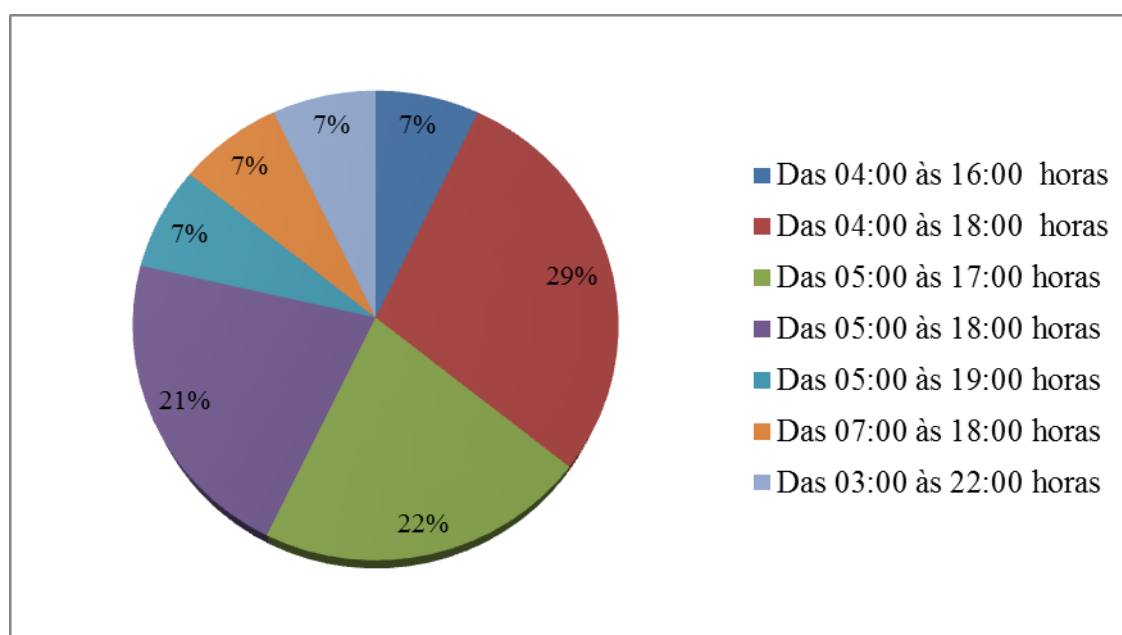


Fonte: Elaborada pela autora

Os dados mostram que a grande maioria dos entrevistados (72%) trabalha 8h/dia. Percentuais de 14% indicaram a duração de 7h e 14% de 9h. Se considerados os dados

relativos às horas trabalhadas, pode-se afirmar que estão na média geral do tempo de trabalho dos trabalhadores brasileiros e conforme o que consta na legislação. A questão que essa informação quando agregada às horas de deslocamento, aos casos de horas extras e, ainda, à intensidade do ritmo de trabalho no sentido de alcançar determinados níveis de produtividade, o quantitativo de horas trabalhadas ganha outra dimensão, como será discutido no próximo eixo de análise.

Gráfico 5 – Horas em que o trabalhador está disponível para o trabalho



Fonte: Elaborada pela autora

O gráfico 5 mostra que as horas disponibilizadas pelos cortadores de cana, considerando-se o deslocamento para o trabalho e o retorno à sua residência são de no mínimo 11 horas diárias, sem contar o horário para almoço, chegando ao máximo de 19h/dia. São as horas *in itinere*, aquelas em que há o deslocamento do trabalhador tanto para o trabalho como para a residência, correspondente ao trajeto que percorre. Isso demonstra uma jornada extensa muitas vezes não computada pelo empregador e que pode ocasionar sérias repercussões para a saúde dos trabalhadores da cana que deixam de desfrutar do lazer, da família, dos amigos e principalmente de um tempo maior para o descanso.

Quando questionado sobre o direito de receber pelo pagamento dessas horas, 71,43% afirmaram não receber e que o pagamento do seu salário era apenas de acordo com a produção; apenas 28,57% recebiam. Muitos destes trabalhadores não sabem que é um direito o recebimento das horas *in itinere*, por isso não reivindicam o pagamento. Isso acontece

porque, segundo Oliveira e Pinho (2016, p. 4-5), “o ínfimo acesso à informação corrobora a falta de noção do que é a lei, e quais são os seus direitos trabalhistas constitucionais, e mesmo que tenham ciência de tais garantias, evitam contestações por temerem a perda da sua única forma de sustento”.

Talvez por isso que quando questionados sobre se queriam que seus filhos exercessem a atividade do corte da cana as respostas de todos eles foram que não, justamente pelo fato de ser uma atividade degradante à saúde e à vida. Almejam para os seus filhos outros caminhos e indicam a educação como possibilidade de ascensão social. As falas de alguns entrevistados ilustram bem isso:

Não. Deus me livre. Deus livre meus filhos dessa hora (CORTADOR DE CANA 5).

Não. Só estudo (CORTADOR DE CANA 7).

Com certeza não. Porque eu acho que é uma vida de sofrimento (CORTADOR DE CANA 12).

Não, queria não. Porque é um serviço muito bruto, muito sofrido (CORTADOR DE CANA 13).

A pesquisa realizada por Plancherel et al (2010) nos municípios alagoanos de Maceió, Rio Largo, Teotônio Vilela e Major Izidoro também revela que a atividade do corte da cana não é visualizada pelos que estão nela envolvidos como uma possibilidade laborativa para os seus filhos. Como apontam os autores:

[...] a atividade no corte da cana é praticamente inexistente entre os filhos dos canavieiros; apenas 1 (1,07%) do total de 93 filhos, trabalha ou já trabalhou no corte da cana. E quando perguntados sobre o futuro profissional dos filhos, alguns canavieiros remetem à esperança de que os mesmos, ao menos consigam uma oportunidade de trabalho que não a de cortador de cana [...] (PLANCHEREL et al, 2010, p. 5).

Como se pode perceber, a atividade do corte de cana é permeada por uma rotina que envolve longas jornadas de trabalho, principalmente se contabilizado o tempo despendido no deslocamento para o trabalho, o que leva a um desgaste físico diário. Não teriam feito essa opção se encontrassem outras possibilidades de inserção no mercado de trabalho, tivessem melhor escolaridade e oportunidades de qualificação profissional, ainda que diante das exigências do mercado de trabalho e do desemprego presente na realidade brasileira. A seguir outros elementos dessa rotina serão analisados sob o ângulo do processo da remuneração recebida, jornada de trabalho e das condições de trabalho a eles oferecidas.

3.2 Pagamento por produção

Os cortadores de cana recebem seus salários de acordo com a sua produção, que varia entre 4 a 15 toneladas/dia. Os salários mensais oscilam entre R\$600 (seiscentos) a R\$900 (novecentos reais), podendo, de acordo com o dispêndio de energia de cada um, chegar até R\$1.200 (um mil e duzentos reais). Em alguns casos, 28,57%, o pagamento é feito semanalmente, 50% recebem quinzenalmente e os outros 21,43% mensalmente, sem contar que sempre ocorrem atrasos no pagamento dos salários. Conforme os dados obtidos na pesquisa, 42,86% dos entrevistados recebiam menos do que um salário mínimo⁶⁵ (entre R\$600 e R\$799 reais), 57,14% recebiam pouco mais que um salário mínimo (entre R\$800 e R\$1.100 reais). Essa diferença nos valores salariais ocorre em função da sistemática adotada pelos empregadores, ou seja, de acordo com a produção de cada trabalhador.

Esse tipo de pagamento tem sido a forma mais explícita de exploração do cortador de cana, além do controle direto do “cabo de turma”, o intermediário entre a usina/destilaria e o trabalhador, que o controla para que intensifique seu trabalho e produza mais, gerando mais lucro para a empresa. Isso traz para o trabalhador um enorme desgaste físico e exaustão, identificado por diversos autores e expresso na fala de um dos entrevistados: “[...] uma vez eu peguei doze toneladas aí eu fiquei mal” (CORTADOR DE CANA 5).

A situação se torna ainda mais grave quando o resultado do seu dia de trabalho, do quanto produziu, é contabilizado sem a presença do mesmo. Essa é prática comum nos canaviais alagoanos, conforme depoimentos dos entrevistados que estavam empregados nas safras de 2011 a 2016. Todos afirmaram receber menos do que produziram durante o dia. Dessa forma, quando perguntado se a pesagem da cana correspondia ao salário que foi recebido, seus relatos foram:

Não. Produzia mais do que eu ganhava (CORTADOR DE CANA 5).

Tem que enrolar né? Todo canto rouba (CORTADOR DE CANA 1).

É porque é um negócio que se trabalhar você ganha mais [...] só que na pesada lá é aquele mesmo né? Porque você não vai discutir com o pessoal lá. (CORTADOR DE CANA 9).

Todos cortador de cana que eles corta a cana dele, se fosse pagar direitinho, o cortador ganhava mais [...] (CORTADOR DE CANA 4).

⁶⁵ Considerando-se o salário mínimo vigente à época de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Ainda tinha um negocinho né? Uma puxadazinha. Pagava menos. Serviço sofrimento é corte de cana viu? (CORTADOR DE CANA 2).

Tem dia que a gente chegava exausto em casa e achava que não compensava, né? O que a gente tinha ganho (CORTADOR DE CANA 13).

Era de quinze em quinze dias. Era, por produção. Era cinco, seis, sete, oito. [...] só via quando o cabo media né? [...] Agora o peso eu nunca vi não. [...] Eu achava que eles pagavam menos (CORTADOR DE CANA 7).

De acordo com as entrevistas realizadas, apenas 42,86% dos cortadores de cana observavam a pesagem e medição da cana, enquanto que 57,14% não participavam. Esse procedimento era feito sob o acompanhamento de poucos trabalhadores, visto que era prática rotineira ocorrer no horário em que os mesmos estavam cortando a cana. De modo geral, notou-se que na opinião dos trabalhadores que observam a pesagem/medição da cana e também dos que não estavam presentes, que os empregadores sempre pagavam menos do que a quantidade que era cortada. Em função disso, para 78,57% destes, esse procedimento era tido como injusto, já 21,43% o consideraram como correto.

A participação dos cortadores na pesagem da cana é regulada pela Convenção Coletiva de Trabalho de Alagoas de 2015/2016, que diz:

Parágrafo Quatro – A capacidade de pesagem das balanças não deverá ser menor de 20 quilos cada. A pesagem deve ser feita no mesmo dia, no caso da cana amarrada. Em relação à cana solta, a pesagem dar-se-á no início dos trabalhos. **Parágrafo Quinto** – será garantida a análise da pesagem da cana até as 09:00 (nove horas da manhã) na frente do trabalhador, com uma braça para o empregado e uma para o empregador, em até 03(três) lugares diferentes no mesmo talhão, sendo proibida a escolha de áreas com peso menor que 02 kg por braça (FETAG-AL, 2015).

Essa falta de participação do trabalhador na pesagem da cana é um ponto relevante a ser considerado. Bezerra e Tavares (2016), por exemplo, relataram em estudo desenvolvido no estado da Paraíba, que ainda há a questão das ameaças que os trabalhadores sofrem por parte dos funcionários administrativos das usinas ao tentarem participar da pesagem/medição da cana. O emprego destes trabalhadores é posto em jogo na medida em que apenas tentam fazer parte do processo de transparência quanto aos seus salários. Além disso, estes autores criticam que o acordo coletivo de trabalho firmado não obtém efetividade, pois, acompanhar o caminhão até a usina para observar a pesagem demanda tempo aos trabalhadores e, com isso, já diminuem a sua produção diária.

Em Alagoas é prática rotineira dos usineiros pagarem um salário inferior àquilo que foi produzido individualmente pelos cortadores de cana. Este é um dos fatores que tem levado

a maioria deles à exaustão, na medida em que para conseguir um bom rendimento e manter a subsistência de suas famílias prolongam a cada dia sua jornada de trabalho, trabalham além do necessário e, com isso, geram lucros para os patrões. O depoimento a seguir é bem ilustrativo da lógica perversa que está na orientação do pagamento do salário por produção:

Quanto mais ele corta cana mais ele ganha. E a usina lá no meu município, a usina só pega cortador de cana que corte 10 tonelada de cana, doze tonelada no dia. O pessoal que corta menos toneladas de cana, eles não pegam (SINDICALISTA 4).

Essa lógica própria do sistema capitalista foi analisada por Marx ao tratar, entre outros, do trabalho necessário e do trabalho excedente e a concretização da mais-valia. O capitalista explora cotidianamente o cortador de cana na medida em que, além de não pagar o salário justo se utiliza do trabalho excedente para obter lucro, gerando mais valor. Como diz Marx (1996, p. 138) [...] “O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital”.

Por outro lado, é preciso manter a mercadoria força de trabalho em condições mínimas de sobrevivência. Para tanto, paga-lhe um salário determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua reprodução. O cortador de cana além de executar o trabalho necessário para manter a sua subsistência, executa também o trabalho excedente que gera lucro para os usineiros ao desenvolver as atividades que lhes foram demandadas, por meio das prolongadas jornadas de trabalho. Como diz Marx (2014, p. 266), “a magnitude absoluta do tempo de trabalho – o dia de trabalho, a jornada de trabalho – é constituída pela soma do trabalho necessário e do trabalho excedente, ou seja, do tempo em que o trabalhador reproduz o valor de sua força de trabalho e do tempo em que produz a mais-valia”.

Além disso, é retirado do trabalhador a possibilidade de acompanhar os resultados do seu trabalho (pesagem e medição da cana), sendo mais uma vez usurpado do que produziu e dos seus resultados, de modo que uns produzirão mercadorias, enquanto outros se apropriarão destas (MARX, 1996). O produto final do trabalho pertencerá ao capitalista que compra a força de trabalho e usufrui por determinada quantidade de dias/horas⁶⁶.

Com isso, aumenta-se a exploração da força de trabalho e a lucratividade do usineiro ao tempo em que o trabalhador é submetido às péssimas condições de trabalho e de vida. Como o cortador de cana não é dono dos meios de produção ele só tem sua força de trabalho

⁶⁶ “O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira” (MARX, 2014, p. 227).

como o seu bem maior, é forçado a vendê-la para manter sua subsistência (MARX, 2014). Nesse processo, são submetidos a uma jornada extensa de trabalho no intuito de obterem o salário necessário para a manutenção da sua subsistência. Na medida em que estão inseridos neste processo de trabalho contribuem para a produção de mercadorias (açúcar e álcool) e consequentemente para a geração de mais-valia para o patrão, no caso os usineiros. Dessa forma, para o capitalista o real sentido do trabalho do cortador de cana é produzir não para o consumo, mas para satisfazer a lógica do capitalismo.

Como podemos perceber nos depoimentos até agora analisados, o trabalhador produtivo para a agroindústria canavieira é aquele que se adequa às condições de produção exigidas pela usina/destilaria, é aquele que mais produz, que não falta ao trabalho, que se esforça além do limite físico a que seu corpo suporta e que apesar de tudo isso, deve estar apto para trabalhar no dia seguinte.

A exploração do trabalho também foi visualizada na relação que os usineiros estabelecem quanto ao pagamento dos salários. Não bastasse o pagamento mínimo do valor da força de trabalho, ainda há o problema do atraso salarial. 35,71% dos trabalhadores disseram não receber salário em dia. Estes atrasos aconteceram nos anos de 2011, 2013, 2015 e 2016. Relatos de dois trabalhadores, um que trabalhou na safra de 2015 e outro nas safras de 2016/2017, confirmam isso:

Duas moagem lá sem receber nada (CORTADOR DE CANA 2).

O pagamento não tá em dia não. Tá atrasado. Tá com uns cinco meses atrasado aí. Mas só que a gente continua trabalhando (CORTADOR DE CANA 10).

Quando questionados sobre essa situação, 100% dos sindicalistas entrevistados afirmaram ter conhecimento dos atrasos salariais, sendo que 58% deles confirmaram que ainda acontecem nos dias atuais em suas regiões de abrangência e 42% afirmaram que esses atrasos não ocorrem. Alguns relatos explicitam isso:

A gente sabe qual é a usina que tá pagando direito, a outra que tá atrasando. [...] Tem uma que tá pagando em dia [...] só que a gente manda trabalhador pra outros municípios também e tem outros municípios que não tá pagando (SINDICALISTA 2).

Algumas. Nós conta as usina que tá pagando em dias aqui. Nessa região todinha e nessa região do estado todo, sabe? A gente conta a usina, tem umas 5 ou 6, essas tão cumprindo (SINDICALISTA 5).

A outra que tava atrasando, mas tá botando os pagamentos em dia [...]. Agora pra nós, repasse pra gente é que elas sempre não repassa (SINDICALISTA 6).

Em relação a essa crise que falam aí, tem usina que não tá pagando certo. Acho que a maioria paga com atraso (SINDICALISTA 7).

Esses atrasos nos pagamentos salariais dos cortadores de cana parecem prática rotineira entre as usinas e destilarias do estado de Alagoas e vistos como “normais”, o que coloca para os sindicatos do Estado e para o MPT uma maior responsabilidade para cobrar e regularizar a situação dos trabalhadores, pois dependem totalmente deste rendimento para sobreviver.

São violações aos direitos trabalhistas que se agregam às jornadas excessivas de trabalho (considerando tempo de trabalho no canavial e o deslocamento para o trabalho, como visto no eixo de análise anterior), os salários baixos e por produção e que explicitam o processo de exploração e superexploração do trabalho. Visualizam-se pelo menos, três elementos que Marini (1973) já chamava a atenção para compreender questões como essas vivenciadas pelos cortadores de cana e que favorecem a acumulação do capital: a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a redução do salário abaixo do valor da força de trabalho. Nas palavras de Marx (1996, p. 140):

Pressupondo-se que a força de trabalho seja paga por seu valor, encontramos diante destas alternativas: dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, dada a limitação da jornada de trabalho, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante mudança da grandeza de suas partes integrantes, trabalho necessário e mais-trabalho, o que, por sua vez, se o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho.

O objetivo dos usineiros ao pagarem os salários por produção é induzir os trabalhadores a ampliarem a jornada de trabalho, bem como a intensificarem o ritmo de trabalho, transformando sempre que for possível um dia de trabalho em dois, ou cinco dias em dez. Dessa forma, o proprietário de terras obtém lucros sem a necessidade de um elevado encargo social, pois o trabalhador em si já cumpre o papel de intensificar seu trabalho e aumentar a própria produção diária, semanal, quinzenal ou mensal (IANNI, 2004). Vejamos alguns relatos que confirmam a intensificação do trabalho na agroindústria canavieira alagoana e mostram a opinião dos cortadores de cana sobre o trabalho no corte de cana:

Nessas outras usinas que eu trabalhei [...] tinha que ter a quantidade certa de toneladas porque se você não atingisse aquela quantidade de toneladas [...] botava o cara pra fora da empresa (CORTADOR DE CANA 14).

Era cansativo. Porque, tinha vez que a gente tirava aqueles pedaços que eles davam, aí não queria mais, eles fazia com que a gente querer pegar outros pedaço apulso, a pessoa já cansada. [...] Por isso que eu digo, né? Que esse ano foi o que foi muito cansativo, o último, derradeira vez que eu trabaiei. Cansei muito. Não sei por quê. Tava ficando veio (CORTADOR DE CANA 7).

O corte de cana é massacrado, é sofrido com certeza! (CORTADOR DE CANA 14).

As usinas possuem padrões de produtividade como critério de contratação para os que irão trabalhar nas safras e para os que permanecerão em outros ramos da produção, após a safra da cana. Albuquerque (2009) salienta que esse controle é feito por meio de cadastros que acompanham com rigor a produção do cortador de cana, e que diante do exército de reserva que existe nas regiões, os trabalhadores acabam se submetendo às exigências dos patrões. Destarte, como diz Ianni (2004, p.138), o pagamento por produção torna-se uma prática que leva à realização do trabalho excedente, à mais valia absoluta, “[...] cujo produto serve à reprodução das condições de vida do gato, e participa da reprodução das condições de vida do fazendeiro, usineiro, empresário ou diretores da companhia [...]”. Tudo isso facilitado “[...] pela prática do sistema de pagamento por tarefa, empreita ou outra combinação semelhante”.

Outro mecanismo para que haja o incremento da mais-valia é o pagamento do salário abaixo do valor da força de trabalho, cada vez mais presente no dia a dia do trabalho dos cortadores de cana entrevistados.

Antigamente você trabalhava pouco, ganhava muito e agora se esforça tanto e não ganha nada (CORTADOR DE CANA 14).

Quando eu trabalhei na irrigação em 2006, 2007 eu tirava mais do que o salário, o dobro. No corte da cana era um salário apulso. Dava pra não passar fome né? Mas, era um pouquinho apertado (CORTADOR DE CANA 13).

Trabalho porque o pobre tem que trabalhar pra não morrer de fome. [...] tem que trabalhar pra dar comida ao meu filho (CORTADOR DE CANA 14).

Marini (1973) enfoca que esses mecanismos do sistema capitalista fazem com que as condições essenciais para que o trabalhador reponha sua força de trabalho sejam negadas, uma vez que o mesmo é remunerado abaixo do valor que deveria receber, pois, “a lista de salários que abastece o sustento do trabalhador durante o trabalho é a mais baixa e unicamente necessária, e um complemento apropriado para criar a família a fim de que a categoria dos trabalhadores não seja extinta” (MARX, 2006, p. 65). Corroborando com a perspectiva de

Marini (1973) a respeito da superexploração, Araujo (2015, p. 589, grifos originais) salienta que:

Aí está o que, em nosso entender, constitui o elemento definidor da superexploração, a saber, *o pagamento de um salário inferior ao valor da força de trabalho*. O conceito não se refere, portanto, à existência de uma taxa de mais-valia especialmente elevada, e sim a uma particular configuração da relação capitalista na qual o preço da força de trabalho situa-se, em média, abaixo do seu valor.

Essas são estratégias do capital de forma que o excedente seja extraído do trabalho sem que haja a violência física contra o trabalhador, e que o salário pago apareça como se estivesse remunerando toda a jornada em que ele esteve em atividade, no processo produtivo. O que acontece como vimos é que o tempo de trabalho necessário é encolhido e, em consequência, o tempo de trabalho excedente é prolongado e que mesmo que diminua a jornada de trabalho, esta se torna mais intensa e exaustiva em prol da geração da mais-valia para o capitalista.

De tal modo, torna-se cada vez mais difícil aferir o que se convém chamar de limite legal da exploração. A usinagem do capital encontra formas de burlar a legalidade que existe somente no plano formal-abstrato. No real e concreto, pelo avesso, constata-se o abusivo, o desmesurado, o inescrupuloso, o desumano, o “ilegal”, a despeito das novas regras apresentadas pelo Estado brasileiro, neste início de século, no que tange à jornada de trabalho. Esse é o cotidiano de tantos cortadores, “livres como os pássaros” – sem propriedade e sem proprietário –, portanto subordinados às leis do mercado (BEZERRA, TAVARES, 2016, p. 570).

Tudo isto configura uma superexploração do trabalho assalariado que, conforme Marini (1973) ocorre com a desvalorização real da força de trabalho. Está em questão sempre a maior obtenção de lucratividade, o que traz impactos negativos para o mundo do trabalho em diversos setores produtivos como, por exemplo, a degradação das relações trabalhistas e a precarização das condições de vida, de saúde e do trabalho dos cortadores de cana da agroindústria canavieira brasileira, como veremos a seguir.

3.3 Segurança e saúde do trabalho

Na análise dos eixos temáticos anteriores, evidenciou-se que o trabalhador tende a intensificar sua jornada para produzir mais e obter maiores resultados no quantitativo de cana cortada ao dia. Nessa dinâmica, a tendência é que sua saúde seja deteriorada, que os trabalhadores sofram acidentes de trabalho decorrentes do cansaço, da falta de uso dos

equipamentos de proteção individual, do pouco tempo de descanso entre os dias folga e de trabalho, da ausência de uma alimentação saudável, da exposição aos diversos fatores climáticos e a animais peçonhentos, dentre outros. De acordo com Plancherel et al (2010), esses trabalhadores tendem a se esforçar o máximo que podem, pois o trabalho é sazonal e precisam manter a subsistência da família no período de entressafra, quando ficarão possivelmente desempregados.

Sob a lógica da exploração e acumulação do capital por parte dos usineiros, o que tem se observado, no caso dos cortadores de cana submetidos à condição de assalariamento, é uma situação de superexploração que além de contribuir para o processo de acumulação do capital, com a geração de mais valor, contribui para que o trabalho ocorra sob condições degradantes que provocam o desgaste físico e psíquico do trabalhador, trazendo rebatimentos negativos para a sua saúde.

É relevante ressaltar que o trabalho no corte da cana é extremamente exaustivo, provocando cansaço físico e mental, além de ser uma atividade arriscada que pode provocar diversas doenças. 50% dos cortadores de cana afirmaram que obtiveram doenças durante o tempo em que trabalharam na lavoura canavieira e dentre estas, destacam-se: problemas de coluna, dores nas articulações, nas pernas, cãibra, dores de cabeça e náuseas. Isso é comprovado pelos relatos de alguns deles:

Tive, minha coluna. Dava aquela cãibra em mim (CORTADOR DE CANA 7).

Algumas dores de cabeça por causa do sol (CORTADOR DE CANA 12).

Às vez o cara adoece cortando cana. A cabeça dói, aí começa logo a adoecer, vomitar, esses negócio (CORTADOR DE CANA 13).

As condições precárias de saúde a qual se submetem os cortadores de cana podem causar até a morte. Essas cãibras, por exemplo, são muito comuns entre os trabalhadores do corte da cana e um sinal de que a saúde precisa de cuidados. Plancherel et al (2011, p. 60, grifos originais), explicita:

[...] o que se registra e se reitera na história, sob o capitalismo, é a ruína da vida e mesmo a morte súbita pelo trabalho (*karoshi* no Japão e *birôla* em São Paulo); a recorrência de tal fenômeno, no universo do trabalho canavieiro, tem na cãibra uma de suas mais visíveis e frequentes manifestações. As contrações espasmódicas e dolorosas dos músculos, seja de suas partes (das mãos, sobretudo), seja do corpo inteiro (muitas vezes, literalmente, destruindo vidas), tornaram-se identificadas entre os cortadores de cana alagoanos como sendo acometidos pelo “canguru”. Efetiva e rotineiramente, a cãibra tornou-se reconhecida, entre os próprios canavieiros, como uma

doença ocupacional característica desta atividade laboral, resultante do desmedido esforço físico despendido durante o trabalho, de uma parte, imposto pela (ir)racionalidade do capital agroindustrial e, de outra, realizado como o único meio de o trabalhador elevar a sua produtividade diária do corte da cana-de-açúcar e, em consequência, a sua própria remuneração.

Geralmente os cortadores de cana começam a sentir as câibras pelas mãos e pelas pernas se espalhando até o tórax, provocando tanto dores quanto convulsões, confundidas muitas vezes com um “ataque nervoso”. Para aliviar as dores e a desidratação algumas usinas fornecem soro fisiológico e suplementos energéticos. É comum também, por conta própria, após a jornada de trabalho, os trabalhadores procurarem os hospitais (ALVES, 2006). No caso de um dos entrevistados a solução nunca foi procurar por um hospital, mas tentar atenuar as dores sozinho, conforme se observa a seguir:

Sentia muita dor na hora que estava trabalhando, mas não parava não, continuava até a hora de largar. Aí ficava no ônibus sentado e esticando a perna pra ver se aliviava. Não, não tomava nada. Esperava aliviar. Era o remédio. Na maioria das vezes passava as câibras no caminho de casa. Mas quando não passava, ficava em casa mesmo, descansando para no outro dia pegar no batente de novo (CORTADOR DE CANA 12).

A lógica perversa do pagamento por produção leva, muitas vezes os trabalhadores a omitirem que estão doentes. Rocha (2007) constata em seu estudo com cortadores de cana em Ribeirão Preto, que a tendência destes é evitar os serviços de saúde pública para não serem afastados de suas atividades, uma vez que estes afastamentos reduzem o seu salário e também as gratificações de assiduidade. Frequentar assiduamente os serviços de saúde representam também problemas de saúde e o trabalhador é visto pela empresa como portador de doenças, o que o impede de ser contratado para trabalhar em safras futuras. Como resultado, os trabalhadores passam a comprar medicamentos nas farmácias e se automedicar e isso agrava os problemas de saúde já existentes, o que pode ocasionar em incapacidades permanentes. Rocha (2007, p. 114) salienta a este respeito que:

Trabalhando doente, o trabalhador passa a utilizar altas doses de anti-inflamatórios e analgésicos adquiridos facilmente em farmácias e drogarias sem prescrição médica para continuar a desenvolver sua atividade laboral, o que também pode agravar seu estado de saúde à medida que estas drogas mascaram os sintomas, principalmente diminuindo a dor durante o trabalho, ao invés de eliminar o distúrbio. Uma vez que a dor diminui, o cortador continua realizando seu trabalho, agravando a lesão e gerando a necessidade de maiores doses de medicamentos, situação perpetuada até que ele não aguente mais trabalhar, momento no qual podem ocorrer incapacidades permanentes, eliminando o trabalhador do mercado de trabalho.

A assistência médica é um direito já conquistado em lei, mas muitos trabalhadores têm receio de demonstrar que se encontram doentes. No caso dos trabalhadores da cana, geralmente é uma conquista que faz parte dos itens constantes dos acordos coletivos de trabalho e regulamentada na convenção coletiva de trabalho. Quando a assistência médica é prestada diretamente na empresa muitas vezes também não é utilizada porque pode servir como instrumento de controle sobre os trabalhadores, na medida em que se registra quem é frequentador do serviço, as doenças mais frequentes e aquelas que o impeçam de trabalhar. Essa postura da empresa acaba reduzindo a participação dos trabalhadores nos serviços de saúde, fazendo com que frequentem apenas em alguns casos de urgência (SCOPINHO, 2000).

Os cortadores de cana geralmente procuram atendimento médico quando já se encontram em alguma situação de enfermidade ou para atestar alguma doença e abonar suas faltas. Este abono às faltas está presente na cláusula trigésima sexta – Atestados médicos e odontológicos - da Convenção Coletiva de Trabalho de Alagoas de 2015/2016⁶⁷:

Nos termos previstos nos parágrafos 1º (primeiro) e 2º (segundo) do artigo 75, do Regulamento de Benefícios da Previdência Social – Decreto nº 3.040, de 06.05.99 – as empresas que possuem serviços médicos próprios ou convênio, se responsabilizarão pelos exames médicos e odontológicos para abono de faltas, somente encaminhando os mesmos à Previdência Social, quando a duração da incapacidade ultrapassar a 15 (quinze) dias, ressalvadas as emergências legais, bem como as hipóteses mais favoráveis já existentes. **Parágrafo primeiro** – para as empresas não enquadradas nas hipóteses acima, as doenças dos empregados serão comprovadas mediante atestados médicos e odontológicos expedidos de acordo com a ordem de preferência estabelecida no parágrafo 2º (segundo) do Artigo 6º da Lei nº 605, de 05.01.1949, entendendo-se como prioridade, ainda, os serviços médicos conveniados com o SUS, aí incluído o serviço médico/odontológico do Sindicato Profissional, enquanto conveniado do SUS (FETAG-AL, 2015, p. 12-13).

Alguns entrevistados informaram existir serviço médico nas empresas que trabalharam e que quando precisavam dos serviços de saúde “O carro levava pra usina mesmo. Tinha médico lá (CORTADOR DE CANA 2)”. Outro trabalhador informou que quando começou a trabalhar em determinada usina, em 2010, ela oferecia atendimento médico, mas que nos anos recentes isso não acontecia mais:

Tinha, na época tinha, né? Mas agora não tem mais. [...] se por acaso [...] eu adoecesse em casa, se eu fosse pra lá, eu tinha que pagar o remédio, agora se

⁶⁷ Também preconizada pelas convenções coletivas anteriores: 2011/2012, 2012/2013, 2014/2015.

fosse por conta de acidente, eu trabalhando na empresa, ela quem pagava o medicamento (CORTADOR DE CANA 14).

Essas questões relativas à saúde dos trabalhadores são reflexos da intensidade do trabalho, da jornada e da quantidade de anos em que já estiveram empregados nas usinas/destilarias. 50% dos cortadores de cana citaram que já trabalharam entre 1 e 4 anos; 42,85% entre 5 e 10 anos e 7,15% mais de 10 anos em usinas do estado de Alagoas. Quanto mais anos os trabalhadores cortarem cana mais susceptíveis a doenças se tornarão e manifestarão incapacidades para o trabalho, principalmente problemas osteomusculares. “São comuns as queixas de dores na coluna vertebral, principalmente lombar e torácica, assim como dores de cabeça” (ALESSI; NAVARRO, 1997, p. 117). Por isso, os usineiros preferem contratar trabalhadores jovens, pois produzem muito e são mais resistentes ao trabalho pesado (ROCHA, 2007). Conforme Plancherel et al (2011), as doenças ocupacionais não são apenas provocadas por fatores de ordem biológica que se dá isoladamente em indivíduos diferentes, mas principalmente pelo modo como os indivíduos se inserem nas relações sociais de produção.

Ainda que existam as Normas Regulamentadoras que indicam as condições nas quais os cortadores de cana se inserem, muitos acabam sendo acometidos por doenças, principalmente se não fizerem o uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Conforme consta na NR 31, os equipamentos de proteção dos trabalhadores são fundamentais para que trabalhem em segurança e sejam prevenidas doenças, os acidentes de trabalho, de trajeto, entre outros.

O EPI deve estar em bom estado de conservação e ser distribuído gratuitamente pelas usinas/destilarias aos trabalhadores no período da safra. Observou-se através das entrevistas realizadas que todos os cortadores de cana faziam o uso dos EPI's, sendo que 93% deles afirmaram recebê-los gratuitamente e apenas 7% tiveram que pagar pelo uso dos mesmos, sendo descontados do seu salário, como é o caso do trabalhador abaixo, que estava empregado na safra de 2014:

Equipamento dela era tudo direitinho. Não podia trabalhar sem equipamento não. Duas luva, duas caneleira, duas bota de ferro, com bico de ferro, caneleira pra cima [...] do joelho que não podia trabalhar com caneleira pra baixo do joelho. Paga, tem que pagar. Tem que comprar, tudo isso. [...] Ele ensinava tudo e o trabalhador negócio de corte de cana eles tinha as mulher que ensinava como é que se botava luva, usava o facão, amolava o facão, tudo isso (CORTADOR DE CANA 4).

Além das situações a que estão submetidos esses trabalhadores e que degradam a sua saúde, ainda há a falta de compromisso da empresa para com eles, uma vez que, em alguns casos, cobram pelos equipamentos de segurança e/ou não os fornecem em bom estado de conservação (PLANCHEREL et al, 2011). No escopo da lógica da produção, como mostram Bezerra e Tavares (2016, p. 573) não importa se o trabalhador tem saúde ou não, “quanto maior a produtividade ‘melhor’ o salário”, ao mesmo tempo “quanto mais cana corta o trabalhador maior é a possibilidade de morte por exaustão, acidentes de trabalho, doenças contraídas em decorrência do corte”. Como afirmam Alessi e Navarro (1997, p. 117), [...] não são só os acidentes que determinam processos de morbidade e/ou mortalidade dos trabalhadores rurais. Seu corpo, utilizado como parte das engrenagens da indústria sucroalcooleira, rapidamente se desgasta e sofre”.

Talvez em função da realidade vivenciada, os trabalhadores ressaltaram a importância de trabalhar com os EPI's para a sua própria segurança. No geral, os entrevistados citaram que os equipamentos e instrumentos que utilizavam no período em que estavam cortando cana eram: boné árabe, botas, facão, suporte de facão, lima, suporte de lima, esmeril, luvas, caneleira (perneira), óculos, calça cumprida e camisa de manga (blusão/mangão). Os trabalhadores confirmaram que as usinas os obrigam a usar os EPI's por conta das fiscalizações que ocorrem nos locais de trabalho. 78,58% dos trabalhadores afirmaram ter recebido informações de como utilizar os equipamentos e instrumentos de trabalho, que na maioria das vezes se dava por meio de palestras ou pelo fiscal da turma, os demais 21,42% não receberam instruções.

Tinha palestra [...] era sobre que não podia trabalhar sem óculos, sem luva, esses negócio assim (CORTADOR DE CANA 1).

Tinha fiscalização lá no pé pra sempre usar. Não podia trabalhar sem material (CORTADOR DE CANA 11).

No tocante aos acidentes de trabalho, os resultados da pesquisa demonstram que os tipos mais frequentes são: cortes nas mãos, na testa, nas pernas, nos pés e nas costas; palha de cana nos olhos, picadas/mordidas de animais e acidentes de trajeto, quando da utilização do ônibus.

Esses acidentes são reflexos da atividade penosa que provoca o cansaço do trabalhador e o deixa mental e fisicamente enfraquecido e, em alguns casos, pela falta de instruções para o manuseio correto dos instrumentos de trabalho. Ainda há que se considerar o desgaste dos EPI's e dos instrumentos de trabalho, como também a demora na reposição dos mesmos.

Alessi e Navarro (1997) constataram que estes equipamentos que necessitam diariamente os trabalhadores não são providos em quantidade necessária para suprir a carência sempre que haja demandas durante a safra. Plancherel et al (2010, p. 11) comprovaram em seu estudo que:

[...] os instrumentos de trabalho passam por um processo de precarização, a saber, sua utilização em condições não apropriadas que acabam por intensificar a atividade do corte da cana. Nas pesquisas empíricas, alguns canavieiros nos relataram serem os responsáveis pela reposição de seus instrumentos de trabalho, como no caso da lima, e nesse sentido, como não são capazes de fazer a manutenção necessária destes instrumentos, devido o custo, eles acabam por diminuir a utilização das limas para que as mesmas durem por mais tempo.

No caso dos cortadores de cana entrevistados, 64,29% informaram que houve a troca rápida dos EPI's e 35,71% disseram que isso não aconteceu. O depoimento de um trabalhador empregado em 2016 confirma essa última situação:

Eu usava, mas as vez faltava. [...] Agora pra dar outra vez só quando esbagaçava [...] Pra trocar era um sacrifício. Andava com a luva rasgada, casaco não se fala, era tudo bagunçado (CORTADOR DE CANA 13).

De acordo com as entrevistas foi possível identificar que na safra de 2016 também ocorreu essa demora na reposição. Um dos cortadores de cana afirmou que leva cerca de uma semana para que os instrumentos de trabalho danificados sejam repostos e, enquanto isso, ainda permanecia trabalhando com os mesmos. Estes são os reflexos da falta de compromisso com a proteção do trabalhador rural que está exposto em pelo menos 8 horas de trabalho aos riscos desta complexa atividade, demonstrando que a NR 31 não está sendo, em partes, respeitada, colocando em risco o trabalhador rural.

Os sindicalistas entrevistados afirmaram que os acidentes de trabalho diminuíram significativamente após o uso obrigatório de EPI's preconizados pela NR 31, mas estes ainda acontecem no dia a dia de trabalho do cortador de cana. 85,71% dos cortadores de cana ressaltaram ter sofrido algum acidente de trabalho e apenas 14,29% não se acidentaram. 78,57% destes, afirmaram que quando ficavam doentes a usina/destilaria oferecia atendimento/assistência médica e os outros 21,43% não recebiam.

Quando da ocorrência de acidentes de trabalho, alguns cortadores de cana relataram que já receberam atendimento de primeiros socorros, mas que esta assistência médica demorava a ocorrer, como relatam respectivamente quatro cortadores de cana, um que estava empregado em 2010, outro em 2011 e dois em 2016:

Tinha não. Tinha que esperar mais ou menos de uma hora a duas horas pra poder a ambulância chegar (CORTADOR DE CANA 8).

Imediatamente não, mas com a demora de uma hora, uma hora e meia tinha. [...] ia pra São Miguel, ia diretamente pra São Miguel (CORTADOR DE CANA 5).

O cara falta morrer no campo [...] tem a ambulância, mas pra vim é um sacrifício (CORTADOR DE CANA 13).

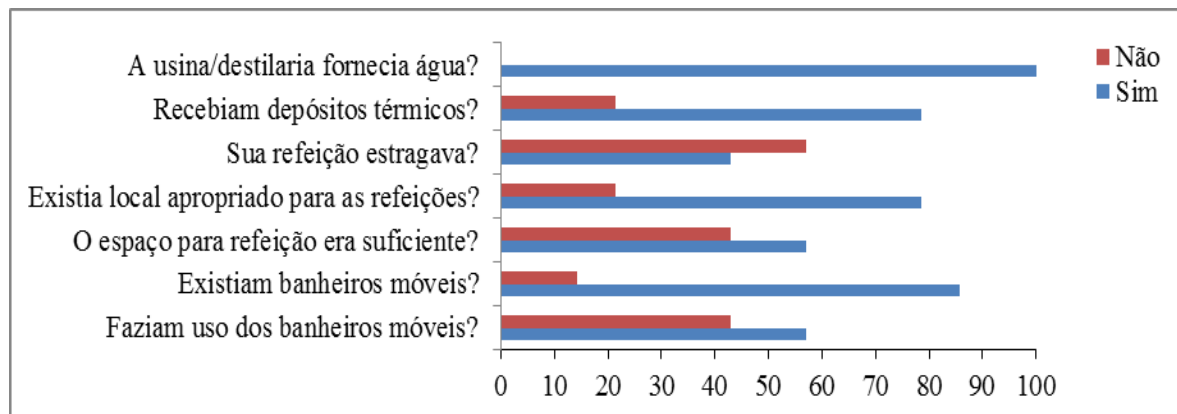
A palha da cana cortou o olho, [...] eu tive que vim pra usina. Tem não médico, não tinha, nem que tivesse mesmo, ele não atendia não, encaminhava para o HGE (CORTADOR DE CANA 10).

Isso demonstra o descumprimento dos primeiros socorros que deve ser prestados aos trabalhadores, preconizado na cláusula trigésima nona da convenção coletiva de trabalho de Alagoas de 2015/2016⁶⁸ (FETAG-AL, 2015, p. 13) que assegura nos locais de trabalho a presença de profissionais especializados, além de um transporte para levar imediatamente o trabalhador para a emergência:

As usinas/destilarias colocarão, nos locais de trabalho, além de equipamentos de primeiros socorros, pessoas com treinamento básico em primeiros socorros em casos de acidente e medicamentos variados para casos de indisposição, um veículo a postos para atendimento destes casos. Quanto aos fornecedores, serão estes responsáveis diretamente pelo transporte para atendimento dos mesmos casos acima, além da disposição de pessoas com treinamento básico em primeiros socorros e medicamentos para indisposição.

Já com relação à saúde do trabalhador, no que se refere a água, a alimentação, o local para a realização das refeições e o banheiro, vejamos no gráfico a seguir (gráfico 6) alguns resultados obtidos com as entrevistas:

Gráfico 6 – A saúde do cortador de cana



Fonte: Elaborada pela autora

⁶⁸ Também preconizada pelas convenções coletivas anteriores: 2011/2012, 2012/2013, 2014/2015.

Todas as usinas forneciam água aos trabalhadores, mas apenas algumas forneciam depósitos para o armazenamento tanto de água quanto de alimento. Nem todas as usinas forneciam água gelada, enquanto outras não tinham a prática de lavar os tanques tornando a água suja, como afirmam estes dois cortadores de cana que trabalharam na safra de 2016:

Dá água, só não dá gelada (CORTADOR DE CANA 10).

Rapaz a gente leva de casa, mas é pouca, né? Porque pra trabalhar o dia todinho num dá. Ela levava, [...] ela tinha lá, a gente botava num, num tanque de, dentro do carro [...]. Vez em quando que ela dava gelo, vez em quando. A água que tinha lá, ele nunca lavou a caixa que era cheia de, oxe! Tudo suja, cheio de lodo (CORTADOR DE CANA 13).

No caso dos depósitos térmicos, 78,57% receberam das usinas garrafas e marmitas para armazenar alimentos e água, enquanto que 21,43% não receberam. A alimentação não era fornecida pelas empresas, cabendo aos trabalhadores trazer de suas casas. Quando questionados sobre o recebimento da água, todos confirmaram receber da usina/destilaria, mesmo nem sempre estando gelada/fresca. Quanto à conservação da alimentação, 42,86% dos cortadores confirmaram que era comum estragar, o restante 57,14%, ressaltaram que permaneciam conservadas. Dois trabalhadores empregados respectivamente no ano de 2011 e 2014 enfocaram que:

Não, só a água. Apenas a água. Nem toda vez. [...] A alimentação muitas vezes estragava. E deram o depósito e a garrafa usada já. De outros trabalhadores foi que deram a gente. Já “tava” usada já, aí não conservava o alimento dentro (CORTADOR DE CANA 5).

O almoço mesmo era na marmita da gente e na bolsa da gente. Quem levava era a gente. Muitas vezes quando a gente fazia uma comida com verdura, muito temperada, se deixasse no sol aí azedava. Tinha dia que azedava, tinha dia que não azedava. [...] A gente sempre não levava uma comida só, né? Cortador de cana, ele anda preparado, né? Ele nunca leva uma comida só, né? Ele sempre leva um lanche [...] aí quando azedava eu comia o lanche (CORTADOR DE CANA 4).

Os sindicatos afirmam que a água é fornecida pelas usinas/destilarias, mas a comida são os trabalhadores que levam:

Tem água gelada. A alimentação eles levam, agora a empresa fornece as marmitas. Elas dão aquela marmita térmica, tudo bonitinho, aí a comida deles, eles colocam naquela marmita e a água é gelada. Eles, de manhãzinha no ônibus, lá no ponto de apoio, eles colocam aqueles sacos de gelo, dentro daqueles baldes do ônibus e é água gelada o dia todo (SINDICALISTA 4).

É de tamanha importância a fala do sindicalista, a seguir, quando discorre sobre a NR 31, especificamente sobre a água. Comenta a relevância do sindicato em fiscalizar o campo de trabalho para que a saúde do trabalhador seja preservada.

Hoje existe a NR 31, que é a norma que regulamenta tudo isso. O papel do sindicato é pegar a norma e ver se eles estão cumprindo. Se a água é uma água de qualidade, se [...] ele tá dando o recipiente pra ele carregar, porque hoje a gente não pode nem ver botar numa garrafa de plástico. Antigamente o pessoal carregava até em garrafa de veneno, né? Mas a gente tem que ter, a empresa tem que dar [...] aquele recipiente térmico ao trabalhador, [...] tem que fazer reposição no local de trabalho. Essa reposição a gente tem que ter cuidado em como ele é carregado porque hoje a gente não pode carregar em qualquer tanque, tem que ser um tanque térmico [...]. A reposição de gelo também. A norma regulamentadora diz que é água fresca, potável e fresca (SINDICALISTA 2).

Outro ponto questionado aos cortadores de cana foi com relação ao espaço apropriado para as refeições; geralmente é feito com um toldo na parte externa do ônibus com mesas e cadeiras. 78,57% dos entrevistados afirmaram que havia este espaço e 21,43% confirmaram que não havia. Dos que relataram a existência das mesas e cadeiras 57,14% enfocaram que o local era suficiente para abrigar todos os trabalhadores e 42,86% disseram que não comportava a todos, tendo que fazer algum tipo de abrigo para se protegerem do sol e se alimentar, como nos confirma o relato de um trabalhador que estava empregado em 2011:

No meu tempo não. Tinha que se esconder dento das mata. Era, ou achava um [...] ou fazia um ranchinho (CORTADOR DE CANA 5).

No que diz respeito aos banheiros móveis, 14,29% alegaram não haver e 85,71% dos trabalhadores confirmaram a existência destes; todos ressaltaram que eram de lona, mas nem sempre com vaso e pia. 57,14% utilizavam o banheiro, os outros 42,86% não faziam o uso dele para não perder tempo de trabalho, uma vez que estes ficavam distantes do local em que estavam cortando cana, e até mesmo afirmaram que estavam instalados apenas para “enfeitar”. Alguns usavam de vez em quando, enquanto outros faziam suas necessidades no próprio canavial como foram relatados por dois trabalhadores, empregados respectivamente em 2008 e 2016:

Mais ou menos, né? Eles botam uma piazinha no lado de fora, um vasozinho, cava um buraco. (CORTADOR DE CANA 6).

Tem. O banheiro é de lona. [...] de vez em quando porque ficava longe aí eu não queria. Não era aquelas coisas, mas dava pra usar, né? (CORTADOR DE CANA 10).

Dessa forma, o local onde os cortadores de cana trabalham e convivem diariamente é permeado muitas vezes pela ausência de condições adequadas para o armazenamento dos depósitos de alimentos e de garrafas de água e de café, ausência de local para a realização das refeições e também das necessidades fisiológicas (ALESSI; NAVARRO, 1997). No caso dos cortadores de cana em Alagoas, tem sido comum eles mesmos criarem estratégias para melhorar o seu bem estar no trabalho que vão desde a criação de abrigos para a alimentação até a utilização de outros tipos de alimentos que não se deterioram facilmente, a exemplo, lanches industrializados como uma alternativa no caso do almoço estragar.

Todas essas questões evidenciam que um ambiente que não oferece condições de trabalho traz sérias consequências para a qualidade de vida e saúde dos trabalhadores. Há a pressão do capital agroindustrial que impõe ao trabalhador uma maior duração do trabalho em um ritmo intensificado, cuja pressão degrada a saúde dos cortadores de cana, principalmente os que já possuem idade elevada e não conseguem acelerar o ritmo de trabalho. (PLANCHEREL et al, 2011).

No caso dos cortadores de cana alagoanos, isso significa dizer que onde há o avanço do capital agroindustrial canavieiro há também o avanço da sua exploração e consequentemente o aumento dos impactos negativos para os direitos. As irregularidades não cessam e os trabalhadores tendem a adentrar em um ciclo que permite o encurtamento de suas próprias vidas na medida em que lutam para se manter vivos na dinâmica desumana e perversa do trabalho nos canaviais.

3.4 O transporte dos trabalhadores

Os cortadores de cana entrevistados não ficavam em alojamentos no período em que estavam empregados no corte da cana e o transporte até o local de trabalho se dava através de ônibus. Alessi e Navarro (1997) salientam que é possível observar as condições de trabalho dos cortadores de cana já a partir do tipo de transporte utilizado, que muitas vezes se caracteriza por ser inapropriado e sem manutenção, o que provoca acidentes e mortes aos trabalhadores.

Nessa pesquisa, constatou-se que 92,86% dos entrevistados não usavam cinto de segurança no momento do deslocamento tanto para a usina/destilaria como para as suas residências, pois não havia exigência dos fiscais quanto a isto; além de que alguns ônibus não possuíam cinto. Apenas 7,14% faziam o uso. Com isso, ficam evidentes os riscos que estes trabalhadores sofrem durante o período de deslocamento.

Quando questionados sobre as condições do transporte que conduzia os trabalhadores, percebemos que os sindicatos estão cientes da realidade de cada região que estão inseridos, conforme depoimentos a seguir:

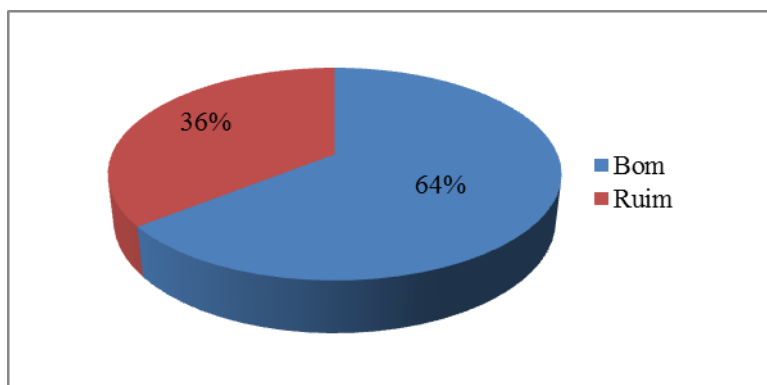
Quem tá na usina vai de ônibus. Agora clandestino, geralmente é outro tipo de transporte. [...] eu acho que deve ter alguns que não estão ok [...]. Mas eu acho que a maior parte tá legalizado (SINDICALISTA 7).

Semana passada eu cheguei, aí o ônibus tava com o pneu meio careca, aí o trabalhador me disse: ói dona [...] aí eu fui lá falar com o fiscal [...] aí ele disse: não a gente já providenciou, é tão tal que agora a gente não tá nem botando esse pessoal pra cortar cana, que pegue BR, tá só na estrada de barro, justamente por causa do pneu. [...] Mas na outra semana já tava tudo ok. Água potável, tudo direitinho, com tanque, tudo direitinho. [...] Aquela empanada que tem deles almoçar, cadeira, mesa, tudo eles tem (SINDICALISTA 4).

Todo dia vai, todo dia vem, não tem alojamento mais. Já encontramos irregularidades na época e nós até paramos. [...] Atualmente tá em dia, tá em ordem porque tem água portátil”. [...] nos anos de 2012 nós encontramos muitas irregularidades (SINDICALISTA 6).

No que se refere ao estado de conservação dos transportes, alguns trabalhadores afirmaram que os ônibus não eram novos e/ou não estavam bem conservados. Podemos visualizar no gráfico 7 a opinião dos trabalhadores quanto a essa questão:

Gráfico 7 – A conservação dos ônibus na opinião dos cortadores de cana



Fonte: Elaborada pela autora

A respeito da conservação dos ônibus, dois cortadores de cana, respectivamente empregados nos anos de 2011 e 2014 informaram que:

Vou de ônibus. A gente sofreu um acidente também [...] o péssimo estado que ele, o ônibus tava (CORTADOR DE CANA 5).

Trabalhava de ônibus. [...] sempre mudava de ônibus. Tinha ônibus bom da gente ir, mas tinha uns ônibus que ia batendo demais. Eram vários ônibus.

[...] não tinha sintoma de segurança. Ele passava na vistoria direto, os ônibus passava (CORTADOR DE CANA 4).

Percebemos, com isto, que mesmo os transportes sendo vistoriados ainda há infrações. Outro ponto negativo relatado por 21,43% dos cortadores entrevistados foi o fato das ferramentas serem transportadas no interior do ônibus junto com os trabalhadores, o que mostra um caso de infração da empresa, os outros 78,57 transportavam na mala. De acordo com a NR 31, esses equipamentos (facões/foices) não podem ser levados no mesmo espaço que os trabalhadores, pois em caso de acidente de trajeto, podem acontecer fatalidades. Um trabalhador, empregado na safra de 2014, esclareceu que já levou instrumentos de trabalho próximos a ele, mas que isso mudou posteriormente. “Dentro do ônibus. Quer dizer, teve um tempo que a gente levou dentro, outra vez foi obrigado a colocar embaixo, da mala. Foi proibido.” (CORTADOR DE CANA 4). Tal mudança pode ter relação com as fiscalizações que foram feitas pelos órgãos públicos, dentre eles MPT e MTE.

3.5. A atuação do sindicato dos trabalhadores rurais na perspectiva dos sindicalistas

Conforme informações adquiridas junto às lideranças dos sete sindicatos dos trabalhadores rurais participantes da pesquisa, seus principais objetivos são: fiscalizar o cumprimento das convenções coletivas de trabalho e dos acordos coletivos de trabalho; participar de mobilizações junto aos trabalhadores; realizar reuniões com os trabalhadores; fiscalizar o cumprimento de direitos e deveres; mediar a relação usina/trabalhador; realizar visitas no campo e acompanhar a situação dos trabalhadores, inclusive do cortador de cana. Algumas imagens das fiscalizações sindicais podem ser visualizadas no anexo B.

As lideranças entrevistadas informaram que atuam diretamente em questões que envolvem pagamento de salários; horas extras; pesagem/medição da cana; recebimento e troca de EPI's e instrumentos de trabalho; acidentes de trabalho; doenças ocasionadas pelas atividades desenvolvidas; negociações coletivas; reivindicações dos trabalhadores; alimentação e água⁶⁹.

Também afirmaram que a luta sindical se efetiva para que a CF, a CLT, a NR 31 e a convenção coletiva de trabalho sejam cumpridas, embora encontrem muitos obstáculos para isso. Alguns desses obstáculos são a abrangência dos territórios, como também a falta de posicionamento e denúncia dos trabalhadores quanto a possíveis irregularidades existentes.

⁶⁹ Não foram citados os alojamentos para os cortadores de cana, pois os sindicalistas afirmam que em suas áreas de abrangência não existem mais e que praticamente em todo o estado estes já foram desativados. Segundo estes sindicalistas os alojamentos que existem são para outras categorias de trabalhadores.

Essa ausência de denúncias se dá, segundo um dos sindicalistas, pelo receio que os trabalhadores sentem em perder o emprego.

Às vezes também o trabalhador não fala, entendeu? [...] Aí quando a gente do sindicato chega lá, aí tem uns que fala, tem outros que não fala, entendeu? E principalmente agora [...] do jeito que tá a situação de emprego. Aí eu vou [...] e aí como é que tá a bota? Aí ele diz tá tudo bem (SINDICALISTA 4).

Essa ausência de denúncias por parte dos trabalhadores pode ocorrer também pelas próprias características da formação social do estado alagoano e que ainda permeiam os dias atuais, principalmente no que diz respeito à violência contra o trabalhador rural que envolve desde ameaças até a própria morte. Um estudo bastante elucidativo sobre a temática foi realizado por Albuquerque (2009, p. 106), quando ele cita que:

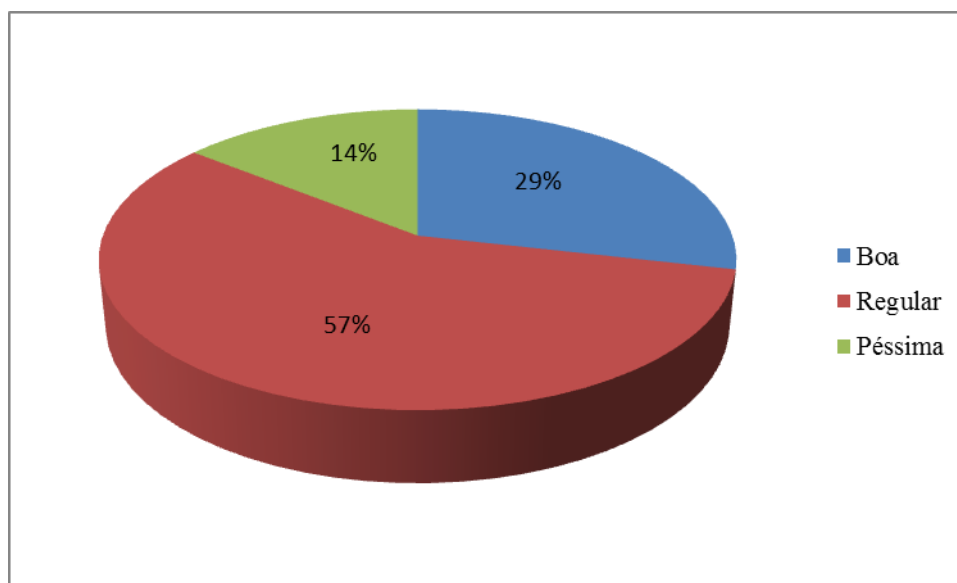
A violência tem sido um recurso fartamente utilizado pelas elites alagoanas quando o seu domínio está sob risco. São inúmeros os fatos relatados por trabalhadores e noticiados pelos veículos de comunicação, quase todos encobertos sob o mais escandaloso manto da impunidade e da cumplicidade dos poderes constituídos. O uso sistemático da violência explica, em parte, porque não há em Alagoas uma tradição de luta no Estado e nem de forte organização dos trabalhadores rurais ou urbanos.

A violência é direcionada não apenas para aqueles trabalhadores que lutam pela reforma agrária, mas também para os que denunciam o patrão na justiça do trabalho pelo não cumprimento dos direitos trabalhistas. Isso ocasiona perseguições e mortes, o que se caracteriza como uma forma de dominação sobre o trabalhador. Albuquerque (2009) relata que, em geral, os praticantes de tais atrocidades são pistoleiros e policiais que cumprem essa função quando contratados tanto por fazendeiros quanto por usineiros. Outro recurso que não é a violência física é a criação de um banco de dados que informa se o trabalhador teve ações ajuizadas contra as empresas, o que o impossibilita de ser contratado futuramente.

Um pequeno ou médio proprietário sente fortemente o resultado de uma ação trabalhista. Dependendo do valor a ser pago como indenização, o proprietário pode ver suas finanças desestabilizadas ou até ser forçado a vender um bem para pagá-la. Por isso, numa realidade de extrema impunidade, parece mais fácil o emprego da violência como meio para a solução de uma dívida trabalhista. Contudo, a violência contra trabalhadores não é praticada apenas por pequenos e médios produtores rurais. São muitos os casos em que as usinas estão envolvidas. Além do mais, a impunidade é diretamente proporcional ao poder aquisitivo do mandante do delito. Sendo mais claro: quanto maior o poder econômico do criminoso ou do mandante do crime, mais chances têm um crime de ficar impune (ALBUQUERQUE, 2009, p. 107).

Diante disso e de outros fatores, a tendência do trabalhador é aceitar as condições de trabalho que lhes são impostas por receio de ser alvo de violência e perseguições. Na opinião da maioria dos sindicalistas, como vemos no gráfico 8, os cortadores de cana em Alagoas não estão vivenciando condições de trabalho dignas, pois é um trabalho degradante, exaustivo e que traz muitos reflexos negativos para a vida do trabalhador, mas não se percebe reações para que elas sejam modificadas.

Gráfico 8 – As condições de trabalho dos cortadores de cana em Alagoas na opinião dos sindicalistas



Fonte: Elaborada pela autora

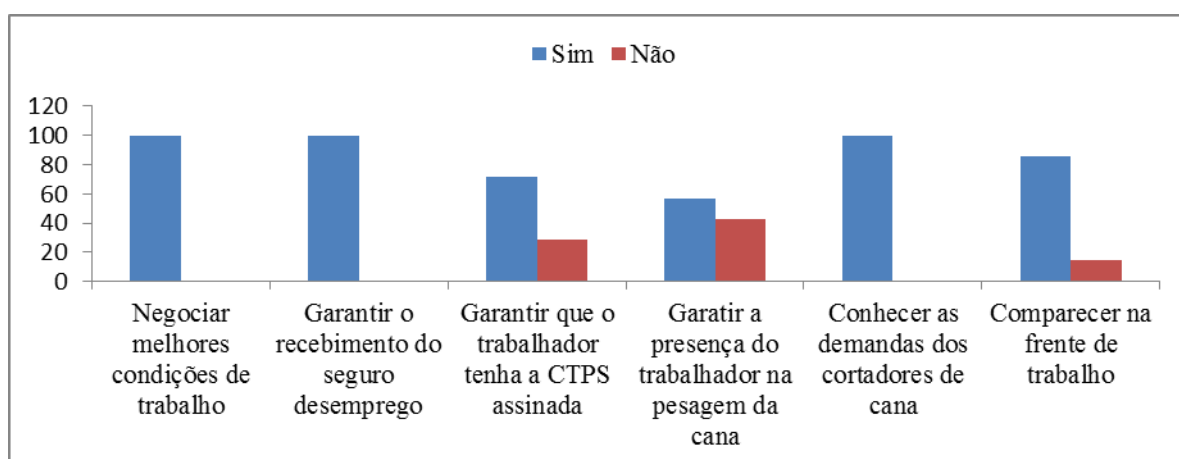
A fiscalização das condições de trabalho dos cortadores de cana se dá nos canaviais, diretamente no local de corte, conhecido como frente de trabalho, como também nas próprias usinas/destilarias. Além de observar e fiscalizar o trabalho dos cortadores de cana, os sindicalistas afirmaram conversar com os trabalhadores enquanto executam suas atividades. Fiscalizam também a questão dos EPI's e instrumentos de trabalho, observando se há a necessidade de reposição.

Todos os sindicalistas afirmaram que essas fiscalizações ocorrem toda semana ou sempre que haja demandas. Isso é um aspecto extremamente positivo, pois demonstra o compromisso e a importância do sindicato para que os direitos, não apenas trabalhistas, sejam efetivados. 57,14% dos sindicalistas entendem que o papel fiscalizador dos sindicatos garante que os cortadores de cana tenham boas condições de trabalho; 28,57% afirmaram que mesmo havendo as fiscalizações, os sindicatos apenas garantem, em partes, que essas condições

sejam satisfatórias e os outros 14,29% afirmaram que o sindicato não consegue garantir que as condições de trabalho sejam boas.

Para aproximar os trabalhadores da entidade, os sindicalistas dialogam com eles durante a rotina das fiscalizações, realizam reuniões, assembleias e faz todo um trabalho de sindicalização. 57,14% dos sindicalistas afirmaram que os trabalhadores do corte da cana frequentam a entidade, porém, 42,86% deles afirmaram que os trabalhadores não frequentam o sindicato, seja porque estão trabalhando ou apenas só sentem a necessidade de ir à instituição quando realmente precisam. Esclareceram que estão presentes no dia a dia dos trabalhadores, indo ao campo e conhecendo suas demandas. O gráfico 9 mostra o papel dos sindicatos quando envolve a fiscalização.

Gráfico 9 – Algumas questões que envolvem a atuação/fiscalização sindical



Fonte: Elaborada pela autora

As maiores reclamações dos cortadores de cana, segundo os sindicalistas, estão relacionadas à medição/pesagem de cana; EPI's/instrumentos de trabalho danificados e salários atrasados. Além disto, citaram a ocorrência de acidentes de trabalho, sendo mais comuns os cortes nas pernas, mãos e braços provocados pelos instrumentos de trabalho. Todas essas questões correspondem às falas dos trabalhadores entrevistados como sendo os principais problemas que enfrentam nos canaviais. Porém, um dos sindicalistas afirmou que os acidentes diminuíram muito em vista do uso dos equipamentos de proteção preconizados pela NR 31. Como confirma o depoimento seguinte:

Hoje quase nenhum porque antigamente era muito corte [...] na época minha mesmo, que eu fui trabalhador rural num tinha material, EPI's, né? Não tinha

bota, não tinha luva, hoje tem óculos, tem luva, tem os aventais. É quase raramente um acidente (SINDICALISTA 6).

Para atuar na melhoria das condições de trabalho dos cortadores de cana todos os sindicatos negociam com as usinas/destilarias sempre que necessário, e que geralmente isso ocorre no início da safra ou quando há irregularidades.

É mais no início da safra e quando é preciso. Agora em nível de estado é que a gente tem a negociação que é essa negociação coletiva (SINDICALISTA 2).

Sim. [...] Às vezes quando há necessidade, porque se ela cumpre, nós não tem negociação (SINDICALISTA 3).

Além da gente ter a convenção que já garante, isso a gente discute lá com as usinas direto, sabe? Quando há descumprimentos (SINDICALISTA 5).

A negociação coletiva está instituída na C.F de 1988, bem como na CCT e está contida nas definições da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que destaca “a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva”. Está preconizada pela Convenção nº 98 de 1948 que entrou em vigor internacionalmente no ano de 1951, sendo aprovada em 1952 no Brasil. É uma forma das entidades sindicais, junto aos trabalhadores e empresários/empregadores, regular seus conflitos em favor das duas partes. Sobre esta Convenção, resume Porto (2012, p. 18):

Essa Convenção protege os trabalhadores contra atos atentatórios à liberdade sindical em matéria de emprego, a organização de trabalhadores e empregadores contra ingerências uma da outra, além de promover o pleno desenvolvimento e utilização dos meios de negociação voluntária entre empregadores ou organizações de empregadores e organizações de trabalhadores com o objetivo de regular, por meio de convenções coletivas, os termos e condições de emprego.

É um processo político no qual envolve a elaboração de normas, ou seja, de acordos, portanto, pressupõe uma relação de poder que contribui para modificar as relações entre capital e trabalho. É com este mecanismo que são regulados os diferenciados conflitos na esfera das relações sociais de produção.

A negociação coletiva tem como propósito criar e recriar estratégias de regulação da relação capital-trabalho. Para tanto, este processo visa a estabelecer regras de compromisso, uma vez que as partes envolvidas apresentam racionalidades distintas e visam a objetivos também diferentes. Uma das características apresentadas por essas normas relaciona-se com a sua natureza temporária, dados a instabilidade e o dinamismo da própria relação capital-trabalho e da sociedade como um todo (BRITO et al, 2004, p. 56).

Essa negociação sindical é feita quando há um conflito entre patrões e empregados, quando há um descumprimento de direitos trabalhistas e nas relações de trabalho. Nesse sentido, Brito et al (2004) salientam que essas negociações só têm sentido quando há o reconhecimento dos conflitos, a aceitação da autonomia e da identidade e poder dos grupos com interesses diferenciados, envolvidos na relação capital/trabalho. É importante enfatizar que estas negociações não cessam nem as divergências e nem as desigualdades de poder, objetivam ser apenas uma estratégia de regulação trabalhista.

Portanto, as negociações coletivas são etapas prévias à celebração dos acordos coletivos de trabalho. Estes dois instrumentos sindicais são definidos assim pela CLT:

Art. 611 - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho”; “§ 1º É facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acórdos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho”. Estes não podem ter duração superior a dois anos conforme o § 3º do art. 614 (BRASIL, 1943).

Esse processo de conquista e de observância dos direitos é um aspecto positivo uma vez que acaba generalizando para diversos ramos produtivos e categorias de trabalhadores avanços trabalhistas (PORTO, 2012). Dessa forma, ressaltamos a importância destes acordos coletivos e das convenções coletivas que são efetivados pelos sindicatos rurais não apenas alagoanos, mas por todas as categorias sindicais dos diferenciados estados, principalmente se comprometida com a classe trabalhadora.

Porém, é preciso pontuar que não há pacificação dos conflitos em decorrência dos acordos coletivos, não são estes que mudará a condição de explorados dos trabalhadores, é preciso ir, além disto. Fazem-se necessárias mobilizações e luta dos trabalhadores, pois, mesmo com estabelecimento desses acordos e convenções coletivas as condições trabalhistas, como no caso as de Alagoas, ainda são problemáticas. Estes instrumentos são mecanismos de controle da luta de classes tendo como intermediação os sindicatos.

Nesse sentido, a luta sindical deve ser constante no intuito de procurar defender os trabalhadores. Quando questionados sobre as condições de trabalho dos cortadores de cana em Alagoas, 71,4% dos sindicalistas afirmaram que são melhores do que em outros estados, enquanto que 28,6% responderam que as condições de trabalho são semelhantes em todos os estados brasileiros em que existe a monocultura açucareira. Vejamos as opiniões diversas:

Se é pior? Eu acho que não. É a melhor (SINDICALISTA 4).

Na minha experiência, quando os meus colegas viajam dizem que lá é melhor do que aqui [...] lá ganham mais que aqui (SINDICALISTA 6).

Sempre os que saem daqui lá pra região sudeste eles dizem que lá é melhor (SINDICALISTA 5).

Eu acho que de modo geral é uma coisa só. Eu acho. É igual (SINDICALISTA 7).

Dessa forma, sob o olhar dos sindicalistas, os sindicatos dos trabalhadores rurais conhecem as demandas e necessidades dos cortadores de cana na medida em que atuam para fiscalizar os direitos trabalhistas e afirmam que a situação do cortador de cana melhorou após as lutas sindicais se tornarem mais frequentes, e também diante do papel fiscalizador dos órgãos estatais. Porém, estas condições de trabalho ainda não são ideais e as leis trabalhistas nem sempre são respeitadas pelos usineiros.

Um dos sindicalistas⁷⁰ confirmou que as condições de trabalho dos cortadores de cana em Alagoas são ainda bastante precárias e sofridas. Diferente desta opinião, os outros sindicalistas apontaram que há perspectivas de melhora, sendo que para isso, se faz necessário:

Que tenha mais um salário digno, de qualidade, porque ainda não supera a necessidade do trabalho (SINDICALISTA 3).

Era hoje o trabalhador ter, assim, um plano de saúde, participação de lucros e resultados, as usinas pagarem mais em dia e fazer seus recolhimentos [...] em dias, isso eu tô falando no geral, sabe? [...] porque tem algumas aí que o trabalhador tá trabalhando e não tá recebendo em dias, não tá sendo recolhido seus encargos sociais, entendeu? (SINDICALISTA 2).

Pra melhorar? [...] o governo fazendo um trabalho em cima disso aí. Seria essencial pra isso [...] fiscalização (SINDICALISTA 7).

Pra ser sincera, pra melhorar [...] os trabalho dos cortador de cana, não sei nem te dizer, viu? Porque é um trabalho tão esforçado, um trabalho tão ruim, eu não sei o que seria bom pra melhorar (SINDICALISTA 4).

Esse trabalho contínuo que a gente faz diariamente e tentar é, ter esse diálogo com os patrão para que não sejam negados os direitos do trabalhador (SINDICALISTA 5).

O sindicato deve fazer e atuar mais é em cima de salário pra eles (SINDICALISTA 6).

⁷⁰ Esse sindicalista (1) não autorizou a entrevista gravada em áudio, apenas a realização do formulário. Por isso, não foi citada diretamente a sua fala.

Dessa forma, vemos o quanto é importante que os sindicatos dos trabalhadores rurais estejam atentos para as demandas dos trabalhadores e que principalmente estejam atuando combativamente para melhorar as condições de trabalho destes cortadores de cana no estado de Alagoas, principalmente almejando conquistar novos direitos. É necessário ir além das imposições dos empregadores e conquistar espaços mais abrangentes para os trabalhadores rurais, especialmente os cortadores de cana, na arena da luta capital-trabalho.

3.6. O sindicato dos trabalhadores rurais na perspectiva dos cortadores de cana

A maioria dos trabalhadores entrevistados (85,71%) contribuiu de forma espontânea para o sindicato dos trabalhadores rurais da região na qual estavam empregados na última safra em que trabalharam, os outros 14,28% não sabiam ou não haviam autorizado o desconto. Um cortador de cana que trabalhou na safra de 2013 salientou que não tinha conhecimento da sua contribuição. E outro que trabalhou em 2016 afirmou que já vinha descontado da folha de pagamento sem o seu conhecimento prévio e autorização. A contribuição do trabalhador para a entidade sindical, apesar de regulada pela Convenção Coletiva de Trabalho (2015-2016), é facultativa, conforme consta na referida Convenção (FETAG-AL, 2015, p. 15):

Fica autorizado o desconto de 3% (três por cento) do salário-base convencionado e reajustado, de acordo com a forma de pagamento efetuada, para o sindicato da base territorial do município, como Contribuição Social dos trabalhadores rurais abrangidos nesta Convenção Coletiva de Trabalho, desde que devidamente autorizado por escrito pelo(a) trabalhador(a) associado(a). A empresa deverá efetuar o repasse para o Sindicato até o prazo máximo de 05 (cinco) dias após o desconto no salário do trabalhador. Havendo modificação do citado percentual, mediante Assembléia, o Sindicato respectivo enviará Ata da Assembléia à empresa, para as devidas providências.

De acordo com 35,71% dos cortadores de cana o sindicato tem sido presente nas frentes de trabalho, sendo um meio importante para que os direitos dos trabalhadores sejam efetivados. Esses trabalhadores ressaltaram que sempre que precisam o sindicato contribui para ajudá-los. Três depoimentos de trabalhadores empregados em 2008, 2014 e 2015 mostram isso:

Tá. Sempre aparece. Pergunta como é que tá os pagamento, tudo certinho (CORTADOR DE CANA 2).

[...] Todo dia, todo dia tava lá, todo dia. Chegava lá, ele tava lá (CORTADOR DE CANA 9).

Sempre. [...] Eu sei que precisava de remédio, dentista, eles ajudavam. Assim, eu precisei [...] de remédio no sindicato pra minha filha, eles [...]

atenderam, ajudaram [...] mas pra mim mesmo só dentista uma vez (CORTADOR DE CANA 6).

Como vimos no tópico anterior, as soluções sindicais para os problemas dos canavieiros de alagoas se dão mais através de acordos coletivos que propriamente através de confrontos diretos com os usineiros. Isso é explicado por Albuquerque (2009), quando afirma que em Alagoas os sindicatos rurais são, em sua maioria, controlados e comprometidos com o patronato, bem como com as elites políticas e conservadoras. Na medida em que estes sindicalistas tentam escapar da tutela das grandes empresas são fortemente perseguidos e até mesmo vítimas de crime.

Em Alagoas, a luta por direitos na região canavieira tem especificidades que precisam ser conhecidas. A articulação política e a organização de classe não foram e não são características marcantes dos trabalhadores canavieiros do Estado. A luta por direitos é fortemente marcada pela ação individual do trabalhador que, via sindicato ou por intermédio de um advogado particular, ingressa na justiça do trabalho para reclamar que sua carteira não foi assinada pelo patrão, que horas-extras, o décimo terceiro salário e ou férias não foram pagas, etc. Outra particularidade dos conflitos na região canavieira é que, num período mais recente, eles acontecem no âmbito da justiça do trabalho, ou seja, foram institucionalizados sem que necessariamente tivessem assumido feições de movimento sindical (ALBUQUERQUE, 2009, p. 103).

A questão da judicialização das questões trabalhistas é algo que tem se tornado muito comum e uma forma de fortalecer a presença dos sindicatos junto às suas bases, uma vez que servem de intermediários (muitas vezes oferecendo serviços jurídicos aos associados) entre o patrão e a justiça do trabalho. Outro aspecto relevante a ser considerado é a continuidade do papel assistencialista dos sindicatos através da disponibilização de serviços odontológicos, médicos, farmacêuticos etc. Esse ainda é um elemento forte em alguns sindicatos dos trabalhadores rurais e representa um resquício da época da ditadura militar, propagada pelo Estado, que promoveu em 1964 uma destituição de seu caráter político e ideológico. Assim, mesmo:

passado o período do Golpe Militar, as questões assistencialistas, continuaram sendo o foco central das ações do sindicato, que se manteve atuando na perspectiva de atender ao trabalhador rural como: transporte para viagens ao médico, tratamento odontológico e assistência jurídico. Essa prática assistencialista prende o trabalhador rural associado ao sindicato rural, uma vez o que o mesmo se encontra despossuído de garantias políticas sociais (SILVA, 2004, p. 25).

O caráter assistencialista do sindicato rural contribuiu para a não compreensão dos sindicalizados sobre os reais objetivos de representação sindical, disseminando-se uma

confusão entre o caráter assistencialista e de representação de classe. Segundo Silva (2004), isso provoca a legitimação dos sindicatos rurais perante os trabalhadores ao mesmo tempo em que se esconde e se ignora o seu poder de mobilização, e isso significa que “[...] o trabalhador da palha da cana torna-se ainda mais dependente e, explorado ideologicamente” (SILVA, 2004, p. 26). Em Alagoas, é difícil a situação econômica dos trabalhadores que vivem do corte da cana, o que contribui para legitimar as práticas assistencialistas dos sindicatos rurais e para fortalecer a dependência dos trabalhadores aos sindicatos.

Esse papel assistencialista acaba contribuindo também para que as usinas/destilarias não sejam totalmente contra o trabalho desenvolvido pelos sindicatos, uma vez que vê nesta instituição e nestes serviços uma forma de atenuar conflitos e de disseminar as regras das empresas para os trabalhadores. Entretanto, esse reconhecimento só ocorre, como bem indica Scopinho (2000, p. 107) “[...] quando o sindicato se limita a ser um parceiro da empresa na concessão de alguns benefícios sociais que ajudem na reprodução adequada dos trabalhadores”, ou desde que “[...] os seus projetos e práticas sejam isentos de conteúdos contrários aos da empresa”. Para as empresas, “[...] os sindicatos apenas são reconhecidos [...] quando pactuam e se harmonizam com os objetivos empresariais, desempenhando funções predominantemente assistencialistas e paternalistas”.

Isso pôde ser constatado quando um dos trabalhadores entrevistados elogiou a usina em que trabalhou em 2014 e 2015, afirmando que a relação entre usina e sindicato era positiva, visto que sempre que necessário o sindicato estava presente, conhecendo as demandas dos trabalhadores e solucionando-as em acordo com a usina, não havendo conflitos. Nesse caso, o trabalhador relatou que o sindicato investigava se o trabalhador tinha alguma necessidade no trabalho:

É, sempre tava lá. O de lá sempre fazia presente, né? Porque a [USINA X], ela exige muito, né? E os povo, o pessoal que trabalha junto com a gente, tanto do sindicato [...] eles manda ir pra investigar [...] se o trabalhador tá trabalhando bem, essas coisa e tudo mais. Não tá passando isso e aquilo (CORTADOR DE CANA 4).

Há também aqueles trabalhadores que não estão de acordo com a postura do sindicato (64,28%), pois, relatam que apesar de contribuírem, a instância sindical não se faz presente na vida do trabalhador e nem conhece suas demandas e necessidades. Quando questionados sobre o contato que tem com o sindicato ou se o sindicato está presente na frente de trabalho, alguns trabalhadores que estavam empregados nas safras entre 2010 e 2016 relataram que:

Não. [...] Só vinha descontado no contracheque (CORTADOR DE CANA 8).

No tempo que eu tava trabalhando eu pagava o sindicato. Hoje é que não pago. Não, nunca, nunca teve lá, nunca compareceu (CORTADOR DE CANA 5).

Não, nunca tive não, não vou mentir. [...] Não iam não (CORTADOR DE CANA 11).

A gente foi quando eu fui pegar a carteira. Entregar a carteira e pegar, só isso. Depois não tive não contato mais. Mas teve alguns meninos que quando não recebeu o seguro desemprego, recebia o direito do sindicato [...] sempre tinha isso aí (CORTADOR DE CANA 12).

Vou. Mas eles não ajudam não. Só pra extrair um dente, às vezes, quando o dentista, se o dentista tiver aí trabalhando, mas se ele não tiver não ajuda em nada mais. [...] Vai na usina e volta só, vai no serviço não (CORTADOR DE CANA 10).

[...] nunca apareceu. Nunca, nunca. [...] Eu pago o sindicato, agora, [...] eu não sei nem quem é esse cara. Nunca foi pro campo, nunca foi pra nenhum canto. [...] Se fosse por a gente, a gente não pagava não. [...] nenhum queria pagar não (CORTADOR DE CANA 13).

Também foi constatado que um dos entrevistados que trabalhou na safra de 2011 nunca chegou a contatar o sindicato, pois segundo ele isso não foi necessário: “Eu nunca precisei deles não. [...] Vê eu vi, que ele trabalha aqui” (CORTADOR DE CANA 7). Isso mostra que há uma tendência dos trabalhadores em frequentar o sindicato apenas quando ocorre determinado tipo de situação, quando há um direito não respeitado, ou alguma necessidade a ser respondida.

Essa dificuldade de contato mais direto com a base, ou seja, com aqueles que estão diretamente no processo produtivo, ocasiona a fragmentação da luta e acaba beneficiando a classe dominante. Com isso, pode prevalecer a ausência da postura de confronto e enfrentamento dos sindicatos e se legitimar as práticas assistencialistas tanto do sindicato como do patronato (usineiros) em face ao trabalhador rural. Essa postura faz com que o sindicato rural se torne “[...] tão repressor quanto o patrão, pois, essa prática não vem a contribuir para a conscientização do trabalhador rural sobre sua realidade de vida” (SILVA, 2004, p. 29).

Por outro lado, também é importante salientar que o momento em que se vive com mudanças no mundo do trabalho traz sérias consequências para o enfraquecimento e fragmentação da participação do trabalhador no sindicato. O processo de reestruturação produtiva, a inserção do Brasil no mercado globalizado, entre outros, provocaram a partir dos anos de 1990 elevados níveis de desemprego, aumento de contratos temporários e precários,

do trabalho informal, expansão da terceirização, queda de salários, surgimento de premiações, o disciplinamento do trabalho, implementação de índice do desempenho do trabalhador, surgimento de inovações tecnológicas, exigência de novos padrões de qualificação, maior rotatividade no mercado de trabalho, e como consequência uma maior fragmentação sindical, dificuldades nas negociações coletivas, diminuição dos índices de sindicalização, entre outros (IAMAMOTO, 2001; MELLO, 2002; CARVALHO, 2007; AMÂNCIO E ANHUCCI, 2009; SANTOS, 2010; PORTO, 2012). Tudo isso repercute no processo de mobilização e de participação dos trabalhadores na área sindical, uma vez que a luta tem se dado no sentido de garantir o emprego, mesmo que às vezes em condições aviltantes, como se observou em alguns depoimentos dos cortadores de cana.

Essa lógica acaba gerando trabalhadores comprometidos com seus empregos diante da ameaça da demissão, pois não têm estabilidade no mercado de trabalho. No caso dos cortadores e de acordo com os depoimentos, o maior comprometimento tem sido mesmo é preservar o mínimo para a sobrevivência, mesmo diante de todo processo de produção perverso a que estão submetidos. A luta sindical passa ao largo de seus projetos de vida. O imediato se sobrepõe sobre qualquer perspectiva de se contrapor aos ditames do capital.

Dessa forma, ainda que as lideranças sindicais tenham afirmado que tinham conhecimento a respeito das demandas e anseios dos cortadores de cana e que lutam pela melhoria das suas condições de trabalho, boa parte dos trabalhadores entrevistados não consegue dar destaque ao seu papel reivindicativo, ao contrário criticaram a sua ausência nas frentes de trabalho e realçaram o seu papel assistencialista.

Não há dúvida de que os sindicatos não poderão dar conta de todas as problemáticas dos trabalhadores inseridos no processo produtivo, porém, tem que construir junto com eles a representação de classe e lutar pela superação da exploração e pela efetivação de direitos (SILVA, 2004). Para tanto, é fundamental que o trabalhador rural tenha clareza do papel de representação do sindicato, inclusive do significado que tem a contribuição sindical, desconhecida por boa parte dos entrevistados. Uma maior aproximação com a base é fundamental para demonstrar o verdadeiro papel do sindicato, ou seja, o de fiscalizar, denunciar, lutar sempre com o propósito de conquistar, garantir e consolidar direitos.

De forma geral, os dados resultantes da pesquisa empírica mostraram diversas facetas vivenciadas pelo cortador de cana no sentido de garantir o mínimo para a sua sobrevivência. Inseridos em um sistema cuja lógica produtiva privilegia o pagamento por produção, submetem-se às condições de trabalho que os levam a trabalhar por longas horas ou de forma

intensa, a desenvolverem problemas de saúde, a não terem garantidos direitos fundamentais, a exemplo de um salário digno, de horas justas para um descanso remunerado etc. O corte da cana é uma atividade perversa e que gira em torno da lucratividade dos donos dos meios de produção.

O trabalho desenvolvido pelos órgãos públicos, apesar da sua importância ainda é ínfimo diante das situações aviltantes de trabalho a que os cortadores de cana são submetidos. Sem dúvida que a operação Zumbi dos Palmares repercutiu positivamente para alertar os usineiros no sentido de que era necessário rever as condições de trabalho dos cortadores de cana. Se comparadas as situações elencadas durante a referida operação com os resultados aqui apresentados, mesmo que ainda com pequenas progressões, houve algumas melhorias no uso de transporte e EPI's e a instalação de banheiros químicos, apesar de continuarem difíceis as condições de vida e saúde desses trabalhadores.

Considerações finais

Com este estudo procurou-se demonstrar que as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar no Brasil e particularmente em Alagoas são degradantes, na medida em que esses trabalhadores estão inseridos na dinâmica do capital agroindustrial canavieiro que tende a explorar os trabalhadores rurais.

Para percorrer o percurso teórico e empírico desse estudo foram necessários três caminhos: debater sobre a formação brasileira bem como alagoana, ressaltando-se os aspectos histórico-sociais e político-econômicos que particularizam o país no que diz respeito à implantação da monocultura açucareira, aspectos estes que configuram traços específicos para o mundo do trabalho rural; compreender as condições de trabalho dos cortadores de cana no Brasil e em Alagoas e os mecanismos estatais de fiscalização dos direitos trabalhistas; e por último, a realização da pesquisa de campo na região específica de Jequiá da Praia, em Alagoas para demonstrar as especificidades da situação trabalhista atual dos cortadores de cana.

Inicialmente, convém pontuar que ao tratar da formação do Brasil ficou evidente que a via de desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro se deu por meio do capitalismo mercantil colonial e não do feudalismo como ocorreu nos países da Europa. Esse tipo de capitalismo foi se configurando através da ocupação de terras e implantação da grande propriedade fundiária, da monocultura açucareira e do trabalho escravo baseado na *plantation*, sempre com o objetivo de atender a economia da metrópole Portugal e das metrópoles da Europa através da exploração/exportação dos produtos brasileiros, tendo como destaque o açúcar. Priorizou-se uma ocupação do solo que teve como foco a distribuição/divisão das terras em grandes lotes a colonos ricos, com grande influência e poder econômico, suficiente para implantar a monocultura açucareira e o trabalho escravo, transformando o Brasil no país de latifúndio exportador.

A principal base agricultável aqui implantada e desenvolvida entre os séculos XVI e XIX foi a monocultura açucareira, atingindo a costa do país e principalmente a Região Nordeste. Primeiro se desenvolveram os engenhos no século XVI absorvendo enorme quantidade de mão de obra escrava, posteriormente com o impulso europeu para a modernização da produção agrícola surge no século XIX as modernas usinas, expandindo rapidamente a produção do açúcar no Brasil principalmente no Nordeste, tendo como base o trabalho assalariado.

Em Alagoas, esse processo econômico não se deu de forma diferente visto que o estado já nasce sob o signo do mandonismo oligárquico burguês, baseado na grande propriedade fundiária, no trabalho escravo e na exportação do açúcar. O engenho influenciou a economia e a política alagoana até o final do século XIX, dando seu lugar à implementação das modernas usinas para atender a demanda do mercado internacional do açúcar.

Evidenciam-se particularidades na formação político-econômica do Brasil e também na alagoana, cujo modelo de desenvolvimento esteve centrado na presença da grande propriedade fundiária, sem a preocupação do Estado em proceder a distribuição de terras em favor dos pequenos proprietários camponeses. Isso acarretou o aparecimento de uma mão de obra assalariada, “os trabalhadores livres”, grande parte daquela empregada nas áreas rurais, no corte da cana, sob condições de trabalho precárias, ditadas pelos latifundiários.

Ao longo da história da produção canavieira no Brasil verificou-se que ela esteve influenciada pela forte regulação do Estado desde a época da colonização, sempre em favor do desenvolvimento econômico do setor canavieiro e que permanece até os dias atuais. Essa política protecionista foi impulsionada a partir de 1930, principalmente a partir do ano de 1933 quando foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), instituição que canaliza suas ações na defesa dos preços e das quotas de produção do açúcar através da regulação dos seus estoques e a produção do álcool combustível (álcool motor), a partir dos excedentes da produção agrícola e das sobras de açúcar.

Houve como ponto central para o fortalecimento do setor, principalmente no Nordeste, a articulação entre as forças políticas diretamente ligadas às oligarquias da cana-de-açúcar. Esta articulação envolveu diversos usineiros influentes na cultura política, inclusive alagoanos, atuando para manter o controle direto do IAA, condição que garantiu a organização e a modernização da produção agroindustrial açucareira no mercado, tanto interno como externo, principalmente entre as décadas de 1940 a 1960, período no qual se consolidou o parque usineiro de Alagoas.

Outras iniciativas também foram implementadas em âmbito nacional a exemplo do Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941, além da criação, nos anos de 1960 e 1970, de fundos e programas para aumentar e melhorar geneticamente a produção da agroindústria canavieira.

As transformações na esfera produtiva da agroindústria canavieira brasileira não pararam e é levada a cabo em 1975 com a criação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), o que contribuiu com uma nova fase de expansão do setor. O objetivo era assegurar preço e mercado para o álcool, fazendo deste produto uma alternativa energética em

âmbito nacional. Foi um programa abrangente que se serviu de muitos recursos públicos utilizados para incentivar esse tipo de atividade, destacando-se o estado de Alagoas, nos anos de 1970 e 1980, com a posição de segundo maior produtor de álcool do Brasil e o primeiro do Nordeste.

A intervenção estatal na agroindústria da cana e do álcool por meio do IAA se deu no sentido de dinamizar e desenvolver este setor, impulsionando o movimento de concentração e centralização de capitais, impedindo a quebra das usinas, alavancando a construção de novas, bem como proporcionando a expansão de seus territórios. Nos anos de 1990 encerra-se a intervenção estatal por meio do IAA, no momento em que o órgão deixa de existir.

Com a diminuição dos subsídios do governo a agroindústria da cana e do álcool, passou por um processo de reestruturação, reconfigurando-se para produzir mais e com maior qualidade e menores custos. Entretanto, as medidas protecionistas estatais para a agroindústria canavieira oficialmente cessam com o fim do IAA, mas os financiamentos por parte do estado retornam a partir dos anos 2000 principalmente no Nordeste, região que sempre teve grande participação nos investimentos econômicos e grande influência no mercado externo.

Ainda assim, diante da necessidade de acompanhar as mudanças que vinham se processando em âmbito mundial, resultado do processo de reestruturação produtiva, a indústria canavieira procura se modernizar e a estabelecer novos parâmetros produtivos, o que vai refletir diretamente na vida do trabalhador da agroindústria canavieira alagoana, na medida em que ocasionou principalmente o desemprego. Outras formas de estímulo à produção foram se processando a exemplo: rigoroso e enxuto processo de contratação de trabalhadores; o aumento da produtividade; a seletividade de trabalhadores e a flexibilização de direitos; a redução do controle por parte dos trabalhadores sobre o processo de trabalho e produção; estabelecimento de premiações para motivar os trabalhadores; o disciplinamento do trabalho medido pelo índice de desempenho; além de reflexos no nível de combatividade do movimento sindical e perdas salariais.

No Brasil, as atividades de corte da cana são realizadas sob o controle dos fiscais, intermediários entre o patrão e o empregado. O pagamento do cortador de cana se dá de acordo com a produtividade individual, o que acaba provocando a exaustão física e mental, pois quanto mais intensa é a jornada e quanto mais produz durante o dia de trabalho, maior será o pagamento, sem deixar de considerar a falta de transparência no sistema de medição/pesagem da cana.

Existem cortadores de cana que trabalham com Carteira de Trabalho assinada, mas também foram relatados casos em que alguns empregadores não cumpriam tal obrigatoriedade. O ambiente de trabalho se caracteriza por ser precário e insalubre, pois o cortador de cana fica exposto a altas temperaturas, a poeira/fuligem, a animais peçonhentos, além de não haver no local de trabalho, refeitórios, instalações sanitárias e transporte de qualidade, bem como há a falta de equipamentos de proteção individual, intoxicação por agrotóxicos e falta de treinamento para utilização de utensílios de trabalho. Situações que provocam sérios acidentes e danos à saúde dos trabalhadores, além de doenças ocupacionais.

Em Alagoas a situação não difere das outras regiões canavieiras. No geral ficaram evidentes que, principalmente entre os anos de 2008 e 2012 as irregularidades trabalhistas se referenciavam principalmente a acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, exposição a altas temperaturas, à poeira e aos agrotóxicos e resíduos da cana, gasto excessivo de força de trabalho (física e psíquica) para produzir cada vez mais, punições como descontos salariais, suspensões de dias a trabalhar e demissões, não contabilização de metros de cana cortados, hora-extra sem pagamento, alojamento em condições insalubres, fraudes nas relações de emprego, uso de mão-de-obra de crianças e adolescentes, doenças provocadas por comidas estragadas, alojamento precário, falta de equipamentos de proteção individual ou em péssimo estado de conservação. Tudo isto contribuí para que haja o aumento de mais-valia pelo capital agroindustrial canavieiro de Alagoas, prejudicando a devida efetivação dos direitos dos trabalhadores.

Sabemos que as legislações não limitam a superexploração, porém regulamentam a existência de alguns direitos que são importantes para os trabalhadores. Atualmente há várias legislações sobre os direitos trabalhistas e demos ênfase a três delas considerando sua relevância para o mundo do trabalho: a Consolidação das Leis do Trabalho, a Constituição Federativa do Brasil e a Norma Regulamentadora 31.

No geral, essas legislações regulamentam a obrigatoriedade da Carteira de Trabalho, duração da jornada de trabalho, período de descanso, remuneração, convenções coletivas de trabalho, igualdade de direitos para todos os trabalhadores seja urbanos ou rurais, proteção nas relações de emprego (contratação e dispensa), seguro-desemprego, fundo de garantia do tempo de serviço, piso salarial, negociação coletiva de trabalho com a participação dos sindicatos, redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde e segurança, aposentadoria, direito de greve etc.

Além disso, contemplam os direitos específicos à saúde e segurança dos trabalhadores; garantia das adequadas condições de trabalho, higiene e conforto; realização de avaliações dos riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores; adoção de medidas de prevenção e proteção, assegurar a divulgação de direitos, deveres e obrigações que os trabalhadores devam conhecer com relação à segurança e a saúde no trabalho; indicação dos procedimentos necessários quando da ocorrência de acidentes e doenças do trabalho, prestação de primeiros socorros; a utilização, gratuitamente, de ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador bem como mantê-las em perfeito estado de uso e repô-las se necessário; adequadas condições do veículo para o transporte dos trabalhadores, com qualidade e segurança; exigência de utilização de EPI's e de alojamentos higienizados etc.

Para assegurar que estes direitos sejam devidamente concretizados pelos usineiros é preciso que o Estado, através dos diversos órgãos públicos, fiscalize em cada campo de trabalho se há a ocorrência de irregularidades trabalhistas. Desses órgãos públicos, estudamos especificamente as ações do Ministério Público do Trabalho por meio da Procuradoria Regional do Trabalho de Alagoas, instituição que desenvolve um papel importante no sentido de garantir o cumprimento da lei e dos direitos dos trabalhadores do corte da cana em Alagoas. Foi feita uma análise da força tarefa denominada operação Zumbi dos Palmares ocorrida em 2008, que apesar de ter sido a única operação desenvolvida de forma conjunta, em todas as usinas do estado, possibilitou a investigação das condições de trabalho dos cortadores de cana comprovando inúmeras irregularidades trabalhistas. Após esta operação, supostamente, as denúncias de irregularidades diminuíram e outras fiscalizações esporádicas também foram realizadas nos de 2011, 2012 e 2013 e que também comprovaram a ocorrência de omissões/descumprimentos de direitos trabalhistas.

De forma geral, as principais problemáticas que envolviam os cortadores de cana diziam respeito ao não pagamento das horas *in itinere*; falta de assistência médica; alojamento insalubre; falta de controle da jornada de trabalho; pesagem irregular da cana; problemas com o pagamento do salário condizente ao que foi produzido pelo trabalhador; ausência ou insuficiência de abrigo para realizar as refeições, de sanitários e fornecimento de água potável; problemas com o fornecimento e a conservação da alimentação; transporte em péssimas condições e falta de fornecimento completo de equipamentos de proteção individual e ferramentas de trabalho, ou péssimo estado de conservação.

Isso demonstrou as situações de irregularidades que permeiam o ambiente de trabalho do cortador de cana em Alagoas. E também, a relevância que a Procuradoria Regional do

Trabalho de Alagoas possui ao atuar por meio das fiscalizações de campo, pois, a partir dessas investigações foram direcionadas estratégias para o ajustamento dessas empresas como medidas cautelares e ações civis públicas com pedidos de medidas de prevenção, conforto e higiene, de prevenção à fadiga, dos atributos trabalhistas, execuções de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta etc., todas elas direcionadas para que fossem cumpridos os direitos trabalhistas pelos usineiros. Isso possibilitou dar ampla visibilidade à atuação ministerial no estado de Alagoas, bem como no país.

A pesquisa empírica, realizada com alguns cortadores de cana da região de Jequiá da Praia-Alagoas, constatou, a partir de depoimentos daqueles que estiveram empregados entre os anos de 2008 a 2016, que no geral as irregularidades ainda acontecem, mesmo após a ocorrência da Operação Zumbi dos Palmares, apesar de percebidas algumas mudanças principalmente no que concerne ao uso de veículos e dos EPI's, no sentido de que tem havido mais cautela quanto ao acondicionamento dos equipamentos e a troca dos EPI's, apesar de ainda se constatar várias irregularidades. No geral, os descumprimentos estão mais relacionados aos atrasos nos pagamentos salariais, ao excesso de jornada de trabalho não computada, na demora para a substituição dos EPI's e/ou pagamento destes etc.

Nessas usinas ainda há a presença de trabalhadores clandestinos e o cortador de cana ainda trabalha mais horas do que o estabelecido em lei. É pressionado pelo cabo a intensificar a sua jornada para produzir mais, o que muitas vezes causa a exaustão e também o que os cortadores de cana denominam de canguru, as câibras. O salário é insuficiente para a manutenção das necessidades básicas da família, sem contar com os atrasos salariais.

Com relação ao uso de EPI's verificou-se como aspectos centrais a falta de reposição e consequentemente a ocorrência de acidentes de trabalho demonstrando a falta de compromisso dos empregadores com a proteção do trabalhador rural. Na questão do transporte, alguns destes se encontravam em péssimo estado de conservação e levavam de forma irregular os EPI's configurando-se como um risco à vida do trabalhador.

Apesar de haver diminuído, ainda ocorrem acidentes de trabalho e nem todas as usinas/destilarias oferecem atendimento médico. Com relação à higiene do trabalhador, há problemas com a conservação e o armazenamento da água e da alimentação, e o local para a realização das refeições é inadequado, além de, em alguns casos, não existir banheiro.

Com relação ao papel dos sindicatos observamos duas perspectivas diferenciadas. Do ponto de vista dos sindicalistas esta instituição é atenta para as demandas e problemas que vivenciam os cortadores de cana, e atuam no sentido de fiscalizar o cumprimento dos acordos

coletivos de trabalho e das convenções coletivas de trabalho, participam de mobilizações junto aos trabalhadores, realizam reuniões com os trabalhadores, fiscalizam o cumprimento de direitos e deveres, mediam a relação usina/trabalhador e realizam visitas de campo para acompanhar a situação do cortador de cana.

Do ponto de vista dos trabalhadores alguns sindicatos não estão presentes nas frentes de trabalho e, portanto, não conhecem os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Estes sindicatos não estão, segundo eles, preocupados com a situação trabalhista e de saúde dos canavieiros. Alguns dos trabalhadores não sabem o verdadeiro significado dos sindicatos dos trabalhadores rurais e seu papel representativo.

Constatamos então uma divergência no que os sindicatos afirmaram realizar e no que os trabalhadores relataram quanto a isto. Há também uma falta de proximidade dos trabalhadores para com os sindicatos. Porém, um aspecto em comum é que ambos (sindicatos e trabalhadores) concordam é que as condições atuais de trabalho dos cortadores de cana em Alagoas são precárias e que ainda é preciso muita fiscalização e luta para que os direitos sejam devidamente cumpridos.

Portanto, a partir do percurso teórico e empírico deste estudo é possível confirmar a hipótese de que apesar de haver mecanismos fiscalizadores por parte do estado ainda ocorrem omissões/descumprimentos de direitos trabalhistas para os cortadores de cana em Alagoas e que a exploração destes trabalhadores ainda é uma engrenagem fundamental da dinâmica capitalista da agroindústria canavieira não apenas alagoana, mas brasileira.

Em virtude do que foi mencionado vimos que a presença dos sindicatos dos trabalhadores rurais nas frentes de trabalho, mesmo que seja de forma esporádica, é fundamental para coibir o descumprimento dos acordos coletivos e das convenções coletivas de trabalho estabelecidos entre patrões, sindicatos e trabalhadores. Apesar dos obstáculos, é uma instância fiscalizadora capaz de contribuir para que haja a melhoria da qualidade do trabalho no campo. É de igual relevância para o âmbito social e trabalhista citar as ações desenvolvidas pela Procuradoria Regional do Trabalho de Alagoas, atuando para concretizar os objetivos do Ministério Público do Trabalho. Esta instituição é de riquíssima importância para fortalecer as ações sindicais, atuando sempre que necessário para bloquear as infrações cometidas pelos usineiros.

É urgente também destacar a necessidade para que haja mais auditores fiscais do trabalho e mais fiscalizações em todos os meses/anos em que ocorrerem as safras e não apenas quando da ocorrência de denúncias por parte dos cortadores de cana. Logo, mesmo

sabendo que a exploração é inerente ao mundo do capital, é preciso alertar que os trabalhadores não apenas do corte da cana, precisam ter seus direitos concretizados para que tenham condições dignas de trabalho.

Além do mais, é importante que as políticas sociais públicas sejam fortalecidas e efetivadas com qualidade e que tenham como papel central a responsabilidade estatal para com o mundo do trabalho. É relevante a organização dos trabalhadores enquanto classe, junto aos diversos movimentos sociais dos trabalhadores para fortalecer a luta por direitos sociais, civis, econômicos, políticos e culturais e lutar sempre em favor da melhoria da qualidade de trabalho e vida.

Esperamos que essa dissertação contribua para esclarecer alguns aspectos da dinâmica de trabalho dos cortadores de cana brasileiros, com destaque para os residentes em Alagoas. Também teve o propósito de contribuir e complementar os estudos na área rural e levantar inquietações futuras para a comunidade acadêmica, mas, principalmente, para que se aprofunde a temática estudada e novos elementos sejam evidenciados, de forma que possam contribuir para elucidar a forma como trabalham e vivem os cortadores de cana.

Referências

- ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 13 (Supl. 2): 111-121, 1997.
- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: EDUFAL, 2009.
- ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana?. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, Set./Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300008>. Acesso em: 12 Jun. 2016.
- AMÂNCIO, Weslei Trevizan; ANHUCCI, Valdir. **A precarização das condições de trabalho na monocultura canavieira sob a lógica da reestruturação produtiva**. In: V ENCONTRO PARANAENSE DE PESQUISA E EXTENSÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ENPPEX) E VIII SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 22 a 24 Jun. 2009.
- AMARAL, Maria Virginia Borges. O Serviço Social na Indústria Canavieira de Alagoas: Pontos para o debate. In: COSTA, Gilmaisa M.; PRÉDES, Rosa; SOUZA, Reivan (Org.). **Crise contemporânea e Serviço Social**. Maceió, Alagoas: EDUFAL, 2010. p. 147-166.
- AMARAL, Maria Virginia Borges. O discurso das legislações trabalhistas: uma materialidade ideológica reprodutora das relações de trabalho na agroindústria canavieira. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Org.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2013. v. 1, p. 263-276.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste: alternativas da agricultura**. São Paulo: Papirus, 1988.
- ARAUJO, Elizeu Serra de. Os mecanismos da superexploração da força de trabalho. **R. Políticas Públicas**. São Luís, v. 19, n. 2, p. 587-298, Jul./Dez. 2015.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2.ed. São Paulo: Nobel, 2002.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE) E I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO (SIRSSE). Pontifícia Universidade Católica do Paraná: Curitiba, 7 a 10 Nov. 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf>. Acesso em: 27 Abr. 2016.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999, p. 31-40.

BARROS, Carlos Juliano. **As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro**. São Paulo: Repórter Brasil, 2014.

BARROSO, Márcia Regina. A OIT, o Ministério do Trabalho e Emprego, e o Ministério Público do Trabalho: o “trabalho decente” no Brasil. **Ciências Sociais**. São Leopoldo, Unisinos, v. 51, n. 3, p. 361-374, Set./Dez. 2015.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do trabalho: teoria geral a segurança e saúde**. 4ª edição reformulada. São Paulo: 4. ed, São Paulo: Saraiva, v. 27, 2011.

BEZERRA, Lucas; TAVARES, Maria Augusta. Produtividade e miséria: o trabalho assalariado nos canaviais da Paraíba. **SER Social**. Brasília, v. 18, n. 39, p. 562-583, Jul./Dez. 2016.

BIONDI, Antonio; MONTEIRO, Mauricio; GLASS, Verena. **O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade -cana-de-açúcar**, 2008. Centro de monitoramento de agrocombustíveis: ONG Repórter Brasil, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 5 Out. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08 Ago. 2016.

_____. Decreto-lei n. 5452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Ministério do Trabalho**. DOFC, Brasília, 09 Ago. 1943, p. 11937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 27 Ago. 2016.

_____. Lei complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. **Ministério da Justiça**, Brasília, D.O. 21 Mai. 1993, p. 6845. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm>. Acesso em: 24 Ago. 2016.

_____. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências. **Ministério da Previdência Social**, Brasília, D.O. 25 Jul. 1991a, p. 14.801. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm>. Acesso em: 28 Ago. 2016.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Ministério da Previdência Social**, Brasília, D.O. 25 Jul. 1991b, p. 14809. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 16 Out. 2016.

_____. Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho de Alagoas. **Relatório de atuação da força-tarefa de combate às irregularidades trabalhistas no setor sucroalcooleiro: Operação “Zumbi dos Palmares”** Brasília, 14 Abr. 2008a.

_____. **Termo de Conciliação e Ajustamento de Conduta.** Maceió, 11 nov. 2008b.

_____. Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Geral do Trabalho. **Relatório de gestão do exercício de 2015.** Brasília: Diretoria geral, 2016. Disponível em: <<http://mpt.gov.br/portalttransparencia/relatorios.php>>. Acesso em: 27 Ago. 2016.

_____. **Encontro dos Trabalhadores Canavieiros da Região Nordeste:** Organização do Trabalho e Controle da Produção, Acidentes e Doenças, Transporte e Migração, Terra e Moradia. Igarassu, Pernambuco, 22 e 23 Nov. 2005a. Disponível em: <http://www.nrcomentada.com.br/download/relatorios/6NORDESTE%20_%20FINAL.pdf>. Acesso em: 06 Jun. 2009.

_____. Portaria Nº86 de 03 de Março de 2005. Aprova a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 Dez. 2005b. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr31.htm#31.1_Objeto>. Acesso em: 17 Ago. 2016.

_____. **Previdência Social.** AEPS 2013 – Seção IV – Acidentes do Trabalho. 2014. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeps-2013-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2013/aeps-2013-secao-iv-acidentes-do-trabalho/>>. Acesso em: 18 Ago. 2016.

_____. **Setor de Fabricação e Refino de Açúcar (CNAE Grupo 107):** Perfil dos Acidentes de Trabalho no Estado de Alagoas. Relatório Alagoas - Parte 2. Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho/SIT/TEM/Grupo Técnico de Estatística Aplicada/ENIT/SIT/MTE, 2013.

_____. Decreto n. 22.789, de 1º de Junho de 1933. Cria o Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, e dá outras providências. Brasília, 01 Jun. 1933. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%2022.789-1933?OpenDocument>. Acesso em: 27 Jun. 2017.

_____. Decreto-lei n. 3855, de 21 de novembro de 1941. Estatuto da Lavoura Canavieira. **M.A.** DOU de 27/11/1941, p. 22239. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEL%203.855-1941?OpenDocument>. Acesso em: 27 Jun. 2017.

_____. Decreto-lei n. 6.969, de 19 de outubro de 1944. Dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram terra alheia e dá outras providências. DOU de 21/10/1944, p. 18121. <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEL%206.969-1944?OpenDocument>. Acesso em: 27 Jun. 2017.

BRITO, Mozar José de; BRITO, Valéria da G. Pereira; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Processo de negociação coletiva no espaço rural mineiro: uma análise retrospectiva da década de 1990. **o&s**, v.11, n.30, Maio/Agosto. 2004.

CAMARGO, Adriana Lourenço. O trabalhador canavieiro e suas relações de trabalho.

Âmbito Jurídico. Rio Grande, XIII, n. 81, outubro 2010. Disponível em:

<[http://www.ambito-](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8430)

[juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8430](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8430)>. Acesso em: 17 Ago. 2016.

CARVALHO, Cícero Péricles de. Setor sucroalcooleiro de Alagoas: a ultra-especialização como estratégia competitiva (1990/2008). **Economia e desenvolvimento**. Recife (PE), v. 6, n. 2, p. 259-286, 2007. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/economia/article/view/3861>> Acesso em: 06 Out. 2016.

_____. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2009.

COSTA, Adailton Pires. Direito e classe social em E. P. Thompson: os direitos na experiência histórica de luta de classes dos trabalhadores na obra “senhores e caçadores”. **ANAIS do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels**. Vol.1, nº 1, 2015. ISSN 2238-9156.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível?. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, ano 3, n. 30, fev. 2007. Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2007/estpesq30_setorSucroalcooleiro.pdf>. Acesso em: 21 Out. 2014.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERRARI, Debora Belloni. A exploração do trabalhador no setor sucroalcooleiro. In: **ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**. v.6, n.6, 2010. ISSN 21-76-8498.

Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/2313>>.

Acesso em: 10 Dez. 2012.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DE ALAGOAS. **Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016**. Maceió, Alagoas, 11 Dez. 2015.

FONSECA, Bruno Gomes Borges da. As associações sindicais como garantidoras de direitos e o papel do Ministério Público do Trabalho: considerações e propostas de atuação. **Revista do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria-Geral do Trabalho**. Brasília, ano XIX, n. 37, p. 183-229, Mar. 2009. Disponível em:

<http://www.anpt.org.br/site/images/stories/MPT_37.pdf>. Acesso em 12 Jun. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

G1 Alagoas. Decisão judicial suspende venda de usinas do grupo João Lyra, em AL.

NovaCana.com. Alagoas, 13 Mar. 2015a. Disponível em:

<<http://www.novacana.com/n/industria/usinas/judicial-suspende-venda-usinas-grupo-joao-lyra-al-130315/>>. Acesso em: 21 Set. 2015.

G1 Alagoas. ANP cancela autorização de 4 usinas da Lágina Agroindustrial e processo de falência segue Tumultuado. **NovaCana.com**. Alagoas, 28 Mai. 2015b. Disponível em:

<<http://www.novacana.com/n/industria/usinas/anp-cancela-autorizacao-4-usinas-lagina-agroindustrial-falencia-280515/>>. Acesso em: 21 Set. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2008.

GORENDER, Jacob. Regime territorial no Brasil escravista. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, v. 2, 2005a, p. 177-215.

_____. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, v. 2, 2005b, p. 147-175.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE – 2003. **Pesquisa Industrial Anual – empresa**. Mai. 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12052003piaie2001.shtm>>. Acesso em: 30 Abr. 2016.

IBGE - CIDADES. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=censoagro>>. Acesso em: 03 Out. 2013.

_____. **Incidência da pobreza**. 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em: 03 Out. 2013.

INSTITUTO CNA. **Relatório de inteligência**. Norma Regulamentadora 31: segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Disponível em: <<http://icna.org.br/sites/default/files/relatorio/Relat%C3%B3rio%20Agroneg%C3%B3cio%20-%20Fevereiro%20-%20diagramado%20-%20final.pdf>>. Acesso em: 18 Ago. 2016.

LESSA, Golbery. Uma nova Alagoas é possível. **Alagoas Real**. Alagoas, Jul. 2011. Disponível em: <<http://alagoasreal.blogspot.com.br/2011/07/uma-nova-alagoas-e-possivel-golbery.html>>. Acesso em: 07 Out. 2013.

LESSA, Sérgio. **O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade**. In: capacitação em Serviço Social e política social. módulo 2, p. 20-33, CEAD-UNB, 1999.

LIMA, Araken Alves de. **A agroindústria canavieira alagoana**: da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo/Campinas, 2001.

MACEDO, Philippe Andrey Raposo de. Cortadores de cana: O lado amargo da produção canavieira. **Revista Estudos do Trabalho (RRET)**, Marília, UNESP, ano I, n. 2, p. 1-26, Mai. 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET02.htm>>. Acesso em: 22 Out. 2015.

MAGOSSI, Eduardo. Justiça decreta falência das usinas do grupo João Lyra, de Alagoas. **Estadão**. São Paulo, Set. 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,justica-decreta-falencia-das-usinas-do-grupo-joao-lyra-de-alagoas-imp-,937576>>. Acesso em: 21 Set. 2015.

MARSÍGLIA, Regina Maria Giffoni. Orientações básicas para a pesquisa. In: MOTA, A. E. et al. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2007, p. 383-398.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999, p. 19-29.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. (Tradução de Alex Marins). São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, o processo de produção do capital. (Tradução de Reginaldo Sant'Anna). 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2014.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, o processo de produção do capital. Tomo 2. (Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe). São Paulo: Nova cultural, 1996.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 16 Novembro 2016.

_____. **Brasil: da Ditadura à Democracia, 1964-1990**. 1991. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1991/03/brasil.htm>>. Acesso em: 02 Dezembro 2016.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MENDONÇA, Ana Maria Ávila. **Estado e Direitos Sociais no Brasil: entre a modernidade e o retrocesso**. Maceió, Alagoas: Cortez, 2009.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Reestruturação produtiva na atividade canavieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985**. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco/Recife, 2002.

MIGLIORATO, Nilza aparecida; QUEIROZ, Eduardo Garcia de; GRASSI, André Olímpio. Ministério Público do Trabalho: sua atuação como órgão interveniente. **Revista do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria-Geral do Trabalho**, Brasília, ano VII, 1º semestre, p. 77-114, Mar. 1997. Disponível em: <<http://www.anpt.org.br/site/download/revista-mpt-13.pdf>> Acesso em: 12 Jun. 2016.

MOUSINHO, João. Sindicalista traça raio x da crise do setor sucroalcooleiro em Alagoas. **Extra**. Alagoas, Jul. 2015. Disponível em: <<http://www.extralagoas.com.br/noticia/17866/esta-semana-nas->

bancas/2015/07/08/sindicalista-traca-raio-x-da-crise-do-setor-sucroalcooleiro-em-alagoas.html>. Acesso em: 21 Set. 2015.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 110, p. 213-240, Abr./Jun. 2012.

NASSER, Henrique Sacomano; SILVA, Juliana de Araújo. Análise do compromisso nacional: condições de trabalho na cana de açúcar. **Direitos, trabalho e política social**. Cuiabá, v. 2, n. 3, p. 45-79, Jul./Dez. 2016. Disponível em: <<http://revista91.hospedagemdesites.ws/index.php/rdtps/article/view/37>>. Acesso em: 20 Jul. 2016.

NEALDO, Carlos. Justiça decreta falência das usinas de João Lyra. **Gazeta de Alagoas**. Alagoas, Set. 2012. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=209771>>. Acesso em: 21 Set. 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1969. Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/NOVAISFernandoOBrasilnosquadrosdoantigosistemacolonial.pdf>>. Acesso em: 24 Jul. 2016.

OLIVEIRA Sebastião Geraldo de. **Programa nacional de prevenção de acidentes de trabalho**: Dados dos acidentes do trabalho de 2013. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/1199940/1207004/Estat%C3%ADstica>>. Acesso em: 18 Ago. 2016.

OLIVEIRA, M. Marley de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Antônio Mateus de; PINHO, Elvis Xavier. A constitucionalização do direito do trabalhador rural: uma análise do registro na carteira de trabalho no cenário atual. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**. Ago. 2016. Disponível em: <www.laborjuris.com.br>. Acesso em: 25 Fev. 2017.

PADILHA, Tiago. **Doce verde amargo**: traços da influência da cana-de-açúcar na sociedade de Alagoas. Brasília: Athalaia Solução Digital, 2011.

PEGO, Rafael Foresti. Democracia Sindical. **Revista do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria-Geral do Trabalho**, Brasília, ano XXIV, n. 48, p. 112-130, Set. 2014. Disponível em: <<http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5394.pdf>>. Acesso em: 12 Jun. 2016.

PLANCHEREL Alice Anabuki; QUEIROZ; Allan Souza, SILVA; Bárbara Suellen Santos da e SANTOS; Charles dos. **Perfil do canavieiro e relações de trabalho na atual agroindústria açucareira de Alagoas**. Anais do VII seminário do trabalho: trabalho, educação e sociabilidade. Marília, São Paulo: UNESP, 24 a 28 de Maio de 2010. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/trabalhos-completos-viist-2010.html>>. Acesso em: 30 Março 2017.

PLANCHEREL, Alice Anabuki; QUEIROZ, Allan Souza; SANTOS, Charles dos. O “canguru” no universo canavieiro alagoano: saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira. In: PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna (Org.). **Trabalho e capitalismo contemporâneo**. Maceió, Alagoas: EDUFAL, 2011. p. 59-80.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. A questão agrária e a revolução brasileira – 1960. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500 – 1960. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011. p. 79-87.

PORTO, Roberta Guasti. **A negociação coletiva de trabalho e a (re) Construção das relações de trabalho na sociedade Contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Direito) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

QUEIROZ, Allan Souza. **Entre a formalização e a precarização**: o trabalho e o emprego dos cortadores de cana de Alagoas. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul/Porto Alegre, 2013.

ROCHA, Fernanda Ludmilla Rossi. **Análise dos fatores de risco do corte manual e mecanizado da cana-de-açúcar no Brasil segundo o referencial da promoção da saúde**. Tese de Doutorado (Doutorado em enfermagem). Programa Interunidade de Doutorado em enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo/Ribeirão Preto, 2007.

SANTOS, Adriano Pereira. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho**: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho – SP. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Ana Michelle Ferreira Tadeu dos; SOUZA, Francilane Eulália de. Cana doce, trabalho amargo: a superexploração do trabalhador canavieiro no município de Itaberaí-GO. **Revista Pegada**, v. 13, n. 2, p. 102-127, Dez. 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1599/1926>>. Acesso em 1 Ago. 2016.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Qualidade Total, Saúde e Trabalho: Uma Análise em Empresas Sucroalcooleiras Paulistas. **RAC**, v. 4, n. 1, Jan./Abr. 2000.

SINDAÇÚCAR ALAGOAS. **Histórico Sindaçúcar-AL, construindo o desenvolvimento de Alagoas**. 2016. Disponível em: <<http://www.sindicucar-al.com.br/sindicucar/historico/>>. Acesso em: 02 Jun. 2016.

SINDAÇÚCAR ALAGOAS. **Relação das usinas**. 2017. Disponível em: <<http://www.sindicucar-al.com.br/relacao-das-usinas/>>. Acesso em: 21 Jun. 2017.

SILVA, Maria A. Moraes; BUENO, Juliana Dourado; MELO, Beatriz Medeiros de. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 85-115, Jan/Jun. 2014. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/194>>. Acesso em 28 Nov. 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1998.

SILVA, Maria Patrícia Cabral da. **O sindicato rural em Escada: uma leitura crítica às práticas assistencialistas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco/Recife, 2004.

SOARES, Davi. Laudo: Massa Falida da Lágina sangrou R\$ 27 milhões em um ano. **Cada Minuto**. Alagoas, ago. 2015. Disponível em: <<http://cadaminuto.com.br/noticia/271712/2015/07/12/laudo-massa-falida-da-usina-lagina-sangrou-r-27-milhoes-em-um-ano>>. Acesso em: 21 Set. 2015.

SOARES, Rita de Cássia Murta Rocha. **A particularidade da responsabilidade social no setor sucroalcooleiro de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco/Recife, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. RJ: Paz e Terra, 1987.

TODESCHINI, Remígio. Políticas Públicas em Saúde e Segurança do Trabalhador (SST) na Previdência Social: como vencer a guerra dos acidentes, doenças e mortes no Trabalho. **Informe de Previdência Social**. Brasília, v. 20, n. 5, p. 1-24, Mai. 2008.

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar. **Acompanhamento de safra; Produção; Exportação e Importação**. 2016. Disponível em: <<http://www.unicadata.com.br>>. Acesso em 03 Out. 2013.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. Labor nos “eitos gigantes”: a superexploração da força de trabalho nos canaviais de Alagoas. In: PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna (Org.). **Trabalho e capitalismo contemporâneo**. Maceió, Alagoas: Edufal, 2011. p. 81-106.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.) APRESENTADO AO MPT/PRT-AL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Eu _____ tendo sido convidado(a) a esclarecer alguns questionamentos à respeito do papel do Ministério Público do Trabalho no que diz respeito à fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, contribuirei, através da socialização de informações, para o desenvolvimento da pesquisa intitulada “As condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas e os mecanismos de fiscalização dos direitos trabalhistas”, sob responsabilidade da pesquisadora Edivanda Maria Rodrigues da Silva, mestranda em Serviço Social que está sob a orientação da Profª Drª Maria da Conceição Almeida Vasconcelos, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Sendo assim, recebi as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos da pesquisa:

- Que o estudo visa compreender como estão sendo garantidos os direitos trabalhistas para os cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas, a partir da atuação das instituições estatais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização destes direitos;
- Que o estudo procura entender as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas;
- Que a relevância do presente estudo está em demonstrar a importância dos órgãos públicos para a efetivação dos direitos trabalhistas e para a manutenção de boas condições de trabalho para o cortador de cana-de-açúcar no estado de Alagoas;
- Esse estudo teve início em Abril de 2016 e será concluído em Janeiro de 2017.

O estudo será feito da seguinte maneira:

- Pesquisas bibliográfica e pesquisa documental;
- Participarei da entrevista e esclarecerei as possíveis dúvidas da pesquisadora Edivanda Maria Rodrigues da Silva, quanto a atuação do Ministério Público do Trabalho de Alagoas na fiscalização dos direitos trabalhistas;
- A participação no estudo não trará nenhum dano a minha pessoa;
- A pesquisa beneficiará a produção de conhecimentos científicos no que diz respeito à situação das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas para os cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas;
- Que, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo e que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do mesmo, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo;

- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a minha identificação, exceto aos responsáveis pelo estudo;
- Que fotos e gravações da entrevista só serão permitidas se assim forem autorizadas pelo entrevistado.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do(s) responsável(eis) pelo estudo

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.) APRESENTADO AOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Eu _____ tendo sido convidado(a) a participar do estudo intitulado “As condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas e os mecanismos de fiscalização dos direitos trabalhistas”, que está sob responsabilidade da pesquisadora Edivanda Maria Rodrigues da Silva, mestranda em Serviço Social, sob orientação da Profª Drª Maria da Conceição Almeida Vasconcelos, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, aceitei contribuir para o desenvolvimento da referida pesquisa, através da socialização de informações sobre o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais quanto à fiscalização dos direitos trabalhistas para os cortadores de cana em Alagoas. Sendo assim, recebi as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos da pesquisa:

- Que o estudo visa compreender como estão sendo garantidos os direitos trabalhistas para os cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas, a partir da atuação das instituições estatais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização destes direitos;
- Que o estudo procura entender as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas;
- Que a relevância do presente estudo está em demonstrar a importância dos órgãos públicos para a efetivação dos direitos trabalhistas e para a manutenção de boas condições de trabalho para o cortador de cana-de-açúcar no estado de Alagoas;
- Esse estudo teve início em Abril de 2016 e será concluído em Janeiro de 2017.

O estudo será feito da seguinte maneira:

- Pesquisas bibliográfica; documental e empírica
- Participarei da entrevista e esclarecerei as possíveis dúvidas da pesquisadora quanto à atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na fiscalização dos direitos trabalhistas para os cortadores de cana-de-açúcar;
- A participação no estudo não trará nenhum dano à minha pessoa;
- A pesquisa beneficiará à produção de conhecimentos científicos no que diz respeito à situação das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas para os cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas;
- Que, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo e que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do mesmo, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo;
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a minha identificação, exceto aos responsáveis pelo estudo;

- Que fotos e gravações da entrevista só serão permitidas se assim forem autorizadas pelo entrevistado.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

_____, _____:___/___/___

Assinatura do entrevistado

Cidade/Estado

Data

APÊNDICE C

ENTREVISTA REALIZADA COM OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

As condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em alagoas e os mecanismos de fiscalização dos direitos trabalhistas

Fale sobre a atuação do sindicato junto os cortadores de cana? _____

Há acompanhamento no sentido de verificar se as legislações trabalhistas estão sendo cumpridas? Sim () Não (). Se positivo, como tem sido? _____

Quais dessas legislações tem sido mais descumpridas no trabalho dos cortadores de cana: C.F. de 1988 () CLT () NR 31. Na sua opinião, quais aspectos são mais afetados? _____

Na opinião do sindicato, os cortadores de cana em Alagoas possuem: boas condições de trabalho () Condições de trabalho regulares () péssimas/degradantes condições de trabalho (). Justifique: _____

O sindicato fiscaliza como se encontra o ambiente do trabalho do cortador de cana: Sempre () Às vezes () Apenas quando há demanda () Nunca ()

Como o sindicato fiscaliza a atividade dos cortadores de cana? _____

No sindicato existe algum programa/projeto/atividade que nos últimos 8 anos possibilitou uma fiscalização do cumprimento dos direitos trabalhistas para os cortadores de cana-de-açúcar na sua região de abrangência? Sim () Não () Se sim, qual(is): _____

O papel fiscalizador do sindicato garante que os trabalhadores tenham boas condições de trabalho? Sim () Não () Às vezes ()

O sindicato desenvolve alguma atividade que objetive aproximar os trabalhadores da instituição sindical? Sim () Não () Se sim, qual(is): _____

Grande parte dos cortadores de cana são filiados ao sindicato? Sim () Não ()

A contribuição sindical acontece: De forma espontânea () sem o conhecimento do trabalhador, ao assinar o contrato de trabalho () Não contribuem ()

Os cortadores de cana filiados ao sindicato frequentam a entidade? Sim () Não () Se não, porque? _____

O sindicato está presente no dia-a-dia de trabalho do cortador de cana? Sim () Não ()

Acompanha/conhece as demandas e dificuldades que enfrentam os cortadores de cana na região em que atua? Sim () Não ().

Quais as demandas mais frequentes? _____

Está presente nas questões trabalhistas como: Pagamento de salários () Horas extras ()

Pesagem/medição da cana () Recebimento e troca de EPI's e instrumentos de trabalho ()

Acidentes de trabalho () Doenças ocasionadas pela atividade desenvolvida () negociações

coletivas () Reivindicações dos trabalhadores () Alimentação () Água () Alojamento ()

As usinas/destilarias de sua região de abrangência pagam em dia? Sim () Não () Não sabe ()

O sindicato sabe informar como ocorre a pesagem da cana? Sim () Não (). Em caso positivo, informe como se dá esse processo

O sindicato tem conhecimento se os trabalhadores:

Sabem o preço da tonelada da cana? Sim () Não ()

Se possuem carteira de trabalho assinada? Sim () Não ()

Se recebam o seguro desemprego? Sim () Não ()

Se recebam o FGTS? Sim () Não ()

Em caso positivo, e quando não são cumpridas as questões acima apresentadas, como tem atuado o Sindicato? _____

Existem reclamações dos cortadores de cana da região quanto à atuação do sindicato? Em caso positivo, quais são as mais frequentes? _____

Quais os tipos de acidentes e/ou doenças sofridos pelos cortadores de cana no exercício de sua atividade laboral? _____

Como o sindicato acompanha? _____

Tem conhecimento de como os trabalhadores são transportados para o trabalho? Sim () Não () Se sim, como? _____

Sabe informar se o veículo utilizado tem autorização para servir de transporte para os trabalhadores? Sim () Não ()

Há negociações com as usinas/destilarias a respeito da melhoria das condições de trabalho dos cortadores de cana? Sim () Não ()

Com que frequência o sindicato negocia com as usinas/destilarias a melhoria das condições de trabalho dos cortadores de cana: Sempre () Apenas quando lhe é demandado () Nunca ()

Na opinião do sindicato, nos dias atuais o cortador de cana é mais explorado que antigamente? Sim () Não ()

Porque? _____

Em sua opinião, as condições de trabalho do cortador de cana no estado de Alagoas, são: boas () ruins () regulares (). Justifique _____

Se ruins e/ou regulares o que poderia ser feito para melhorar essas condições? _____

APÊNDICE D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.) APRESENTADO AOS CORTADORES DE CANA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.)

Eu _____ fui convidado(a) a participar do estudo intitulado “As condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas e os mecanismos de fiscalização dos direitos trabalhistas”, e aceitei contribuir através dos conhecimentos adquiridos nos anos em que trabalhei no corte da cana, para o desenvolvimento da referida pesquisa, que está sob responsabilidade da pesquisadora Edivanda Maria Rodrigues da Silva, mestranda em Serviço Social, sob orientação da Profª Drª Maria da Conceição Almeida Vasconcelos, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Sendo assim, recebi as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos da pesquisa:

- Que o estudo visa compreender como estão sendo garantidos os direitos trabalhistas para os cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas, a partir da atuação das instituições estatais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização destes direitos;
- Que o estudo procura entender as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas;
- Que a relevância do presente estudo está em demonstrar a importância dos órgãos públicos para a efetivação dos direitos trabalhistas e para a manutenção de boas condições de trabalho para o cortador de cana-de-açúcar no estado de Alagoas;
- Esse estudo teve início em Abril de 2016 e será concluído em Janeiro de 2017.

O estudo será feito da seguinte maneira:

- Pesquisas bibliográfica; documental e empírica
- Participarei da entrevista e esclarecerei as possíveis dúvidas quanto às condições de trabalho dos cortadores de cana em Alagoas;
- A participação no estudo não trará nenhum dano à minha pessoa;
- A pesquisa beneficiará à produção de conhecimentos científicos no que diz respeito à situação das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas para os cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas;
- Que, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo e que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do mesmo, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo;
- Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a minha identificação, exceto aos responsáveis pelo estudo;
- Que fotos e gravações da entrevista só serão permitidas se assim forem autorizadas pelo entrevistado.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE E

ENTREVISTA REALIZADA COM OS CORTADORES DE CANA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Mestranda/Pesquisadora: Edivanda Maria Rodrigues da Silva

Orientadora: Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

Tema: As condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar em Alagoas e os mecanismos de fiscalização dos direitos trabalhistas

Nº _____
Data: _____
Nome: _____

Roteiro de Entrevista/Formulário

Socioeconômico	
• Nome/apelido:	• Idade
• Onde você nasceu?	• Sexo:
• Qual a sua atividade principal?	
• Escolaridade:	• Estado civil:
• Quantas pessoas moram em sua casa?	
• Você tem filhos? Não (0) Sim (1)	• Quantos?
• Gostaria que seus filhos exercessem a mesma atividade?? Não (0) Sim (1)	
Porquê?	
• Você faz parte de alguma organização? (Cooperativa, sindicato). Não (0) Sim (1)	
Qual?	

Trajetória laboral	
• Há quanto tempo você corta cana?	
• O que fazia antes de trabalhar no corte da cana?	
• Por que começou a cortar cana?	
• Em quantos lugares em Alagoas já cortou cana?	
• Quais os locais que você já cortou cana?	

Quando? (Ano)	Onde? (Local)	Contrato (Carteira assinada/recrutamento)
		Não (0) Sim (1)
		Não (0) Sim (1)
		Não (0) Sim (1)
		Não (0) Sim (1)
		Não (0) Sim (1)

Rotinas de trabalho (Última safra que trabalhou)	
• Local que trabalhou na última safra:	
• Quantas horas trabalhava diariamente? Até 8h (0) mais de 8 h (1)	

• Assinava ponto de entrada e de saída do trabalho?	Não (0) Sim (1)
• Que horas saía de casa para trabalhar?	Que horas retornava para casa?
• Você viu ou soube de algum jovem menor de idade cortando cana?	Não (0) Sim (1)

Pagamento (salário e produção) – Última safra	
• Os salários eram pagos em dia?	Não (0) Sim (1)
• Recebia quanto por mês?	
• O ganho era suficiente para o sustento da família?	Não (0) Sim (1)
• A usina pagava em dia?	Não (0) Sim (1)
• Recebia horas extras?	Não (0) Sim (1)
• O pagamento era:	Mensal (0)Quinzenal(1)
• Forma de pagamento:	Produção (0)Salário fixo (1)
• (Se recebeu por produção) Qual era o preço da tonelada?	
• Você tinha noção de quanto cortava por dia?	Não (0) Sim (1)
• Você participava da pesagem da cana?	Não (0) Sim (1)Às vezes(2)
• Tinha algum controle do corte por parte do patrão/cabo?	Não (0) Sim (1)
• Você achava justa a pesagem da cana?	Não (0) Sim (1)
• Quando a moagem terminou de que trabalhou?	
• Recebeu seguro desemprego?	Não (0) Sim (1)
• Hoje o cortador de cana corta mais do que antigamente?	Não (0) Sim (1)
• Como foi trabalhar para esta usina/destilaria?	Péssimo (0)Ruim(1)Bom(2)

Saúde e segurança no trabalho	
• Fazia uso de EPI's?	Não (0) Sim (1)
• Recebeu gratuitos(0) ou comprou (1)	
• Quais EPI's recebeu?	
• Quais EPI's comprou?	
• Você era orientado de como usar os EPI's?	Não (0) Sim (1)
• Trocava os EPI's/instrumentos quando desgastavam?	Não (0) Sim (1)
• Quais os tipos mais frequentes de acidentes de trabalho?	
• Obteve alguma doença quando começou a trabalhar no corte de cana?	Não (0) Sim (1)
• Qual?	
• Já se acidentou no corte da cana?	Não (0) Sim (1)
• Quando ficava doente que tipo de atendimento recebia?	Médico (0) Comprava remédio (1) Usina fornecia medicamentos (2)
• Existia atendimento médico na usina?	Não (0) Sim (1)
• Recebeu atendimento de primeiros socorros quando se acidentou?	Não (0) Sim (1)
• Fornecimento de água:	Usina/destilaria (0) Trazida de casa (1)
• Recebeu depósito térmico para água e alimento	Não (0) Sim (1)
• Sua alimentação costumava estragar?	Não (0) Sim (1)
• Na frente de trabalho existia um local para realizar as refeições?	Não (0) Sim (1)
• O espaço utilizado para as refeições comportava todos os trabalhadores?	Não (0) Sim (1)
• Na frente de trabalho existia banheiro móvel?	Não (0) Sim (1)
• Fazia uso do banheiro?	Não (0) Sim (1)
• O banheiro tinha boas condições?	Não (0) Sim (1)

Transporte	
• Qual o tipo de transporte utilizado para ir trabalhar?	Caminhão (0) Ônibus (1) Outros:

• Como era o transporte que você usava:	Péssimo (0) Ruim (1) Bom (2)
• Usava cinto de segurança?	Não (0) Sim (1)
• O veículo tinha autorização para transporte de trabalhadores?	Não (0) Sim (1) N/S (2)
• Equipamentos de trabalho eram transportados dentro do veículo?	Não (0) Sim (1)
• Quais eram esses equipamentos?	
• O tempo no transporte contava como horas de trabalho?	Não (0) Sim (1)

Sindicato	
• Você é filiado a algum sindicato?	Não (0) Sim (1)
• Contribuiu de forma espontânea para o sindicato?	Não (0) Sim (1)
• Você tinha contato com o Sindicato?	Não (0) Sim (1)
• Conheceu algum dirigente do sindicato?	Não (0) Sim (1)
• O sindicato estava presente no dia-a-dia de trabalho?	Não (0) Sim (1)

Habitação/alojamento		
• No período em que trabalhava dormia em:	Alojamento (0) Casa própria (1)	
• O alojamento ou casa fornecida pela usina tinha:		OBS
Cama	Não (0) Sim (1)	
Colchão	Não (0) Sim (1)	
Lençóis	Não (0) Sim (1)	
Banheiro com portas	Não (0) Sim (1)	
Fogão	Não (0) Sim (1)	
Geladeira	Não (0) Sim (1)	
Ventilação	Não (0) Sim (1)	
• O alojamento ou casa estava em boas condições?	Não (0) Sim (1)	
• Quantos trabalhadores dormiam em cada quarto?		
• Existia limpeza diária do alojamento?	Não (0) Sim (1)	
• Quem realizava a higiene do alojamento?	Usina/destilaria (0) Trabalhadores (1)	
• As condições de trabalho do cortador de cana é melhor em:	Alagoas(0) Outro estado (1)	

ANEXO A

Fiscalização do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional de Alagoas em usinas/destilarias de Alagoas (Fonte: PRT-AL)



ANEXO B

Fiscalização de sindicatos em canaviais de Alagoas
(Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Atalaia)

